

ANAIS

FRANCA SUSTENTÁVEL: A AGENDA 2030 NO ÂMBITO MUNICIPAL



unesp



Uni-FACEF

Centro Universitário Municipal de Franca



UNIFRAN

Universidade
de Franca

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor

Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

Vice-Reitor

Prof. Dr. Sérgio Roberto Nobre

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Carlos Frederico de Oliveira Graeff

Pró-Reitora de Extensão Universitária

Profa. Dra. Cleópatra da Silva Planeta

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Diretor

Prof. Dr. Murilo Gasparido

Vice-Diretora

Profa. Dra. Nanci Soares

Comissão Editorial UNESP - Câmpus de Franca

Presidente

Prof. Dr. Murilo Gasparido

Membros

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa

Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes

Profa. Dra. Analúcia Bueno Reis Giometti

Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Profa. Dra. Elisabete Maniglia

Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca

Profa. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler

Profa. Dra. Hilda Maria Gonçalves da Silva

Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França

Prof. Dr. José Duarte Neto

Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira

Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille

Profa. Dra. Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina

Prof. Dr. Paulo César Corrêa Borges

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira

Profa. Dra. Rita de Cássia Aparecida Biason

Profa. Dra. Valéria dos Santos Guimarães

Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino

Murilo Gaspar do
Katia Jorge Ciuffi
José Alfredo de Pádua Guerra
José Sérgio Saraiva
(Organizadores)

**ANAIS FRANCA SUSTENTÁVEL:
A AGENDA 2030 NO ÂMBITO MUNICIPAL**



Agosto
2020

© 2020 Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Franca
Contato

Av. Eufrásia Monteiro Petrágia, 900, CEP 14409-160, Jd. Petrágia / Franca - SP
publica.franca@unesp.br

Diagramação e Revisão

Sandra Aparecida Cintra Ferreira (STAEPE)

Carlos Alberto Bernardes (STAEPE)

Comissão Organizadora

Murilo Gaspardo

Katia Jorge Ciuffi

José Alfredo de Pádua Guerra

José Sérgio Saraiva

Anais “Franca Sustentável” : a Agenda 2030 no âmbito municipal /
Murilo Gaspardo, Katia Jorge Ciuffi, José Alfredo de Pádua Guerra e José
Sérgio Saraiva (organizadores). – Franca:UNESP – FCHS, 2020.

186 p.

ISBN: 978-65-86378-06-1

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Trabalho. 3. Educação. 4. Saúde.
I. Título. II. Gaspardo, Murilo. III. Ciuffi, Katia Jorge. IV. Guerra, José
Alfredo de Pádua. V. Saraiva, José Sérgio.

CDD – 320

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Andreia Beatriz Pereira – CRB8/8773

COMISSÃO CIENTÍFICA

- Alex Luiz de Andrade Melo (Unifran)
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni (Unesp)
Andreia Cristina De Britto Leal (Uni-Facef)
Cleria Maria Lobo Bittar (Unifran)
Danilo Candido Bulgo (Unifran)
Edna Maria Campanho (Uni-Facef)
Eduardo José Nassar (Unifran)
Emiliane Gerbasi Ricci (Unifran)
Fabiano Siqueira dos Prazeres (Unifran)
Glória Lúcia Alves Figueiredo (Unifran)
Helieder Rodrigues Carrijo de Moraes (Uni-Facef)
Isabela Menezes Franco (Unesp)
Julio Cesar Ribeiro (Unifran)
Larissa Prudencio Menezes Ferreira (Unesp)
Leticia Natália de Oliveira (Unifran)
Lilian Cristina Gomes do Nascimento (Unifran)
Linda Teresinha Saturi (Unifran)
Lizandra Guidi Magalhães Caldas (Unifran)
Liziane Marçal da Silva Carvalho (Unifran)
Luciana Carmona Garcia Manzano (Unifran - Uniaraxá - Uni-Facef)
Marco Aurelio Bellato Kaluf (Uni-Facef)
Maria Cecilia Sodré Fuentes (Prefeitura de Franca)
Maria José de Oliveira Lima (Unesp)
Maria Luisa Cervi Uzun (Unifran)
Marin s Santana Justo Smith (Uni-Facef)
Mauro Ferreira (Unesp)
Natalie Rodrigues Alves Ferreira de Andrade
Pedro Geraldo Saadi Tosi (Unesp)
Rafael Paranhos de Mendonça (Unifran)
Raquel Licursi Benedeti (Aut nomo)
Regina Celia de Souza Beretta (Unifran - Uniaraxá - Uni-Facef)
Regina Cláudia Laisner (Unesp)
Rodrigo Cassio Sola Veneziani (Unifran)
Silvio Carvalho Neto (Uni-Facef)
Vívian Karina Bianchini (Unifran)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
PROGRAMAÇÃO	23
TRABALHO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSTRUINDO PERSPECTIVAS ATRAVÉS DE UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE FRANCA	
Brenda Schiezaró Guimaro	
Victor Antônio Lopes de Menezes	
Lucas Araújo Ferreira Costa.....	25
EMPREGO APOIADO E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO	
Ketully Fernanda Ascêncio Cadorim	
Maria José Oliveira Lima.....	27
ADESÃO DE MÃES DE PRÉ-TERMOS FRENTE PROPOSTA TECNOLÓGICA NO ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO LINGUÍSTICO NO APP UNIVERSO PREMATURO®	
Adriana Pernambuco Montesani	
Vinícius Henrique do Carmo da Silva	
Marisa Afonso Andrade Brunherotti.....	29
O SUICÍDIO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS	
Aline Fernandes de Azevedo Bocchi	
Guilherme Beraldo Cesário.....	31
AÇÕES SOCIAIS E NUTRICIONAIS: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE NUTRIÇÃO DA UNIVERSIDADE DE FRANCA-SP	
Amanda Cristina Torralbo Pugliesi.....	33

A PROMOÇÃO DA SAÚDE E A QUALIDADE DE VIDA DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

Anna Laura Montesani Viana

Lílian Cristina Gomes do Nascimento

Adriana Pernambuco Montesani.....35

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE VIDA: REVISÃO DE LITERATURA

Carolina Milhim Barcellos

Lílian Cristina Gomes do Nascimento.....37

AMBIÊNCIA HOSPITALAR COMO UM DOS FATORES DE PERCEPÇÃO DO BEM ESTAR NOS PACIENTES DAS CLÍNICAS DE REABILITAÇÃO ONCOLÓGICA DE CRIANÇAS E JOVENS ADULTOS

Caroline Borges Massino

Maurício de Azevedo Valentini.....39

SIMULAÇÃO REALÍSTICA E TECNOLOGIA NA ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL NA PROTEÇÃO À CRIANÇA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Danyelle Oliveira Toledo

Jorge Luiz da Silva

Marisa Afonso Andrade Brunherotti.....41

HABILIDADES E REDE SOCIAL DE ADOLESCENTES: PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E PROMOÇÃO DA CULTURA DA PAZ

Isis Pires Gonçalves

Jorge Luiz da Silva.....43

ESGOTAMENTO FÍSICO E MENTAL A PERCEÇÃO DOS ENFERMEIROS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

Laura Mariane Rodrigues

Lílian Cristina Gomes do Nascimento

Laís Caroline da Silva.....45

SOBRE OBESIDADE EPIDÊMICA E SOCIEDADE DE CONSUMO: UMA ANÁLISE INTEGRADA A PARTIR DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Leonardo Eiji Kawamoto

Gustavo Alarcon Rodrigues.....47

A CULTURA DA PAZ E A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL NO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Luciano Aparecido Pereira Júnior

Regina Célia Souza Beretta.....49

NÚCLEO DE ESTUDO E ASSISTÊNCIA AOS TRANSTORNOS ALIMENTARES E OBESIDADE

Luiza Amaral Vilela

Cláudia Haddad Caleiro Pereira

Marcelo Salomão Aros

Marina Garcia Manochio-Pina.....51

CRIAÇÃO DE UM APLICATIVO COMO ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL NA ATENÇÃO À SAÚDE DE LACTENTES PREMATUROS

Maysa Venturoso Gongora Buckeridge Serra

Adriana Pernambuco Montesanti

Marisa Afonso Andrade Brunherotti.....53

QUALIDADE DE VIDA, SOCIALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Natália Mirelle Amaral de Lima

Marina Garcia Manochio-Pina.....55

DIA MUNDIAL DE COMBATE À OBESIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rui Pereira Caparelli de Oliveira

Nathália Antunes dos Santos

Marina Garcia Manochio-Pina.....57

IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO APROVEITAMENTO MÁXIMO DOS ALIMENTOS PARA A SAÚDE E O MEIO AMBIENTE

Sanicler Campos Silva

Élen Lúcia Bagatini Saud Ferro

Marina Garcia Manochio-Pina.....59

UNIVERSIDADE PROMOTORA DE SAÚDE AMIGA DA COMUNIDADE

Yadira Arnet Fernandes

Regina Célia Souza Beretta.....61

O APLICATIVO UNIVERSO PREMATURO®: A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Adriana Pernambuco Montesanti

Marilurdes Cruz Borges

Marisa Afonso Andrade Brunherotti.....63

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA EDUCAÇÃO DEFINIDOS PELA ONU

Aline Michele Dib.....65

A CONTRAPOSIÇÃO INDIRETA ÀS ATIVIDADES EMANCIPADORAS DE EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO REFLEXIVO

Aline Michele Dib.....67

A FORMAÇÃO DE FACILITADORES MIRINS NAS ESCOLAS: NA BUSCA DE CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ NA COMUNIDADE

Berenice Bolzani

Laura Aparecida Tristão

Jorge Luiz da Silva.....69

PERSISTÊNCIA, VIOLÊNCIA, MULHER. GÊNERO EM DEBATE DIALÓGICO

Cláudia de Fátima Oliveira

Camila de Araújo Beraldo Ludovice.....71

INCLUSÃO DIGITAL NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

Cláudia. Vicci Amadeu

Marina Garcia Manochio Pina.....73

REFLEXÕES SOBRE UM PROCESSO DE AVALIAÇÃO MÉDICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cristiane Pereira Pedro Garcia

Marisa Afonso Andrade Brunherotti.....75

AVALIAÇÃO EXTERNA COMO ESTRATÉGIA PARA MELHORIA DO ENSINO EM UM CURSO DE MEDICINA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Danyelle Oliveira Toledo

Jorge Luiz da Silva.....77

METODOLOGIAS ATIVAS: RUMO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE NÚMERO 4 (EDUCAÇÃO DE QUALIDADE)

Fabiana Parpinelli Gonçalves Fernandes

Lílian Cristina Gomes dos Nascimento.....79

CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EQUITATIVA E DE QUALIDADE PREVISTA NO ODS 4

Gisélia Gonçalves de Castro.....81

SOBRE "NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS": GÊNERO PARA ALÉM DA PERSPECTIVA BINÁRIA

Helena Vicentini Julião

Nayara Hakime Dutra Oliveira.....83

MAPEAMENTO DE AÇÕES INTERSETORIAIS DE ATENÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP

Letícia Natália de Oliveira.....85

O "TETO DE VIDRO" NA POLÍTICA BRASILEIRA E A ATUAÇÃO DO DIREITO NA BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Letícia Trevizolli de Oliveira.....87

O USO DO DISPOSITIVO DE GRANJINHAS ESCOLARES PARA PROMOVER A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PIO, TIRADENTES–MG

Luiza de Resende Madeira.....89

O GRUPO DE ESTUDOS EM GÊNERO, PODER E RESISTÊNCIA E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE DE FRANCA-SP

Marcela Helena Petroni Pinca.....91

DISCUSSÃO PEDAGÓGICA SOBRE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS: FATORES DE IDENTIFICAÇÃO E CANAIS DE AJUDA

Marcela Helena Petroni Pinca

Bianca Marcico.....93

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO CONCEITO "SUSTENTABILIDADE" NO TEMPO E NO ESPAÇO

Marilurdes Cruz Borges

Camila Araújo Beraldo Ludovice

Solange Aparecida de Souza Monteiro.....95

QUANTITATIVO DE CIDADES EDUCADORAS NO BRASIL

Renan Nunes Aguiar

Lílian Cristina Gomes do Nascimento.....97

A RETÓRICA E A PSICOLOGIA SOCIAL EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ABORDANDO RETORICAMENTE AS ATITUDES DE FUTUROS ATORES EDUCACIONAIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO LGBTQIA+

Ticiano Jardim Pimenta.....99

ACIDENTES COM PRODUTOS QUÍMICOS - RISCOS TECNOLÓGICOS E INDUSTRIAIS: MAPEAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE FRANCA-SP

Angélica Vieira de Souza Lopes.....101

RISCOS INDUSTRIAIS E TECNOLÓGICOS: MAPEAMENTO DOS ACIDENTES COM PRODUTOS QUÍMICOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO-SP

Angélica Vieira de Souza Lopes.....103

**LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS:
COOPERATIVA COPLANA E O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Mirela Andréa Alves Ficher Senô

Larissa Cistina Moraes de Oliveira.....105

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO USO DE RESÍDUOS DE INDÚSTRIAS
NA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS URBANAS E
RURAIS EM FANCA-SP**

Pedro Henrique de Melo Carrijo

Célio Bertelli

Tâmer de Oliveira Faleiros.....107

**O USO DE AGROTÓXICOS E A INTER-RELAÇÃO COM O
SUICÍDIO ENTRE OS AGRICULTORES**

Roberta da Silva Leal.....109

**AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE: UM
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CLARAVAL-MG**

Rodolfo Borges de Faria.....111

A RELAÇÃO DE COMUNIDADES E O MEIO

Ana Leticia Esteves Rodrigues.....113

**CIDADANIA, URBANISMO E EMANCIPAÇÃO: A EXCLUSÃO
SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA
CRÍTICA URBANÍSTICA**

AndréLuizPereiraSpinieli.....115

CIDADES SAUDÁVEIS E PROMOÇÃO DA SAÚDE: REQUISITOS

Antônio Henrique Luque

Jorge Luiz da Silva.....117

**POLITICAS PÚBLICAS NO CONTROLE DE URBANIZAÇÃO
DAS BOÇOROCAS DE FRANCA-SP**

Célio Bertelli.....119

**ESTUDO DE INTERVENÇÃO URBANA ASSOCIADA ÀS
QUESTÕES DE MOBILIDADE URBANA E PAISAGÍSTICAS
NA ÁREA DE ENTORNO DA ROTATÓRIA SÃO VICENTE, NA
CIDADE DE FRANCA-SP, BRASIL**

Lara Reis Rodrigues

Leonardo Máximo Jardim Pimenta

Gilberto José Nascimento Araújo.....121

**CIDADE E CAPITAL: O IMPACTO DOS VAZIOS URBANOS SOB
A LÓGICA DO VALOR DE TROCA**

Letícia de Paula Souza.....123

**A CIDADE ENQUANTO BEM COMUM: INCLUSÃO E
SUSTENTABILIDADE**

Lidiane Lima Silva

Patrick Martins Santos.....125

**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
EM FRANCA-SP**

Linda Teresinha Saturi.....127

**REQUALIFICAÇÃO SOCIAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
INSERIDOS EM ÁREA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL URBANA**

Marcelo Pini Prestes.....129

**ESTUDO DA AMBIÊNCIA GERADA POR MEIO DOS
MOBILIÁRIOS URBANOS NA RELAÇÃO DAS PERCEPÇÕES
DE PERTENCIMENTO, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR**

Maurício de Azevedo Vicentini

Daniel dos Santos.....131

O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES DE ARAXÁ-MG E FRANCA-SP

Mauro Ferreira

Matheus Fernandes Alves Lopes

Maria Antônia Botelho de Resende.....133

DIREITO À CIDADE E SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO A LUZ DO OBJETIVO 11 DA ODS, NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Patrick Martins Santos

Lidiane Lima Silva.....135

PRINCIPAIS ASPECTOS DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

Pedro Alexandre Ferreira Sousa Degrande.....137

HABITAÇÃO POPULAR E CIDADANIA: UMA ANÁLISE SOBRE A TRAJETÓRIA JURÍDICA BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA

Ricardo Rocha de Araújo.....139

O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - EIV NA CIDADE DE FRANCA-SP

Roberlei César Dal Sasso

Mauro Ferreira

Eduardo Meireles.....141

PROMOÇÃO DA SAÚDE: ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Thaís Fanan Peres

Glória Lúcia Alves Figueiredo.....143

A TRÍPLICE AMBIENTAL: MEIO AMBIENTE NATURAL, CULTURAL E ARTIFICIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

ArthurOliveiraLopes.....145

PSICOLOGIA AMBIENTAL E SEUS LIMITES

Clinton Furtado de Mendonçada Rocha

Érica Rezende Colodeti.....147

PROJETO ARBONIZAR GUARÁ: A COMUNIDADE UNIDA PELOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Coriolano Elias Antônio Mourani Naves

Mirela Andréa Alves Ficher Senô.....149

PARTICIPAÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL NA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DA CRÍTICA AO DIÁLOGO E A COLABORAÇÃO

ElaineCristinaEstevam.....151

UMA NOVA PERSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS DANOS AMBIENTAIS

Érica Rezende Colodeti

Clinton Furtado de Mendonça da Rocha.....153

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO BAIRRO PORTINARI DE FRANCA-SP

Lúcia Regina Tanaka Bovo

Orlineya Maciel Guimarães

Maria José Oliveira Lima.....155

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: A ÚNICA VIA PARA A SUSTENTABILIDADE

Maria Eduarda Souza Moreira

Sílvio de Almeida Júnior.....157

FAUNA URBANA SILVESTRE E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTROLE BIOLÓGICO E ZONOSSES FRANCA-SP

Matheus Pontcherello Lopes do Carmo

Marina Tasso Alvarez

Maria Rita Silva Lima.....159

IMPLANTAÇÃO DE COMPOSTAGEM E HORTA URBANA EM UM ESPAÇO COMUNITÁRIO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Maurício da Silva Mayor

Juliana Aparecida da Silva

Gisela Sertório Bueno de Camargo.....161

EDGAR MORIN E A QUESTÃO AMBIENTAL

Regina Maria de Souza

Ana Paula dos Santos Prado

Ricardo Alexandre Rodrigues Garcia.....163

MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA EXPERIÊNCIA DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA NO BRASIL E LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO BÁSICA EM PORTUGAL

Regina Maria de Souza

Ana Paula dos Santos Prado

Mário Acácio Borges de Melo Correia de Oliveira

Olga Maria Assunção Pinto dos Santos.....165

LEVANTAMENTO DA BIODIVERSIDADE DE MAMÍFEROS EM FRANCA-SP

Renata Alves de Barros

Pedro Rodrigues e Silva.....167

OS CONTAMINANTES NÃO REGULADOS E O PADRÃO DE POTABILIDADE DA ÁGUA

Rubens Diego Marineli Guillen.....169

CÂMARA TÉCNICA DO TERCEIRO SETOR: UM PROJETO DO PROGRAMA

Déborah Resende Alves.....171

SECRETARIAS MUNICIPAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SMIRI'S) E A AGENDA 2030 DAS NAÇÕES UNIDAS

Helena Oliveira Rosa

Matheus Bittencourt de Amorim

Victor Medeiros Fidaldo.....173

PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: A EXPERIÊNCIA DE UMA UNIVERSIDADE PROMOTORA DE SAÚDE

Hélton Rodrigues Goulart

Fabíola Pansani Maníglia

Tâmara Gomes Machado

Cláudia Haddad Caleiro Pereira.....175

PROMOÇÃO DA SAÚDE DE FUNCIONÁRIOS DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS: O CUIDAR DO CUIDADOR

Laura Mariane Rodrigues

Laís Caroline da Silva

Lílian Cristina Gomes do Nascimento.....177

AAVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA MEDIAÇÃO JUDICIAL: ESTRATÉGIA PARA AFERIR A PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E IGUALDADE PARA TODOS NO PODER JUDICIÁRIO

Laura Aparecida Tristão

Jorge Luiz da Silva

Berenice Bolzani.....179

ESCOLA DA ESCOLHA PÚBLICA E SUAS CONCLUSÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Lucas Ribeiro.....181

AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA FERRAMENTA METODOLÓGICA

Regina Cláudia Laisner

Priscila Freires Rosso

Karan Bozoglian Custódio

Dalisa Caroline de Assis Aniceto.....183

AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: RESULTADOS PRELIMINARES

Regina Cláudia Lainer

Priscila Freires Rosso

Karan Bozoglian Custódio

Dalisa Caroline de Assis Aniceto.....185

CONGRESSO CIDADES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11 a 13 de agosto de 2020

Franca – SP

APRESENTAÇÃO

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), consubstanciados no documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Trata-se de “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade”, e reconhece a erradicação da pobreza como o maior desafio global, o que constitui “um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”. Os objetivos, integrados e indivisíveis, compreendem 3 dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Não obstante as dimensões global e nacional dessa questão, os municípios constituem o espaço por excelência para a concretização desses objetivos, pois são neles que as pessoas vivem cotidianamente, e a distância entre decisões, ações e transformação é menor. Pensando nisso, o Fórum Franca Sustentável, desde julho de 2018, discute como aplicar os ODS na construção de um planejamento estratégico de longo prazo para o Município.

Nesse sentido, o Congresso Cidades e Desenvolvimento Sustentável objetiva reunir pesquisadores, lideranças sociais, políticas e empresariais para discutir resultados de pesquisas, projetos e experiências concretas na gestão pública, no terceiro setor ou no mercado que tratem da aplicação das ODS no âmbito municipal. O Congresso compreenderá conferências, mesas redondas, grupos para apresentação de trabalhos, espaço para articulação de redes e atividades culturais.

Programação

11/08/2020 (terça-feira)

Local: Plataforma Virtual

9h – Abertura

10h15 – Painel de Abertura:

Painelistas:

Jorge Abrahão*: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Programa Cidades Sustentáveis.

*Jorge Abrahão é engenheiro, Coordenador-geral do Instituto Cidades Sustentáveis, foi membro do Conselho do Global Compact da Organização das Nações Unidas e presidiu o Instituto Ethos. Integra o Conselho do Instituto Akatu. Assina coluna quinzenal no site da Folha sobre qualidade de vida nas cidades.

Ana Paula Fava*: A Agenda 2030 nos Programas e Políticas do Governo do Estado de São Paulo.

* Assessora Especial para a Agenda 2030 da ONU – Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo.

12h – Intervalo/Almoço

14h – Grupos de Trabalho

17h – Encerramento

12/08/2020 (quarta-feira)

Local: Plataforma Virtual

9h – Mesa Redonda: A apropriação dos ODS nos marcos nacionais: o processo de nacionalização das metas globais para o Brasil.

Painelista: Enid Rocha Andrade Silva.

* Diretora Adjunta de Estudos e Políticas Sociais e Técnica de Planejamento e Pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas).

Painelista: Gustavo Maia*.

* Gustavo Maia é graduado em Comunicação Social, Social, especialista em Soluções Colaborativas para Governo na Universidade de Harvard, membro do RAPS e Movimento Agora!, é fundador e CEO da Colab

(startup de inovação em gestão pública).

10h30 – Intervalo

11h – Mesa Redonda: A implementação de ODS nos municípios.

Painelista: Professor Doutor Cláudio Paiva*.

*Diretor da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Câmpus de Araraquara e Professor do Departamento de Economia. Coordenador do Projeto Araraquara 2040.

12h30 – Intervalo/Almoço (por adesão)

14h – Grupos de Trabalho

17h – Encerramento

13/08/2020 (quinta-feira)

Local: FCHS/ UNESP

9h: Reuniões de articulação de redes pelas ODS

Mediadores:

Universidades: Ieva Lazareviciute*.

* Responsável pela área de Desenvolvimento Territorial e pela Rede ODS Universidades do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Empresários: Caio Magri*.

* Diretor-presidente do Instituto Ethos. Graduado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), foi gerente de políticas públicas da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança.

Prefeituras: Gilmar Dominici*.

* Diretor-executivo da Associação Brasileira de Municípios (ABM).

Organizações Não-governamentais: Raquel Licursi Benedeti*.

* Articuladora de Projetos Sociais. Graduada e Mestre em Serviço Social pela UNESP, foi Subchefe Adjunta da Casa Civil da Presidência da República (2007 – 2011), onde era responsável pela coordenação do acompanhamento das ações prioritárias do Governo Federal na área social.

12h – Encerramento.

TRABALHO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSTRUINDO PERSPECTIVAS ATRAVÉS DE UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE FRANCA

Brenda Schiezero Guimaro *

Victor Antônio Lopes de Menezes **

Lucas Araújo Ferreira Costa ***

RESUMO: Por meio do projeto de extensão Núcleo de Cidadania Ativa da UNESP Franca, o qual se faz atuante nos conselhos municipais de políticas públicas de Franca, reconheceu-se a problemática da falta de acesso ao trabalho digno para pessoas em situação de rua no município. Além disso, verificou-se a falta de materiais acadêmicos que versassem sobre o assunto. Ante tal situação, surgiu o anseio pela quantificação e qualificação de tal situação, por meio deste trabalho. Visou-se, assim, construir um panorama sobre as formas por meio das quais a população em situação de rua obtém seu sustento e adquire renda, bem como quais dificuldades enfrentam para tal, por meio de uma análise da conjuntura de Franca. Com base nos dados coletados, restou evidente que o quadro empregatício da população em situação de rua é grave. Observou-se a necessidade de empregar um tratamento especial a membros desta população para permitir que realizem um trabalho digno e humanizado, tendo em vista os obstáculos que enfrentam, como drogadição, falta de endereço fixo, baixa escolaridade e, em especial, vulnerabilidade social.

Palavra(s)-Chave(s): Políticas públicas; população em situação de rua; trabalho.

* Graduanda em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp, Campus de Franca.

** Graduando em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp, Campus de Franca.

*** Graduando em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp, Campus de Franca.

EMPREGO APOIADO E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Ketully Fernanda Ascêncio Cadorim *

Maria José Oliveira Lima **

RESUMO: A promoção de políticas que incentivem a metodologia do Emprego Apoiado e a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho formal propicia o crescimento econômico sustentável e inclusivo. Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) apontam que menos de 1% das pessoas com deficiência em idade ativa no Brasil estão empregadas. Cabe ressaltar que existe um alto índice no descumprimento do preenchimento de cotas previsto na legislação brasileira para pessoas com deficiência (Lei n.º 8.213/1991). O objetivo desse estudo consiste em fundamentar a concepção de políticas públicas que assegurem a eliminação de barreiras que impedem o acesso de pessoas com deficiência ao mundo do trabalho. Importante ressaltar que essas políticas são necessárias para diminuir a exclusão social com relação à empregabilidade e garantir que a população com deficiência em idade ativa alcance suas habilidades e potencialidades. O último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2010, evidenciou que 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos uma deficiência, esse número corresponde a 23,9% da população brasileira. As pessoas com deficiência representam um dos grupos sociais com maiores dificuldades para alcançar o direito de acesso e permanência no mercado de trabalho. Uma importante estratégia para a materialização da inclusão é oferecer meios e ferramentas para o exercício digno da cidadania, visto que na contemporaneidade a deficiência não pode mais ser considerada um atributo ou uma característica pessoal dos indivíduos, mas uma situação injusta devido às barreiras sociais, que impedem a participação das pessoas com deficiência em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. A metodologia do Emprego Apoiado favorece a inserção e manutenção laboral da pessoa com deficiência, pois compreende um conjunto de ações de assessoria, orientação e acompanhamento personalizado, dentro e fora

* Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp, Campus de Franca.

** Professora Assistente Doutora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp, Campus de Franca.

do local de trabalho, realizadas por preparadores laborais e profissionais especializados, com o objetivo de inserir e manter a pessoa com deficiência em um emprego remunerado em empresas do mercado formal de trabalho, nas mesmas condições que demais trabalhadores que desempenham funções equivalentes. Desse modo, a grande mudança trazida pelo paradigma da inclusão foi que a sociedade precisa transformar-se e eliminar as barreiras para garantir uma maior participação das pessoas com deficiência e nesse contexto o Emprego Apoiado representa uma relevante tecnologia social.

Palavra(s)-Chave(s): Inclusão; pessoa com Deficiência; emprego apoiado

ADESÃO DE MÃES DE PRÉ-TERMOS FRENTE PROPOSTA TECNOLÓGICA NO ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO LINGÜÍSTICO NO APP UNIVERSO PREMATURO®

Adriana Pernambuco Montesani *

Vinícius Henrique do Carmo da Silva **

Marisa Afonso Andrade Brunherotti ***

RESUMO: O aplicativo Universo Prematuro® (Fapesp sob no 18/05569-5) para dispositivos móveis, está voltado às ações e informações de saúde na busca de reduzir iniquidades sociais, ao considerar abrangência multiterritorial de atenção ao desenvolvimento linguístico de pré-termos de 0 a 12 meses. O aplicativo parte das premissas preconizadas no preâmbulo da agenda de 2030 da ONU, ao esclarecer que "a disseminação da informação e das tecnologias de comunicação e interconectividade global têm grande potencial para acelerar o progresso humano, para eliminar o hiato digital e desenvolver sociedades do conhecimento, tal como a inovação científica e tecnológica em áreas tão diversas como medicina e energia" e no (ODS 17) -17.8 - incentiva "[...] o aumento do uso de tecnologias capacitadoras, em particular tecnologias de informação e comunicação". O estudo vem propor acompanhar e estimular o desenvolvimento linguístico (verbal e não verbal) de pré-termos. O aplicativo está estruturado em quatro etapas do desenvolvimento (0-3, 4-6, 7-9, 10-12 meses de vida). Nesta fase inicial do estudo, interessou-nos destacar os resultados qualitativos parciais de adesão das mães em período de coleta. A pesquisa é realizada em hospital público do interior de São Paulo, Comitê de Ética nº parecer 3.445.686. A amostra parcial de abordagem contou com 87 puérperas de prematuros com menos de 37 semanas de gestação. Para esta análise foram consideradas 45 como participantes (51,7%) e 42 mães (48,3%) entraram em processo de exclusão (por motivo geográfico, mães não localizadas e restrição de acesso ao dispositivo móvel). Os resultados parciais encontrados mostram

* Mestre em lingüística pela Universidade de Franca. Doutorando do Programa de Promoção de Saúde da Universidade de Franca. Pesquisadora.

** Graduado em Engenharia Mecatrônica pela Universidade de Franca. Bolsista TT III FAPESP.

*** Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. SP Especialista em Psicossomática. Docente preceptora da Universidade de Franca. Docente do Curso de Medicina.

que problemas relacionados à falta do dispositivo móvel representam apenas (4,8%), isto posto, (88,5%) apresenta potencial para acompanhar o aplicativo. O resultado demonstra que a tecnologia móvel e a inclusão digital são potenciais aliados para a criação de novas ações sustentáveis em saúde com abrangência geográfica-longitudinal. A Promoção de Saúde via APP tem como objetivo novas ações voltadas ao acompanhamento do desenvolvimento de pré-termos, pós-alta hospitalar, na tentativa de minimizar possíveis impactos, a longo prazo, no desenvolvimento atípico desses grupos e ainda alcançar equidade e a democratização da saúde voltadas a grupos de maior vulnerabilidade.

Palavra(s)-Chave(s): Sustentabilidade; saúde; ações; linguagem; prematuridade

O SUICÍDIO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Aline Fernandes de Azevedo Bocchi *

Guilherme Beraldo Cesário **

RESUMO: suicídio é uma prática sócio-histórica que acompanha a humanidade desde seus primórdios. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), nos últimos anos o índice entre adolescentes e jovens adultos vem crescendo. O ato, que antes era enunciado por meio de cartas de despedida endereçadas a parentes e amigos próximos, com o desenvolvimento das tecnologias digitais passou a ser anunciado em postagens nas redes sociais, em especial no Facebook. Passa-se, deste modo, de uma escrita formulada para explicar e justificar à formulações equívocas de publicização do ato suicida, como observado no recente episódio que marcou a cidade de Ribeirão Preto, no qual vislumbramos os dizeres: "Hoje meu nome vai ecoar por toda cidade". Partindo deste enunciado e situando-o em suas condições históricas de produção, questionamos: O que essa mudança no endereçamento de dizeres suicidas indicia sobre as formas de viver e morrer em nossa sociedade? Como esse dizer, em sua materialidade, se significa no digital? Nosso objetivo é compreender o funcionamento discursivo da publicação de despedida do jovem suicida, ou seja, o modo como ela produz efeitos de sentido. Ancorados nos preceitos da Análise de Discurso, particularmente representados pelos nomes de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, abordaremos os processos de constituição de sujeitos e sentidos, tendo em vista a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, no simbólico, conforme elaborado por Pêcheux (2009). Interessa-nos compreender, nos modos de formulação sobre o suicídio, como o sujeito se constitui ao anunciar sua morte na rede digital. Além disso, interessa-nos o fato de o perfil do jovem morto e suas publicações se tornarem um memorial, continuando ativo na rede social, o que possibilita a amigos e familiares reverem fotos, publicações e continuarem alimentando a página. Perguntamo-nos, deste modo, sobre a constituição de uma prática contemporânea de luto, em uma sociedade constituída pelo digital. Consideramos, então, o suicídio como sintoma

* Professora pesquisadora permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Franca.

** Graduado em Psicologia. Especialista em Psicanálise Contemporânea. Mestre em Linguística, pela Universidade de Franca.

de um mal-estar relacionado às relações sociais, ou seja, à forma como os laços sociais se dão em nossa sociedade, marcados pela divisão estruturada por relações de poder dissimétricas e desiguais, o que nos mostra que, no dizer sobre o suicídio habita o político. Deste modo, almeja-se uma ampliação da produção de conhecimento desses discursos digitais como modo de pautar políticas públicas de prevenção ao suicídio.

Palavra(s)-Chave: Suicídio; luto; redes sociais digital

ACÇÕES SOCIAIS E NUTRICIONAIS: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE NUTRIÇÃO DA UNIVERSIDADE DE FRANCA-SP

Amanda Cristina Torralbo Pugliesi *

RESUMO: Introdução: ser um curso de formação em saúde é também ser um agente de transformação social. Incentivar ações solidárias é papel das instituições de ensino com compromisso social. Objetivo: descrever um programa de ação social desenvolvido pelo Curso de Nutrição da Universidade de Franca por meio da parceria entre docente e empresa e participação dos alunos. Métodos: trata-se de uma parceria estabelecida entre docente e empresa, que viabilizou a realização anual de eventos científicos, cuja inscrição é totalmente convertida em suplementos nutricionais para os pacientes em tratamento no Hospital do Câncer de Franca. O conteúdo dos eventos é ministrado pela docente, idealizadora do projeto, e a realização dos eventos envolve diretamente o Curso e a Atlética de Nutrição, bem como a empresa representante dos suplementos. Resultados: no ano de 2019, em que esta parceria se iniciou, o evento contou com a participação de 121 estudantes, resultando na doação de 121 suplementos nutricionais aos pacientes do Hospital do Câncer de Franca. Para o ano de 2020 espera-se superar o número de participantes na palestra intitulada "Nutrição e Oncologia", com data prevista de realização no dia 26 de março. Conclusão: os eventos promovidos por meio da parceria docente e empresa são, além de uma atividade beneficente, uma oportunidade de aprendizado científico e incentivo às ações sociais. Acredita-se que esta seja a função das instituições de ensino: promover o conhecimento científico e mobilizar a comunidade acadêmica para agir em benefício da sociedade.

Palavra(s)-Chave(s): Ação social; nutrição; oncologia

* Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Municipal de Franca. Graduando Nutrição pela Universidade de Franca.

A PROMOÇÃO DA SAÚDE E A QUALIDADE DE VIDA DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

Anna Laura Montesani Viana*

Lílian Cristina Gomes do Nascimento**

Adriana Pernambuco Montesani***

RESUMO: Ao considerar as estatísticas da OMS (Organização Mundial da Saúde) relacionadas ao acometimento de doenças mentais, no Brasil, em diversas faixas etárias, níveis e grupos sociais, surge a responsabilidade social na busca de estratégias voltadas à promoção da saúde em todas as esferas da sociedade. Partindo de tal princípio, a união de forças de âmbito científico e institucional torna-se altamente relevante para ações eficazes de intervenção e promoção da saúde direcionada aos colaboradores de grandes instituições. Este estudo parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda de 2030 (ODS 4 e ODS 8) em ações para [...] promover a saúde mental e o bem-estar (4.4) e proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores [...] (8.8). Nesse sentido, tornam-se favoráveis para instituições, em geral, ações na criação e implementação de ambientes estimulantes e saudáveis ao garantir qualidade, participação social, desempenho satisfatório e, conseqüentemente, qualidade de vida (QV) a todos os seus colaboradores e, em especial, aos técnicos-administrativos de Instituições de Ensino Superior (IES). Nesse sentido, o estudo propõe investigar e avaliar a QV de funcionários administrativos de uma Universidade particular no interior do estado de São Paulo, a fim de detectar déficits que possam interferir na saúde e desempenho laboral. Como metodologia para a realização do estudo optou-se pela aplicação de dois questionários presenciais, o primeiro identificando informações sobre as variáveis sociodemográficas e o segundo, o WHOQOL-bref, voltado aos da Qualidade de Vida. Participaram do estudo 81 funcionários administrativos, sendo em maioria os do sexo feminino, com idade média de 30,3 anos. Os resultados mostraram que nas autoavaliações da

* Graduando do curso de Psicologia da Universidade de Franca.

** Pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Promoção de Saúde. Professora do curso de Fisioterapia da Universidade de Franca.

*** Mestre em lingüística pela Universidade de Franca. Doutorando do Programa de Promoção de Saúde da Universidade de Franca. Pesquisadora.

QV, (75,5%) dos participantes consideraram (boa e muito boa), já em variáveis isoladas apareceram déficits significativos nos quesitos ("dor e desconforto"; "dependência de medicação e/ou tratamento"; "sentimentos negativos"). Diante dos resultados, parte-se do princípio de que a promoção da saúde é preponderante na juntos às IES para a implementação de ações estratégicas e eficazes para minimizar, ou até mesmo, erradicar tais déficits, a partir de ações sustentáveis contínuas e sistematizadas, sob um viés multiprofissional e intersetorial na melhora do diagnóstico da QV dos funcionários.

Palavra(s)-Chave(s): Avaliação; qualidade de vida; técnicos-administrativos; saúde

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE VIDA: REVISÃO DE LITERATURA

Carolina Milhim BarcellosLílian*

Cristina Gomes do Nascimento**

RESUMO: A agenda de desenvolvimento sustentável para 2030 foi, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas para considerar a urbanização, a redução da iniquidade e uma melhor atenção para a melhora da saúde (NAÇÕES UNIDAS, 2015). O termo de cidades saudáveis vem ganhando força segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), as cidades que possuem e desenvolvem políticas públicas e criam ambientes de saudáveis para a população podem se apoiar e melhorar a saúde (AWOFESO, 2003). Objetivo: verificar sobre o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida. Metodologia: Trata-se de uma revisão de literatura com uso de descritores científicos nas bases de dados PUBMED e BVS; Cities AND Sustainable development AND quality of life and health promotion para verificar o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. Para o critério de inclusão; idioma português, inglês e espanhol; texto completo e revisão dos últimos 10 anos (2009 - 2019) e exclusão dos temas que não abordasse qualidade de vida e desenvolvimento sustentável. Foram encontrados 9 artigos na BVS, 8 excluídos (estar em italiano; 2 textos incompletos; 1 maior de 10 anos; 3 repetidos, tema sobre criação de doenças) e na PUBMED 4 artigos (2 por texto incompleto), resultando em 3 artigos. Resultados: Zapata et al., 2016 cita a ação intersetorial, a política e a participação da população são essenciais para a implementação da prática da redução de iniquidades e melhora da qualidade de vida nas cidades saudáveis, através de novas políticas públicas de saúde que abordem cidade saudável e sustentável e que podem interferir na qualidade de vida da população. Gallo e Zetti (2012), identificam um maior empoderamento da população local e do fortalecimento da ação intersetorial, e da proposta de um plano de ação, que devem garantir maior sustentabilidade. A Saúde para todas as políticas (RAMIREZ-RUBIO et al., 2019) é utilizadas mundialmente, para alcançar

* Mestra e Doutoranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Graduada em Fisioterapia pela Universidade de Franca.

** Pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Promoção de Saúde. Professora do curso de Fisioterapia da Universidade de Franca.

os objetivos da ODS que estão relacionados a Agenda 2030, através da equidade, o fortalecimento da comunicação e participação social e interdisciplinaridade, que são fundamentais para a saúde para todos e implementação de ODS. Conclusão: Conclui-se que a ação intersertorial, a participação e empoderamento da população, e a política devem agir em conjunto para a melhora da qualidade de vida e de uma cidade mais sustentável.

Palavra(s)-Chave(s): Cidades; desenvolvimento sustentável; promoção da saúde; qualidade de vida; Universidade

AMBIÊNCIA HOSPITALAR COMO UM DOS FATORES DE PERCEPÇÃO DO BEM ESTAR NOS PACIENTES DAS CLÍNICAS DE REABILITAÇÃO ONCOLÓGICA DE CRIANÇAS E JOVENS ADULTOS

Caroline Borges Massino*

Maurício de Azevedo Valentini**

RESUMO: O presente artigo possui o intuito de investigar, através de revisão bibliográfica, a importância da ambiência hospitalar no auxílio do processo de recuperação do paciente e de sua percepção do bem-estar, especialmente nos ambientes de oncologia onde há uma maior permanência nos ambientes hospitalares, tanto nas alas de recuperação quanto nas salas de espera e acolhimento. Quando falamos em ambiência pensamos em humanização por meio de equilíbrio de elementos que compõe o espaço, porém, pode-se afirmar que ela não é composta apenas pelo meio material onde vivemos, mas pelo meio moral e sentimental que esse meio físico induz no comportamento e proporciona estímulos, positivos ou não, em seus usuários. O que afeta diretamente no comportamento e nos estímulos que o ambiente proporcionará as pessoas. Compreender a influência da ambiência nas relações sociais possibilita a caracterização e o reconhecimento de elementos que funcionam como fortes coadjuvantes ao bem-estar da população. Nos hospitais de oncologia ela entrará para ajudar a melhorar a qualidade de vida de seus usuários com a cor, a forma, o mobiliário, a vegetação e afins. No percurso do artigo foi necessário estabelecer uma conexão dos conceitos de conforto ambiental, acessibilidade, ergonomia e humanização de ambientes provindos da Arquitetura e Urbanismo para efetivar uma análise adequada da ambiência e desta forma perceber os condicionantes do comportamento humano vinculados a percepção do espaço. Objetivou-se com esta pesquisa promover ambientes que possam proporcionar o bem-estar para as pessoas que frequentem estes locais, sejam elas pacientes, pais ou acompanhantes fazendo com que, mesmo que minimamente, eles se sintam bem estando ali.

Palavra(s)-Chave(s): ambiência hospitalar; hospitais oncológicos; bem-estar

* Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Franca. Técnico em Edificações pelo Instituto Francano de Ensino Alto Padrão. Técnica em Laboratórios na Universidade de Franca.

** Professor de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Franca.

SIMULAÇÃO REALÍSTICA E TECNOLOGIA NA ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL NA PROTEÇÃO À CRIANÇA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Danyelle Oliveira Toledo*

Jorge Luiz da Silva**

Marisa Afonso Andrade Brunherotti***

RESUMO: Estratégias para o preparo adequado do estudante de medicina para a assistência de qualidade é fundamental, o que atende o objetivo 3 do desenvolvimento sustentável (meta 3.2. acabar com mortes evitáveis de recém-nascidos, apoiar o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde) e o objetivo 4, promover oportunidades de aprendizagem e educação de qualidade. Assim, o presente estudo teve como objetivo aplicar a simulação realística e o modelo do curso de reanimação neonatal do Programa de Reanimação Neonatal da Sociedade Brasileira de Pediatria para estratégias de ensino e aprendizagem para estudantes de medicina. As simulações realísticas aconteceram em dois dias consecutivos, com grupo de oito estudantes, seguindo protocolos e diretrizes do Programa de Reanimação Neonatal da Sociedade Brasileira de Pediatria no centro de simulação de uma universidade do interior do estado de São Paulo, guiadas pela docente habilitada. Foram realizadas aulas teóricas em dois tempos, disponibilizadas pelo Programa de Reanimação (1º tempo: Passos iniciais e ventilação com balão e máscara e 2º tempo: Intubação, massagem e medicações) e quatro aulas práticas (1ª passos iniciais, 2ª ventilação com balão e máscara, 3ª intubação traqueal, 4ª massagem cardíaca e medicações). O treinamento foi realizado com casos clínicos pré-estabelecidos pelo Programa Reanimação Neonatal. Todos os estudantes foram avaliados segundo o modelo de avaliação para certificação do curso, com avaliação

* Graduada em Medicina pela Faculdade de Medicina de Barbacena. Professora do Centro Universitário Municipal de Franca e da Universidade de Franca. Mestre em Promoção da Saúde pela Universidade de Franca.

** Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde da Universidade de Franca. Doutor em Enfermagem em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo.

*** Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário Claretiano. Mestre em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Pós-doutorado na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

teórica pré e pós curso, avaliação da prática e 100% de frequência. Foi observado que este modelo de avaliação proporcionou 87,5% de aprovação e 12,5% de reprovação (uma reprovação), com melhora na nota em 100% dos estudantes, as experiências geraram maior segurança e confiança para a execução da prática real. O uso da simulação realística mostrou-se como uma metodologia importante de treinamentos, por replicar experiências da vida real em um ambiente protegido, que facilita o processo de treinamento e melhora na qualidade para futuras assistências em sala de parto, atendendo assim a vertente de redução de mortalidade neonatal precoce associada a asfixia perinatal.

Palavra(s)-Chave(s): Educação; recém nascido; ressuscitação cardiopulmonar

HABILIDADES E REDE SOCIAL DE ADOLESCENTES: PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E PROMOÇÃO DA CULTURA DA PAZ

Isis Pires Gonçalves*

Jorge Luiz da Silva**

RESUMO: Os problemas de comportamento e a prática de delitos durante a adolescência são influenciados pelas condições sociais e pelas experiências de socialização dos adolescentes em diferentes contextos. Assim, a identificação dos componentes das redes sociais dos adolescentes, bem como a qualidade dos vínculos estabelecidos, constitui um aspecto importante a ser investigado, pois a exposição a modelos divergentes e criminalizados influencia a gênese e a manutenção de condutas contrárias à Lei. Em contrapartida, um bom repertório de habilidades sociais pode contribuir para que os adolescentes não sejam facilmente influenciados à prática de delitos. Esta investigação objetivou verificar a existência de diferenças nas habilidades sociais e na rede social de adolescentes com e sem passagem pela Justiça, e se essas possíveis diferenças se associam a variações na quantidade de comportamentos divergentes e delituosos. O estudo foi realizado com 31 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no interior do estado de São Paulo e com 31 adolescentes com perfis semelhantes ao primeiro grupo, porém sem passagem pela Justiça. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação do Questionário Sobre Comportamento Juvenis (QCJ), Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA) e Mapa de Rede Social. Os resultados indicam que os adolescentes com e sem passagem pela justiça não apresentam diferenças significativas em termos de dificuldade para as habilidades sociais. Todavia, os adolescentes em conflito com a lei apresentaram nível mais elevado em termos de frequência para as habilidades sociais. Quanto às redes sociais dos adolescentes, aqueles sem passagem pela justiça apresentaram rede de tamanho pequeno e

* Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Graduada em Psicologia pela Universidade de Franca.

** Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde da Universidade de Franca. Doutor em Enfermagem em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo.

médio enquanto que os adolescentes em conflito com a lei apresentaram em tamanho médio e grande, sendo possível perceber fatores de risco (exposição a modelos criminais, punições severas, falta de diálogo, e fraca vinculação entre adolescente e pais) e proteção (vinculação aos membros, investimento em atividades convencionais, empenho em relação às instituições sociais e revitalização dos laços de solidariedade) frente ao engajamento infracional nos componentes dos quadrantes familiar, comunitário, escolar ou profissional e nas relações de amizades. Em relação aos comportamentos divergentes e delituosos, os adolescentes em conflito com a lei os apresentaram em maior quantidade em comparação aos adolescentes sem passagem pela Justiça, ainda que, em ambos os grupos, a emissão de tais comportamentos tenha sido elevada. Os resultados obtidos podem gerar indicações para a elaboração de programas promotores de saúde e interventivos destinados à prevenção e redução das violências, promoção de sociedades pacíficas, inclusivas e justas em todos os níveis, alinhando-se com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de número 16 e com as suas metas.

Palavra(s)-Chave(s): Habilidades sociais; redes sociais; engajamento infracional; desvios da conduta; objetivos de desenvolvimento sustentável

ESGOTAMENTO FÍSICO E MENTAL, A PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.

Laura Mariane Rodrigues*

Lílian Cristina Gomes do Nascimento**

Laís Caroline da Silva***

Introdução: Observa-se um crescimento no cenário mundial de experiências negativas no trabalho, o que pode acarretar na presença da Síndrome de Burnout (SB), estando o profissional de enfermagem inserido neste contexto. Objetivo: Avaliar a síndrome de Burnout em enfermeiros da ESF e UBS, que são funcionários da Prefeitura Municipal de Passos, MG. Métodos: Trata-se de uma pesquisa de campo de cunho quantitativo, prospectivo, de natureza aplicada e objetivos descritivos, com 26 enfermeiros que trabalham na Coordenação das ESF's e UBS's da Prefeitura Municipal de Passos. A coleta de dados foi realizada após a aprovação no comitê de ética, sob número do parecer CAAE: 15815719.0.0000.5495. A pesquisa foi realizada no período de Dezembro de 2019. No intuito de verificar a presença da síndrome de Burnout nos participantes, foi utilizado o instrumento Maslach Burnout Inventory. Resultados: 76,9% (20) apresentam Exaustão Emocional Alta. 46,6% (12) consideraram baixa a realização profissional. 57,7% (15) para baixa despersonalização. Foi identificado que em 38,5% (10) dos enfermeiros a Burnout começa a se instalar, esses profissionais foram orientados a buscar ajuda profissional para prevenir o agravamento dos sintomas. Considerações finais: Atualmente o estresse emocional é uma das afecções psicológicas mais frequentes em enfermeiros. A Agenda 2030, refere no objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) 8 o trabalho decente a todos, propondo promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores. Nessa perspectiva é necessário promover um ambiente de trabalho saudável em que os trabalhadores e os gestores

* Doutoranda e Mestre em Promoção da Saúde pela Universidade de Franca. Especialização em docência no ensino Superior pela Faculdade São Luis. Pós-Graduação em Saúde da Família pela Universidade de Araraquara. Graduada em Enfermagem pela Fundação de Ensino Superior de Passos, na Universidade do Estado de Minas Gerais.

** Pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Promoção de Saúde. Docente do curso de Fisioterapia da Universidade de Franca..

*** Bolsista Capes de Mestrado em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca.

colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar, da sustentabilidade do ambiente de trabalho e para todos os trabalhadores.

Palavra(s)-Chave(s): Qualidade de vida; atenção primária à saúde; esgotamento profissional

SOBRE OBESIDADE EPIDÊMICA E SOCIEDADE DE CONSUMO: UMA ANÁLISE INTEGRADA A PARTIR DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Leonardo Eiji Kawamoto*

Gustavo Alarcon Rodrigues**

RESUMO: A apresentação busca discutir a obesidade epidêmica na sociedade contemporânea, em especial na sociedade de consumo. Observando as alterações da sociedade, nos modos de produção e consumo, e a imersão em um processo acentuado de globalização pós-década de 1990, busca-se trazer o conceito de obesidade, os fatores de sua expansão nos últimos quarenta anos e a consideração da Organização Mundial da Saúde como epidemia. A partir disso, analisa-se a obesidade enquanto característica específica da sociedade de consumo, destacando os riscos e as vulnerabilidades existentes frente a esse problema, além de sua vinculação com a assimetria do desenvolvimento dos países. E por último, trabalham-se a vinculação entre o combate à obesidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial, o Objetivo 2 (fome zero e agricultura sustentável), o Objetivo 3 (saúde e bem-estar), o Objetivo 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e o Objetivo 12 (produção e consumo sustentáveis). Para tanto, como materiais, esta pesquisa faz uso de documentos oficiais de organizações internacionais, órgãos governamentais, dados estatísticos e doutrinas, utilizados a partir do método dedutivo e do método crítico-dialético para entender as causas da obesidade e a coexistência com outro extremo: a fome. A pesquisa faz uso também do método hipotético-dedutivo, para estabelecer hipóteses que auxiliem o combate da obesidade no nível municipal. Como resultados, apontam-se: a obesidade existe como epidemia e afeta países ricos e pobres, com ênfase na vulnerabilidade das camadas mais pobres dos países desenvolvidos, por questão de segurança alimentar qualitativa, podendo inclusive ser classificada como desastre conforme conceito dado pelo Escritório das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastre (UNDRR); e a afetação também de países emergentes, visto que se encontram em etapa de transição nutricional, processo intensificado em período de globalização e padronização de costumes. Como hipóteses plausíveis de combate à obesidade em âmbito municipal, citam-se: o

* Bacharel em Direito pela FCHS/Unesp/Campus de Franca.

** Bacharel em Direito pela FCHS/Unesp/Campus de Franca.

incentivo à criação de hortas comunitárias; programas de educação alimentar; incentivo ao plantio de alimentos sazonais; criação de áreas verdes mistas, que envolvam proteção ambiental, prática de exercícios e lazer e resiliência urbana; e planejamento urbano, de modo que ambiência seja favorável à prática de exercícios físicos e a locomoção, facilitada.

Palavra(s)-Chave(s): Obesidade; epidemia; desastre; sociedade do consumo; desenvolvimento sustentável.

A CULTURA DA PAZ E A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL NO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Luciano Aparecido Pereira Júnior*

Regina Célia Souza Beretta**

RESUMO: A Cultura da Paz está prevista dentro da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), como Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS), de número dezesseis, em que preconiza a "paz, a justiça e as instituições eficazes", como um determinante essencial no alcance de uma justiça social, de uma equidade efetiva e que influencia nos determinantes sociais de saúde dos indivíduos. O estudo tem por objetivo demonstrar que a Cultura da Paz só pode ser alcançada mediante o funcionamento ampliado da rede de proteção. Foi utilizada uma pesquisa de campo, desenvolvida com doze adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA), no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, por meio de seis grupos focais, além de entrevistas aos pais e responsáveis e da análise do Plano Individual de Atendimento (PIA). A análise dos dados coletados se deu por meio das categorias elencadas e do Construcionismo Social como referencial teórico-metodológico. A efetividade da Cultura da Paz só pode ser estabelecida com um funcionamento amplo das políticas públicas e da rede, que deve desempenhar um trabalho intersetorial, intrasetorial e interdisciplinar no acompanhamento a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa e de suas famílias, pensando a saúde, a assistência social e a educação, como serviços essenciais nos territórios, em que o acesso a estes espaços possibilita o alcance de qualidade de vida e bem-estar. As equipes de atendimento encontram-se defasadas, precarizadas e despreparadas, devendo ser ampliadas e capacitadas para otimizar as redes de proteção social. Sendo assim, para se alcançar o que propõe o ODS 16, a rede deve se fortalecer e se potencializar, trazendo os sujeitos para participar de forma ativa e democrática das decisões, mesmo que o alcance deste ainda seja um grande desafio.

* Mestrando em Promoção da Saúde pela Universidade de Franca. Psicólogo.

** Docente/pesquisador da UNIFRAN do Programa de Pós Graduação Strictu Sensu Promoção da Saúde. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Promoção da Saúde.

Palavra(s)-Chave(s): Adolescência; medidas socioeducativas; cultura da paz; promoção de saúde.

NÚCLEO DE ESTUDO E ASSISTÊNCIA AOS TRANSTORNOS ALIMENTARES E OBESIDADE

Luiza Amaral Vilela*

Cláudia Haddad Caleiro Pereira**

Marcelo Salomão Aros***

Marina Garcia Manochio-Pina****

Introdução: Os transtornos alimentares (TA) são distúrbios de etiologia multifatorial, caracterizados por uma grave alteração do comportamento alimentar e do padrão corporal, sendo a anorexia nervosa (AN) e a bulimia nervosa (BN) suas duas principais manifestações. Os TA afetam predominantemente adolescentes e adultos jovens do sexo feminino, podendo prejudicar a consolidação de funções orgânicas essenciais bem como o amadurecimento de fatores estruturantes da personalidade, ameaçando o desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo. O Núcleo de Estudo e Assistência aos Transtornos Alimentares e Obesidade (NEOTA) foi criado em 2009, com o objetivo de transmitir mais conhecimento sobre as doenças aos alunos da universidade de Franca, e promover atendimento adequado as pessoas da região que sofrem principalmente com transtornos alimentares, além de fomentar estudos e pesquisas que auxiliam na compreensão dessas patologias. Desde o surgimento do NEOTA o mesmo já prestou assistência a mais de 25 pacientes, entre eles crianças, adolescentes e adultos. Metodologia: É um ambulatório multi e interprofissional, que conta com atendimento nutricional, psiquiátrico e grupo de assistência psicológica que também é oferecido aos familiares do paciente. Os atendimentos são oferecidos gratuitamente para população e acontecem semanalmente. Resultados: O Núcleo utiliza estratégias para melhorar a qualidade de vida dos pacientes, através da melhor aceitação do corpo, melhor relação com o alimento, vida social mais ativa, entre outros. Além de trazer para a realidade de futuros profissionais (nutricionistas, psicólogos, médicos) doenças graves que envolvem tantas questões emocionais e que muitas vezes passam despercebidas nos atendimentos

* Nutricionista

** Nutricionista

*** Médico

**** Nutricionista

diários. Contribuindo de forma positiva para o alcance de dois objetivos da agenda 2030, que visam, promover saúde e bem-estar para todos em todas as idades (ODS 3) e ensino de qualidade (ODS 4). Referência: American Psychiatric Association (APA). (2013). Diagnostic and statistical manual of mental disorders, 5th ed. Arlington, VA: American Psychiatric Association.

Palavra(s)-Chave(s): Transtornos da alimentação e da ingestão de alimentos; promoção da Saúde.

CRIAÇÃO DE UM APLICATIVO COMO ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL NA ATENÇÃO À SAÚDE DE LACTENTES PREMATUROS

Maysa Venturoso Gongora Buckeridge Serra*

Adriana Pernambuco Montesanti**

Marisa Afonso Andrade Brunherotti***

RESUMO: O registro em instrumentos de papel requer observações, análise e identificação. Esse processo produz grandes dados a serem digitados em planilhas eletrônicas, o que aumenta os riscos ergonômicos dos datilógrafos e grande volume de papel a ser armazenado no final da digitação. Nesse sentido, o uso de papel para esses registros, mesmo se papel reciclado, mostra-se uma condição não sustentável. Dito isto, em uma relação de proteção, a tecnologia auxilia no armazenamento de dados e contribui para a organização e processamento de um grande volume de informações produzido. Na busca pelo uso da tecnologia, o projeto Universo Prematuro® envolve a criação de um aplicativo para atingir grandes áreas geográficas (município), aumentar o acesso às informações e avaliações, visando à proteção materna e à saúde infantil e promover o desenvolvimento integral da criança nascida prematuramente em acompanhamento longitudinal. O projeto apoia a Agenda 2030, que defende "promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas [...]" e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança no Brasil. O objetivo deste estudo é a criação de um aplicativo para ajudar na aquisição, pré-processamento, armazenamento e apresentação de dados e informações de forma sustentável e garantir proteção, desenvolvimento e crescimento de crianças com parto prematuro. A criação do aplicativo conta com o apoio da FAPESP (n ° 18 / 05569-5) e uma equipe multiprofissional. O aplicativo é um instrumento com informações e avaliação direcionadas ao desenvolvimento integral da criança. Com a aplicação de uma metodologia qualitativa, um entendimento de fatores determinantes no cenário familiar que envolvem biológicos, sociais e ambientais de grupos com grande vulnerabilidade representados por bebês com nascimentos prematuros. O estudo está em desenvolvimento, foram abordadas 87 mães

* Fisioterapeuta

** Pesquisadora

*** Professora Universitária

de bebês prematuros, 45 com aplicativo instalado. Cada mãe utiliza 32 folhas de acompanhamento, separadas em oito folhas de registros iniciais (mãe, bebê, registro do prontuário e avaliação do bebê) e 24 folhas de avaliação do desenvolvimento neuropsicomotor até a criança completar um ano de vida. Dessa maneira, essa amostra utilizaria 2.784 folhas. À uma percepção inicial, o aplicativo auxilia na obtenção de informações e avaliação de crianças nascidas prematuramente e que, até o momento, mostra-se reduzir o consumo de papel para o acompanhamento. O uso de tecnologia voltada aos interesses da saúde busca uma alternativa sustentável para capture informações com fácil organização e processamento.

Palavra(s)-Chave(s): Sustentabilidade prematuro; desenvolvimento; tecnologia

QUALIDADE DE VIDA, SOCIALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Natália Mirelle Amaral de Lima*

Marina Garcia Manochio-Pina**

Introdução: A reabilitação psicossocial de portadores de transtornos mentais graves é um desafio, pois necessita de um conjunto de estratégias para resgatar a singularidade e o respeito à pessoa com sofrimento psíquico, indo de encontro à necessidade de inclusão social e a redução das desigualdades que é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). **Objetivos:** Promover a melhoria na qualidade de vida e a socialização de crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e persistentes, por meio de uma atividade recreativa. **Metodologia:** Proporcionou-se um passeio recreativo a uma Universidade com os pacientes do Centro de Atenção psicossocial infanto-juvenil (CAPS i) em uma cidade do Triângulo Mineiro, com anuência de seus pais/responsáveis por meio do termo de consentimento. A atividade contou com a participação de profissionais de educação física, onde foi desenvolvida a atividade de escalada, alongamentos e momentos para reflexão com o coordenador do projeto social das crianças participantes. **Resultados:** Foram convidados 30 usuários, mas apenas 13 puderam participar, pois os demais estavam em regime intensivo. Os participantes tinham entre sete e quinze anos, sendo dez meninos e três meninas. Com a atividade recreativa, houve uma interação significativa das crianças e adolescentes com outros participantes que ali estavam, abordando sobre autoestima, superação e as dificuldades que estavam enfrentando e como lidavam as mesmas. Alguns participantes que apresentavam mutilações no braço deram seu testemunho, relatando a importância do tratamento e apoio da família. O passeio realizado foi discutido pela equipe multidisciplinar do CAPS i, sendo nítidos os benefícios apresentados após a atividade, com boa interação das crianças, demonstração de superação e desejo de aderir a alguma atividade recreativa, com isso reforça que independente da deficiência ou condição apresentada, como traz no ODS 10, todos são capazes de socializarem o que reduz significamente a desigualdade existente entre esses usuários.

* Enfermeira

** Nutricionista

Conclusão: A inclusão social permite que essas crianças e adolescentes desenvolvam sentimentos de pertencimento a sociedade e ao seu núcleo familiar, refletindo diretamente na qualidade de vida, além de enfatizar a importância do CAPS i e o retorno desses usuários as suas atividades diárias.

Palavra(s)-Chave(s): Atenção psicossocial; qualidade de vida; socialização.

DIA MUNDIAL DE COMBATE À OBESIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rui Pereira Caparelli de Oliveira*

Nathália Antunes dos Santos**

Marina Garcia Manochio-Pina***

RESUMO: Em comemoração à semana de combate à obesidade, foi realizada uma atividade na praça central da cidade de Franca, com os alunos do 2º ao 4º ano da faculdade de medicina (Unifran), a qual consistia em aferição a pressão arterial sistêmica, mensuração do peso, altura, índice de massa corporal (IMC), dosagem da glicemia capilar e a identificação dos principais fatores de risco cardiovasculares da população. A atividade durou cerca de 8h e as pessoas procuravam espontaneamente os alunos para participarem do processo. Cerca de 213 pessoas participaram e receberam orientações de prevenção de doenças cardiovasculares e promoção de saúde, sendo que 94 (44,1%) pessoas não apresentavam doenças ou fatores de risco, 74 (34,7%) apresentavam Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), 29 (13,6%) eram portadoras de Diabetes Mellitus (DM), 28 (13,1%) apresentavam Dislipidemia (DLP), sendo que dessas, 12 (5,6%) apresentavam HAS e DM, 11 (5,1%) apresentavam HAS e DLP, 11 (5,1%) apresentavam HAS associado a DM e DLP e 1 (0,4%) referiram DM associado a DLP. Cerca de 112 (52,5%) apresentaram IMC > 25 kg/m², a Pressão Arterial > 140x90mmHg estava presente em 21 (9%) dos participantes e cerca de 23 (10,7%) apresentavam outras comorbidades. Analisando as prevalências das comorbidades na literatura podemos citar: HAS está em torno de 32,5%, de DM é cerca de 8,8% na população mundial, a DLP tem prevalência na população de 59,7% e a obesidade e/ou sobrepeso (IMC > 25kg/m²) a prevalência pode chegar a 50,1% em homens e 48% em mulheres. Pode-se ressaltar que a prevalência de HAS, DM e Obesidade/sobrepeso nesta população foi semelhante à literatura, em contrapartida a prevalência de DLP foi muito menor do que a relatada em estudos nacionais, revelando, possivelmente, que esse fator de risco não é valorizado por essa população como condição potencialmente grave e capaz

* Médico

** Estudante

*** Nutricionista

de levar a agravos à saúde. Pode-se concluir que esse tipo de atividade tem boa aceitação pela população sendo uma medida eficiente para disseminar orientações, atingindo o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17) que tem como meta incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas e com a sociedade civil mobilizando recursos destas parcerias, levando assim a um maior empoderamento das pessoas em relação à própria saúde e possíveis maneiras de diminuir os riscos de adquirir doenças cardiovasculares.

Palavra(s)-Chave(s): Doenças cardiovasculares; hipertensão arterial sistêmica; diabetes mellitus, dislipidemia

IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO APROVEITAMENTO MÁXIMO DOS ALIMENTOS PARA A SAÚDE E O MEIO AMBIENTE

Sanicler Campos Silva *

Élen Lúcia Bagatini Saud Ferro **

Marina Garcia Manochio-Pina ***

RESUMO: A alimentação vem mudando progressivamente seu perfil em relação a qualidade dos alimentos. As principais mudanças estão associadas com a substituição de alimentos in natura por produtos industrializados. A alimentação adequada e saudável está agregada aos alimentos que contêm e fornecem nutrientes, assim como a forma de preparo, além de destacar que procede de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável. Com o objetivo de incentivar a prática do aproveitamento máximo dos alimentos, além de enriquecer a dieta com alternativas derivadas de partes de alimentos usualmente descartadas como folhas, cascas, sementes e talos, colabora para promover uma diminuição significativa no volume de resíduos desperdiçados, estimulando a agricultura familiar e local. Foi produzido e transmitido aos usuários cadastrados em uma Unidade Básica de Saúde um vídeo educativo de oficina culinária com conteúdo sobre Higiene e manipulação dos alimentos para uma segurança alimentar e aproveitamento integral dos alimentos com a produção de uma receita caseira utilizando ingredientes normalmente desperdiçados muitas vezes por falta de conhecimentos, como talos, cascas, folhas e sementes dos alimentos, com a finalidade de estimular a prática da alimentação saudável. Participaram 44 usuários, com idade entre 18 e 60 anos, a maioria do sexo feminino e ao final pode-se observar que eles demonstraram interesse em reaplicar as receitas, que foram consideradas saborosas pela maioria, além disso, puderam tirar dúvidas. A aplicabilidade da tecnologia audiovisual como orientações educativas sobre alimentação saudável, possibilita fortalecer informações sobre a importância de praticar o aproveitamento máximo dos alimentos e vem de encontro com o objetivo da agenda 2030

* Professora de Gastronomia na Universidade de Franca.

** Professora do curso de especialização em Gastronomia aplicada à Nutrição da Universidade de Franca.

*** Professora do Programa de Pós Graduação em Promoção de Saúde na Universidade de Franca.

(ODS 3), que visa promover saúde e bem-estar para todos em todas as idades. O estudo demonstrou que estratégias como essa são relevantes para auxiliar a adoção da prática da alimentação saudável e colabora com a promoção da saúde na prevenção e controle de doenças relacionadas a má alimentação, fortalecendo o desenvolvimento da autonomia para o cuidado do indivíduo.

Palavra(s)-Chave(s): Alimentação saudável; promoção da saúde; vídeos educativos

UNIVERSIDADE PROMOTORA DE SAÚDE AMIGA DA COMUNIDADE

Yadira Arnet Fernandes*

Regina Célia Souza Beretta**

RESUMO: Introdução: As Universidades Promotoras da Saúde são instituições de ensino superior, regidas pelo marco conceitual da promoção da saúde que objetiva promover a qualidade de vida e bem-estar de seus membros como parte do projeto institucional. A UNIFRAN compõe a Rede Ibero-Americana e Brasileira de Universidades Promotoras de Saúde. Os cursos de invernos oferecidos pelos discentes do programa de pós-graduação em Promoção da Saúde estão entre as variadas atividades que corroboram com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, mediante oportunidades de aprendizagens e vivências em saúde, para funcionários, discentes e comunidade em geral. Este trabalho é um relato de experiência da oficina realizada, durante o curso de inverno, que objetiva descrever a experiência de uma atividade extensionista realizada com um grupo da comunidade, a fim de sensibilizá-lo sobre os aspectos relacionados ao envelhecimento saudável. Método: A oficina foi realizada durante o mês de agosto do 2018, com duração de 4 horas e contou com a participação de 19 participantes, de diferentes faixas etárias. Foram realizadas diversas atividades de educação em saúde, relacionadas com o envelhecimento ativo através de dinâmicas de interação social. Posteriormente, foi empregado um questionário simples de avaliação para conhecer o nível de satisfação, com a oficina e o conhecimento adquirido. Resultados: Ao analisar os dados obtidos, constatou-se que 95% dos participantes que preencheram o questionário, avaliaram satisfatoriamente a oficina, além disso, percebeu-se uma postura diferente em relação a seus depoimentos relacionados ao envelhecimento saudável. Conclusão: As práticas de educação em saúde desenvolvidas durante os cursos de inverno na UNIFRAN vem demonstrando resultados favoráveis em diferentes públicos, constatando-se uma maior procura da comunidade, pelos mesmos. Os espaços universitários passam a ser considerados como locais privilegiados para a

* Graduanda pela Universidade de Franca.

** Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde na Universidade de Franca.

realização de atividades, que garantam o desenvolvimento e manutenção da saúde, bem-estar, inclusão social, sustentabilidade, economia solidária, adoção de estilo de vida saudável, cultura de paz e empoderamento das comunidades. Com isso, a UNIFRAM como universidade promotora da saúde se estende para além de seu papel tradicional de ensino, pesquisa e extensão.

Palavra(s)-Chave(s): Universidade promotora de saúde; comunidade; envelhecimento saudável.

O APLICATIVO UNIVERSO PREMATURO®: A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Adriana Pernambuco Montesanti*

Marilurdes Cruz Borges**

Marisa Afonso Andrade Brunherotti***

RESUMO: O avanço tecnológico e a acessibilidade às multiplataformas vêm transformando seus usuários em autodidatas digitais. A facilidade de aquisição de dispositivos móveis tem propiciado a inserção em massa de usuários, em uma sociedade conectada. Considerando o potencial transformador e abrangente dessas ferramentas, utilizamos o dispositivo móvel como nosso primeiro aliado na luta pela equidade e educação em saúde, no acompanhamento do desenvolvimento da linguagem de prematuros, pós-alta hospitalar. O aplicativo (App) denominado "Universo Prematuro®" surge como estratégia inovadora voltada aos cuidados em educação e saúde na prematuridade, disponível, na primeira etapa, apenas para o sistema operacional Android. As ações propostas via App seguem premissas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3) que propõe: "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades" e (ODS 5) "aumentar o uso das tecnologias de base, em especial tecnologias e informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres". O presente estudo, de abordagem qualitativa, apresenta resultados parciais no uso do App "Universo Prematuro®" (Fapesp n018/05569-5). A coleta de dados foi autorizada pelo CEPE. Nossas análises, neste momento, recaem sobre as percepções das mães em relação à alta dos bebês. Nas abordagens ainda em andamento, percebe-se, na fala

* Graduada em Letras Habilitação Português/Inglês pela Universidade de Franca. Mestre em Linguística pela Universidade de Franca. Especialista em Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense. Curso MBA - Gestão e Estratégia de Negócios pela Universidade de Franca. Bolsista CAPES, no Doutorado do Programa de Promoção de Saúde da Universidade de Franca.

** Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela FCL/Unesp/Campus de Araraquara. Professora Universitária.

*** Graduação em Fisioterapia pelo Centro Universitário Claretiano. Mestre em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

primigestas, insegurança e ansiedade no que diz respeito aos cuidados de bebês pré-termos. O que nos deixou surpresos foi encontrar as mesmas percepções em mães não primigestas. Esta incidência nos mostra que a atenção específica à prematuridade é um novo e importante caminho a ser percorrido. Consideramos que o uso da ferramenta Universo Prematuro®, pós alta hospitalar, busca abrir novos caminhos para o acompanhamento e bem-estar de pré-termos em seus primeiros meses de vida, uma vez que as condições sociointerativas, biológicas e socioculturais entre mãe-bebê, a partir do empoderamento de mães como protagonistas responsivas na transmissão de saberes em educação e saúde, são altamente relevantes para desenvolvimento integral da criança.

Palavra(s)-Chave(s): Sustentabilidade; promoção de saúde; prematuridade

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA EDUCAÇÃO DEFINIDOS PELA ONU

Aline Michele Dib*

RESUMO: É fato que a gestão educacional e a concepção de planejamento produzem narrativas compartilhadas nas suas redes de conhecimento e práticas nas ações voltadas à educação. Este presente estudo teve como finalidade analisar de que maneira os conceitos de planejamento e a identidade construída por eles na gestão educacional, em políticas públicas existentes, se relacionam com os objetivos da proposta de Desenvolvimento Sustentável da Educação elaborada pela Organizações das Nações Unidas (ONU). A pesquisa, feita por meio da metodologia de análise de conteúdo, selecionou sete das principais políticas públicas nacionais de educação e suas normatizações legais, para analisar a relação dos documentos com os objetivos propostos pela ONU. Com os dados, foi possível efetuar uma comparação entre a sistematização das políticas nacionais com as propostas de desenvolvimento sustentável da organização internacional. A análise foi estruturada conforme a literatura de Bardin (2011) e passou pelas respectivas fases: pré análise, codificação, categorização e análise de dados. As categorias definidas foram: a) inclusão de minorias (GOMES, 1997); b) diversidade cultural (SILVA, 2005); c) formação técnica e profissional (PETTRO, 2006). Também foram definidas duas subcategorias de análise, que são, respectivamente: metas e acompanhamento (OLIVEIRA, 2006;2001) e arenas sociais (SOUZA, 2006). Após a interpretação dos dados, notou-se que as políticas públicas educacionais brasileiras, amparadas pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), se relacionam significativamente com os objetivos de desenvolvimento sustentável da educação definidos pela ONU, e tem similaridades com o conceito de planejamento usado pela gestão educacional do Brasil, principalmente por também visar a execução de políticas que atendam o interesse público, baseadas nos princípios como isonomia e eficiência. Entretanto, a análise evidenciou que há algumas

* Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas na FCHS/Unesp/Campus de Franca.

defazagens nos dados brasileiros analisados e que, para uma maior associação com os objetivos de desenvolvimento sustentável, é preciso que as políticas nacionais adicionem no seu plano mecanismos de gestão para monitorar, implementar e acompanhar objetivos mais específicos de sustentabilidade social. Sabe-se que uma mudança dessa amplitude demanda direcionamento de ações precisas, espaço no orçamento público e tempo para ser levada em prática. Por isso, a mobilização da sociedade civil é fundamental para argumentar a favor da necessidade de uma reforma das políticas existentes, ou implementação de novas, que possam conscientizar os políticos a agir consoante com a ONU na busca de países mais sustentáveis no âmbito de educação. Contudo, também notou-se que ainda é preciso ampliar, substancialmente, o planejamento de políticas nacionais com intencionalidade de atenuar outros problemas abrangidos pela organização internacional, como disparidades de gênero, estilos de vida sustentável e cooperação internacional entre países próximos.

Palavra(s)-Chave(s): Gestão educacional; políticas públicas; desenvolvimento sustentável.

A CONTRAPOSIÇÃO INDIRETA ÀS ATIVIDADES EMANCIPADORAS DE EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO REFLEXIVO

Aline Michele Dib*

Enquanto prática social, a educação é determinante do acesso à melhores oportunidades nas sociedades hodiernas. Considerando as políticas públicas educacionais adotadas pelo Brasil, a educação no ensino superior, fornecida por instituições de ensino público e privado, tende a caminhar adjacente com atividades de extensão que se enquadram como práticas emancipatórias. Assim, é cada vez mais perceptível que estudantes de graduação e pós graduação estejam submetidos a uma formação mais emancipadora em diferentes áreas de estudo. Entretanto, as universidades vem enfrentando diversos obstáculos colocados pela sociedade e pelo próprio Estado para obter incentivo moral, financeiro e cooperação civil para a prática de extensão universitária comunitária. Assim, o presente estudo, de cunho etnográfico multifatorial, realizou observações, aplicou questionários e analisou documentos, como forma de coletar em múltiplas fontes de dados informações que pudessem contribuir com a dedutiva levantada. Em um primeiro momento, acompanhou as atividades de extensão do curso de direito de duas universidades, que mantiveram a sua identificação preservada, por três meses; posteriormente, aplicou questionários, sem identificação pessoal, com 34 estudantes, de distintos anos do curso que participaram e que não participaram de atividades de extensão, sobre algumas questões pontuais à respeito da fomentação de atividades de extensão de caráter emancipatório; e, no final, analisou-se as diretrizes e normatizações legais existentes sobre os departamentos de extensão de cada instituição de ensino. Os resultados evidenciaram que as propostas de extensão das universidades analisadas incentivam a troca de saberes entre os acadêmicos e comunidade civil, ação que propaga, substancialmente, a libertação por meio de um espaço de reflexão crítica e formativa. No entanto, foram notados diversos obstáculos, principalmente os que tangem à burocracias para implementação das atividades, propagados pela comunidade e pelo governo, que prejudicam a prática

* Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas na FCHS/Unesp/Campus de Franca.

dos programas de extensão e corrompe a acessibilidade democrática entre os alunos, tais como: a) exigência de documentos concedidos pelo poder executivo municipal que levam prazos grandes para ser concedidos; b) resistência da comunidade de dar abertura aos estudantes para realizarem ações; c) falta de incentivo financeiro para deslocamento e equipamentos de trabalho; d) preconceito por serem graduandos realizando as atividades, mesmo que com supervisão, por, supostamente, ainda não terem aprendido tudo o que a graduação oferece sobre determinado assunto; e) e, por fim, dificuldades para locação de espaço físico para a realização. Com isso, na última parte do estudo foram feitas inferências entre as informações analisadas, a fim de desmunicar a contraposição indireta às atividades de extensão e tornar evidente o papel emancipador que elas possuem, tanto na vida do aluno quanto na vida dos envolvidos.

Palavra(s)-Chave(s): Extensão acadêmica; práticas emancipadoras; ensino superior.

A FORMAÇÃO DE FACILITADORES MIRINS NAS ESCOLAS: NA BUSCA DE CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ NA COMUNIDADE

Berenice Bolzani*

Laura Aparecida Tristão**

Jorge Luiz da Silva***

RESUMO: A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), idealizados a fim de estimular ações nos países signatários em cinco áreas, dentre elas a Paz. Muitas são as propostas na busca pela pacificação dos conflitos que envolvem diferentes setores das comunidades e das nações. Buscando ampliar estas discussões, o tema deste projeto é sobre a prevenção da violência. Nosso objeto de estudo são os conflitos escolares nas relações de professores e alunos do quarto e quinto ano do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de uma cidade do interior paulista. Trata-se de uma pesquisa-ação, com proposta interventiva, que pretende apresentar aos participantes diferentes técnicas e ferramentas para a solução de conflitos nas relações interpessoais, com vistas a minimizar ocorrências de episódios de violência no ambiente escolar e fora dele, pois as habilidades adquiridas, se bem incorporadas no repertório de cada participante, poderão auxiliar no desenvolvimento de ações pacíficas nos diferentes grupos em que transitarem no decorrer de suas vidas. O referencial teórico-metodológico adotado é o Construcionismo Social, utilizando-se também dos Métodos Adequados de Solução de Conflitos com técnicas de Mediação e de Justiça Restaurativa. A pesquisa será realizada em seis escolas municipais de Ensino Fundamental I, e participarão os alunos matriculados no 4º e 5º ano e seus respectivos professores. A proposta inicial é que as intervenções sejam realizadas nas respectivas escolas. Estima-se

* Professora do curso de Psicologia da Universidade de Franca. Doutoranda em Promoção de Saúde na Universidade de Franca. Supervisiona estágios em Psicologia Social, Psicologia Jurídica e Mediação Judicial.

** Graduanda em Psicologia pela Universidade de Franca.

*** Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde da Universidade de Franca. Doutor em Enfermagem em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Graduado em Psicologia pela Universidade de Uberaba.

que os participantes sejam 600 alunos do 4º ano, 600 alunos do 5º ano, com idade entre nove e 11 anos, e 85 professores. Espera-se que a intervenção promova a conscientização sobre as diferentes possibilidades de ação para a prevenção da violência no ambiente escolar, os impactos das falhas de comunicação e o incentivo ao diálogo constante entre profissionais e estudantes, bem com, que possa estimular a inclusão de um projeto de cultura da paz nas escolas, a fim de promover habilidades e capacidades, como a comunicação eficaz, autopercepção, tomada de decisão, respeito aos diferentes sentidos construídos nas vivências individuais, que estão diretamente relacionadas às práticas de resolução de conflitos.

Palavra(s)-Chave(s): Mediação escolar; práticas restaurativas nas escolas; resolução de conflitos; capacitação de professores e alunos; mediação de conflitos; conflitos nas escolas

PERSISTÊNCIA, VIOLÊNCIA, MULHER. GÊNERO EM DEBATE DIALÓGICO

Cláudia de Fátima Oliveira*

Camila de Araújo Beraldo Ludovice**

RESUMO: Esta pesquisa objetiva observar uma das temáticas das redações propostas pelo ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio - do ano de 2015 pelo viés dos estudos bakhtinianos, contextualizando as questões dialógicas com a sociedade em relação à questão das problemáticas apresentadas à época de sua publicação, bem como tal tema causa reflexão no corpo social, imprimindo nesse valores ideológicos sobre o problema ora discutido. Sob essa égide, analisaremos o tema que aborda a questão da violência contra a mulher no Brasil no século XXI e suas causas, decorrentes de séculos anteriores, em função de questões culturais, como o patriarcalismo e machismo predominantes no país. Nesse ano, houve número significativo de feminicídios no país, elemento motivacional dessa temática, que levou a sociedade a pensar nessa camada populacional, bem como na existência de outras formas de violência, além da física, como a verbal, a patrimonial, dentre outras, a serem discutidas neste trabalho. Por meio dos estudos bakhtinianos, analisaremos como a temática em questão dialoga com a problemática social e como isso se faz refletir no corpo social. Assim, nesse contexto, desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa do Ensino Médio, em 2000, a ênfase na interação por meio da linguagem se faz presente de forma massiva e ampla, agora, com a implementação da BNCC, Base Nacional Comum Curricular. Dessa forma, neste projeto, a partir do referencial teórico sobre a linguagem e os gêneros do discurso realizados pelo Círculo de Bakhtin, nosso objetivo é compreender as relações dialógicas entre os discursos sociais dos anos em questão e como isso se faz presente em temas de redação do gênero redação do ENEM, principal acesso às universidades do país, uma vez que a prática desse gênero discursivo é condição essencial ao ensino e acesso à universidade. Assim, nossos estudos nascem a partir de discussões que ensejam a elaboração desses temas e dos questionamentos por eles suscitados, no âmbito acadêmico e escolar. Analisaremos as temáticas,

* Graduação em Letras-Habilitação em Português e Inglês pela Universidade de Franca. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Franca. Mestre em Linguística pela Universidade de Franca. Doutoranda em Linguística pela Universidade de Franca.

** Professora dos cursos de Letras, Tradutor e Intérprete e Pedagogia.

destacando os possíveis diálogos com os discursos sociais em questão e, sob o ponto de vista do filósofo russo Mikhail Bakhtin, traçaremos o percurso dessas temáticas. Após estabelecermos as semelhanças e diferenças entre as situações a serem analisadas, poderemos levantar as hipóteses de como o cronótopo, evidenciado por Bakhtin, influencia tais relações e como a educação contribui para a temática em questão.

Palavra(s)-Chave(s): Análise do discurso; gêneros do discurso; dialogismo; temas de redação do ENEM.

INCLUSÃO DIGITAL NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

Cláudia. Vicci Amadeu*

Marina Garcia Manochio Pina**

RESUMO: Introdução: A necessidade de conhecimento básico em informática e em tecnologias disponíveis em dispositivos móveis é percebida por muitas pessoas adultas, que se sentem incapazes de utilizar tais dispositivos e usufruir de seus recursos tecnológicos. O desenvolvimento de competências técnicas, por meio da inclusão digital, promove o acesso ao conhecimento e às tecnologias da informação, permitindo a capacitação e o empoderamento de adultos. Objetivo: Analisar o desenvolvimento de competências técnicas por meio da inclusão digital, como forma de capacitar e empoderar adultos. Métodos: o estudo foi realizado em uma Universidade do interior de São Paulo, com aulas práticas de informática básica para adultos funcionários dos setores de limpeza e manutenção da mesma. A quase totalidade dos participantes possuía um smartphone e pouco ou nada de conhecimento sobre como utilizar o dispositivo. A oficina aconteceu em cinco encontros semanais, de uma hora cada, no segundo semestre do ano de 2018, em um laboratório de informática da universidade. O conteúdo foi referente às tecnologias mais comumente utilizadas nos smartphones e à utilização da internet e aplicativos. A cada aula foram registradas, em um diário de campo, as reações esboçadas pelos participantes frente ao novo que se apresentava ou nas tarefas desenvolvidas. Resultados/Discussão: Participaram do estudo 23 funcionários, de ambos os sexos, com idade média de 50 anos. A maioria não possuía conhecimento sobre o conteúdo aplicado. Ao longo da oficina foi possível observar o progresso quanto à utilização dos dispositivos, e a intenção da continuidade das aulas, com novos assuntos. Por meio dos relatos feitos pelos participantes foi possível perceber a satisfação gerada e a evolução de cada um quanto ao uso do conteúdo assimilado: "A gente se sente valorizado", ou ainda, "É muito bom aprender". Conclusões: Um dos objetivos de desenvolvimento sustentável propostos na Agenda 2030 trata, entre outros, sobre promover

* Professora na Universidade de Franca.

** Professora do Programa de Pós Graduação Promoção de Saúde na Universidade de Franca.

oportunidades de aprendizagem, mais especificamente ainda, sobre as competências técnicas e profissionais para todos e todas. A proposta de uma oficina de informática básica, por meio da inclusão digital, promoveu o acesso de adultos ao conhecimento e tecnologias até então desconhecidas à maioria dos participantes. Dessa forma, foi gerado um sentimento de segurança quanto ao uso dos dispositivos e da tecnologia, de valorização, com a aquisição do conhecimento, e o consequente empoderamento conferido a esses adultos.

Palavra(s)-Chave(s): Capacitação; conhecimento em informática; inclusão digital

REFLEXÕES SOBRE UM PROCESSO DE AVALIAÇÃO MÉDICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cristiane Pereira Pedro Garcia*

Marisa Afonso Andrade Brunherotti**

RESUMO: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos está inserido no 4. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Entre as metas a serem cumpridas até 2030 destaca-se aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. A educação por competências pressupõe uma organização curricular que equilibra e alterna a aquisição de conhecimento com o desenvolvimento das habilidades e atitudes necessárias, para isso é importante um processo de avaliação condizente com os mesmos. A proposta do presente trabalho é apresentar reflexões sobre a experiência de utilização de uma ferramenta de avaliação habilidades e atitudes utilizada diariamente para estudantes de Medicina, da primeira a oitava etapas, que estiveram em atividades na comunidade. Essa ferramenta tem sido utilizada de deste o ano de 2017 até o ano atual. O instrumento de avaliação de habilidades e atitudes é composto por 5 itens e 6 descritores para discriminação de situações que permitem a avaliação da competência de um nível mais simples até o mais complexo. O fato do processo de avaliação ter sido diário facilitou a promoção de mudança atitudinal, já que as atitudes podem ser ensinadas e aprendidas. Com a aplicação da avaliação é possível notar como o processo de aprendizagem é dinâmico, com possibilidade de ser mais fiel ao desempenho do aluno naquele dia, ficando claro as potencialidades, limitações e capacidade de adaptação aos diferentes cenários de atividades. Portanto, evita avaliações que se circunscrevem a avaliações classificatórias, um momento de penalização do estudante sem se ter em conta que a avaliação é indissociável do ensino e tem a finalidade de contribuir para o progresso do estudante.

* Professora titular na Universidade de Franca.

** Graduação em Fisioterapia pelo Centro Universitário Claretiano. Mestre em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Com a utilização da ferramenta fica mais claro o que se espera do aluno em termos de habilidades e atitudes, que não deixa de avaliar pontos considerados cruciais na formação médica, além de permitir um feedback pautado em critérios claros, em que até mesmo os estudantes quando leem os descritores, percebem o desempenho favorável ou desfavorável naquele dia. Por fim, cabe ressaltar que nenhum instrumento pedagógico ou tecnológico substituirá a observação contínua do professor para avaliação de habilidades clínicas e atitudes dos estudantes, mas estes podem se apresentar como recursos para auxiliar nessa difícil tarefa.

Palavra(s)-Chave(s): Avaliação educacional; educação médica; atitude; competência profissional

AValiação EXTERNA COMO ESTRATÉGIA PARA MELHORIA DO ENSINO EM UM CURSO DE MEDICINA: RELATO DE EXPERIENCIA

Danyelle Oliveira Toledo*

Jorge Luiz da Silva**

RESUMO: O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável de número 4 visa assegurar educação de qualidade, estabelecendo como uma de suas metas aumentar habilidades relevantes, competências técnicas e profissionais dos estudantes. Assim, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por uma docente de uma faculdade de medicina no interior do estado de São Paulo como membro de uma comissão de avaliação formada por um grupo de docentes da instituição. Esses docentes são especialistas em diferentes áreas como: clínica, pediatria, cirurgia, medicina de saúde e da família, ginecologia e obstetrícia, em sua maioria não vinculados à assistência do estudante no ciclo em que o avalia. A comissão de avaliação externa foi proposta com objetivo de garantir imparcialidade na avaliação discente e de certa forma, avaliação do curso, garantindo assim a qualidade do ensino médico e qualidade do egresso. Como método, são realizadas avaliações somativas, responsáveis por 50% da composição da nota final. Essas avaliações visam a mensurar a construção do conhecimento, a competência e raciocínio clínico desenvolvido pelo estudante. Nesse quesito o estudante é avaliado como satisfatório ou insatisfatório a depender de seu desempenho, podendo repetir o exame até três vezes com o mesmo avaliador. Os outros 50% da distribuição da nota final se faz pela observação do docente que assiste o estudante diariamente. As avaliações acontecem ao final de cada ciclo, que possui duração de seis semanas. Na parte somativa, são elaboradas questões de múltipla escolha - 25 questões - abordando todo conteúdo programático proposto pela disciplina, com agendamento prévio para última quarta-feira de cada ciclo;

* Graduada em Medicina pela Faculdade de Medicina de Barbacena. Professora / coordenadora ambulatório e r.c. do Centro Universitário Municipal de Franca e docente da Universidade de Franca.

** Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde da Universidade de Franca. Doutor em Enfermagem e Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Graduado em Psicologia pela Universidade de Uberaba.

e a parte da formativa realizada pela comissão - avaliação prática - que visa através da prática em campo observar habilidade, competência e atitude do estudante, ocorre regularmente, uma por estudante, ao longo das últimas três semanas do estágio, sendo previamente agendadas entre discente e docente, no local onde o estágio ocorre. Percebe-se com o modelo da avaliação, que além da imparcialidade intrínseca a esse modelo, atinge-se os objetivos da proposta de avaliar os três âmbitos, somativo, formativo e informativo, conseguindo além de melhoria de aprendizado, avaliação da qualidade do curso.

Palavra(s)-Chave(s): Avaliação; educação

METODOLOGIAS ATIVAS: RUMO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE NÚMERO 4 (EDUCAÇÃO DE QUALIDADE)

Fabiana Parpinelli Gonçalves Fernandes*

Lilian Cristina Gomes dos Nascimento**

RESUMO: A metodologia tradicional, centrada na figura do professor, deixou de ser adequada para atender as necessidades de formação dos alunos do século XXI uma vez que o acesso às informações está ao alcance das pessoas, nos dispositivos móveis como celulares e tablets. Entretanto, nas escolas brasileiras de todos os níveis (do ensino infantil ao superior), com raras exceções, a figura do professor ainda é vista como centralizadora e detentora do saber, não colaborando para a promoção de um aluno autônomo e reflexivo pertencente a uma sociedade em constante transformação. Neste contexto, as Metodologias Ativas surgem como uma alternativa pedagógica por propor um ensino menos centrado na figura do professor onde o aluno passa a ser um agente ativo na construção de sua própria aprendizagem. Consoante ao exposto, este trabalho tem por objetivo apresentar um relato de experiência do uso de Metodologias Ativas no curso semipresencial de Graduação em Nutrição Bacharelado Semipresencial da Universidade de Franca (UNIFRAN) no ano de 2019 na disciplina Políticas Públicas em Nutrição. A metodologia utilizada foi um estudo descritivo e exploratório, bem como uma revisão bibliográfica sobre Ensino a Distância, Metodologias Ativas e Promoção da Saúde. Os resultados preliminares apontam as Metodologias Ativas como fomentadoras de promoção de saúde, qualidade de vida e aprendizagem ativa centrada no aluno capaz de propiciar maior autonomia, interação, motivação, interesse, engajamento, participação em sala de aula e criatividade. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, formada por um conjunto de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, conhecidos como ODS, propõe em seu objetivo de número 4, "assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades

* Doutoranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Mestre em Linguística pela Universidade de Franca. Pós-graduada (Lato-sensu) em Gramática da Língua Inglesa pelo Instituto Santanaense de Ensino Superior. Graduada em Letras: Tradutor e Intérprete pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas.

** Fisioterapeuta

de aprendizagem ao longo da vida para todos" por meio de "resultados de aprendizagem relevantes e eficazes". Assim, acredita-se que promover a educação de qualidade por meio de Metodologias Ativas seja a chave para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável e, com isso, termos um cidadão autônomo e reflexivo, ou seja, um agente ativo na construção de sua própria aprendizagem ao longo da vida.

Palavra(s)-Chave(s): Agenda 2030; educação; metodologias ativas; objetivos do desenvolvimento sustentável.

CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EQUITATIVA E DE QUALIDADE PREVISTA NO ODS 4

Gisélia Gonçalves de Castro*

RESUMO: Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por uma série de condições que prejudicam no comportamento social, comunicação e linguagem. A inclusão escolar e equitativa dessas crianças ainda é um desafio a ser alcançado. Objetivo: Verificar a realidade da inclusão escolar, equitativa e de qualidade prevista no ODS4 da OMS. Material e Método: Estudo retrospectivo, descritivo, realizado em 2019 por meio de aplicação de questionários aos responsáveis por crianças com TEA, que fazem acompanhamento no ambulatório da universidade e residentes de Patrocínio-MG. Resultados: Analisou-se 74 crianças sendo a maioria do sexo masculino (77,1%). Relativo à idade do diagnóstico, a maioria (74,3%) foi realizado precocemente até os 4 anos de idade. A maioria se encontrava no Ensino Fundamental, apresentavam comunicação verbal, não realizavam nenhum tipo de esporte e todos moravam com os pais. Ao analisar o ingresso escolar mais de (82,4%), entrou na escola até os 4 anos, (52,8%) tem professor de apoio, sendo que boa parte teve esse suporte tardiamente. Conclusão: Faz-se necessário capacitar profissionais para atuarem juntos às crianças e assim assegurar o direito de igualdade e equidade escolar. Assim, será possível a inclusão de forma justa e adequada de modo a promover oportunidades de aprendizagem com as particularidades e necessidades específicas de cada criança ao longo da fase escolar.

Palavra(s)-Chave(s): Autismo; escolaridade; inclusão.

* Fisioterapeuta

SOBRE "NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS": GÊNERO PARA ALÉM DA PERSPECTIVA BINÁRIA

Helena Vicentini Julião*

Nayara Hakime Dutra**

RESUMO: O presente trabalho - Sobre "não deixar ninguém para trás": igualdade de gênero para além da perspectiva binária - consiste em uma reflexão crítica acerca da luta pela igualdade de gênero que, por vezes, apresenta-se como excludente. Para tanto, o estudo se valerá de uma análise interdisciplinar que, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativo com enfoque sócio-histórico, nos permitirá uma compreensão dos fenômenos em toda sua complexidade e em seu acontecer histórico (FREITAS, 2002). Sabemos que, no capitalismo, a violência de gênero não é uma ruptura da ordem regular das coisas, e sim uma condição sistêmica (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019), profundamente conectada à ordem social. Por esse motivo não pode ser compreendida e, tampouco, combatida se a vislumbrarmos isoladamente. A lógica que estrutura o sistema em que vivemos, predominado por uma sociedade cis-hetero-patriarcal-racista-capitalista, é a de privilégio e dominação. A questão é urgente. Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU), ao elaborar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre as inúmeras inquietações globais, estabelece objetivos que busquem concretizar os Direitos Humanos, alcançar a igualdade e o empoderamento de mulheres e meninas. Há muito luta-se pela igualdade de gênero, contudo, quem são essas mulheres e meninas por quem lutamos? É nesse interim urge o objetivo da presente pesquisa: estudar as relações sociais de gênero em uma perspectiva não binária e inclusiva. Isto posto, é importante compreender gênero para além ordem estabelecida; conceituá-lo como uma categoria histórica (SAFFIOTI, 2015) e pensá-lo de maneira ampla e não excludente, considerando a perspectiva interseccional e não binária a partir da proposta de um pensamento plural, o qual ultrapasse os dos argumentos biológicos e culturais da desigualdade. Emerge um novo olhar sobre o social e sobre as relações de gênero e, conseqüentemente, sobre a luta pela não descriminalização. Nos debates teóricos e no ativismo, foi

* Advogada. Mestranda em Serviço Social pela FCHS/Unesp/Campus de Franca.

** Professora Assistente Doutora na FCHS/Unesp/Campus de Franca.

desafiado o binário feminismo-masculino, com valores associados a cada um de seus termos (BIROLI, 2018). Sendo assim, para compreender as contradições que existem nos movimentos e na luta contra a desigualdade de gênero é mister um olhar totalitário sobre a problemática, a fim de identificar as múltiplas formas de opressões.

Palavra(s)-Chave(s): Gênero; diversidade; direitos humanos

MAPEAMENTO DE AÇÕES INTERSETORIAIS DE ATENÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP

Letícia Natália de Oliveira*

RESUMO: A violência contra a mulher em toda as suas formas - psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres - é um fenômeno que afeta as mulheres de diferentes classes sociais, religiões, estado civil, escolaridade, e raça, e também as pessoas que às cercam. Desse modo, o presente trabalho trata-se de estudo transversal que tem o intuito de mapear os diferentes serviços de atenção à mulher vítima de violência disponíveis no município de Franca, considerando a intersectorialidade. Por meio de dados fornecidos pelas Redes de Atendimento do município, buscou-se identificar como se dá o fluxo de atendimento entre os diversos setores de atenção às vítimas (saúde, social, jurídico e segurança), quantificar os casos de violência contra mulher e feminicídio nos últimos 03 anos (2017 a 2019), verificando também quais tipos de serviço/centros de educação e reabilitação para agressores existentes. Foram obtidos os dados referentes ao número de mulheres em situação de violência doméstica, por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Centro, responsável pelos Serviços de Proteção Social Especial das regiões centro, sul e leste do município de Franca, no qual informa que ano de 2017, foram registrados no local a média de 32 casos de violência doméstica, sendo 17 da região leste, 07 da região centro e 08 da região sul do município. No ano de 2018, foram registrados o total de 31 casos, sendo 14 da região leste, 11 da região centro e 06 da região sul do município. Já no ano de 2019, dados coletados até o novembro, foram registrados 19 casos, sendo 04 da região leste, 12 da região centro e 03 da região sul. Visando contribuir com toda sociedade, a partir dos resultados obtidos na pesquisa, analisamos a possibilidade de implementação ou ampliação dos serviços de atenção às vítimas de violência, detectando assim possíveis falhas na rede de serviços intersectoriais e as sugestões para que esta seja efetiva.

Palavra(s)-Chave(s): Violência contra mulher; redes de atenção; saúde da mulher; feminicídio; intersectorialidade

* Estudante

O "TETO DE VIDRO" NA POLÍTICA BRASILEIRA E A ATUAÇÃO DO DIREITO NA BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Leticia Trevizolli de Oliveira*

RESUMO: As lutas pela democracia, igualdade e participação política sempre foram pautadas em um contexto de disparidade sufragista para as mulheres. (HAHNER, 1981) Ainda com a existência de uma ação afirmativa, representada pelo artigo 10, §3 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estudos demonstram que atualmente a participação de mulheres na política pouco aumentou, uma vez que as mesmas representam apenas 15% e 14,8% das deputadas e senadoras eleitas no país, ainda que correspondam a 52% do eleitorado brasileiro (TSE, 2018), o que deixa o Brasil na posição 132 no ranking mundial de representatividade feminina na política e entre os 50 países com piores porcentagens de mulheres eleitas. (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2019). Sob a ótica do patriarcado, são inúmeras as justificativas para a não participação das mulheres na vida política: A formação de um habitus no qual a mulher ocupa uma posição/ função social inferior ou subalterna (PINHEIRO, 2007); aspectos impregnados de um essencialismo de gênero, que diferencia homens e mulheres com base em qualidades supostamente intrínsecas, dificultando o acesso a determinados cargos e posições (CHARLES, 2003); e, inclusive, a preservação dos tradicionais papéis de gênero, que ainda delegam à mulher os cuidados com a casa e com os filhos, gerando menor disponibilidade para a política. (AVELAR, 2001). A representatividade da mulher na política brasileira, portanto, encontra óbices no que chamamos de fenômeno do "teto de vidro" (glass ceiling phenomenon), metáfora utilizada para representar as barreiras que impedem ou dificultam a ascensão das mulheres para posições de liderança (WIRTH, 2001). Desta forma, tendo em vista que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e, sendo que um deles se remete igualdade de gênero (objetivo 5), inclusive nas posições de liderança política (meta 5.5), acredita-se na importância de estudar o enfrentamento pelo direito brasileiro às barreiras à ascensão

* Mestranda em Direito pela FCHS/Unesp/Campus de Franca. Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito de Franca.

feminina, trazendo, como resultado, uma maneira eficaz de "romper" ou ao menos minimizar o "teto de vidro". Assim, a pesquisa conta com o uso do método dedutivo, com pesquisas de direito positivo, bibliográfica e jurisprudencial, que permitirão a compreensão teórica sobre o tema, corroborando com a intenção de impulsionar a participação de mulheres na política.

Palavra(s)-Chave(s): Teto de vidro; mulheres na política; barreiras; enfrentamento pelo direito; igualdade de gênero.

O USO DO DISPOSITIVO DE GRANJINHAS ESCOLARES PARA PROMOVER A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PIO, TIRADENTES–MG

Luiza de Resende Madeira*

RESUMO: O presente trabalho, tem como objetivo geral avaliar como a experiência da Granjinha Escolar, pode contribuir para a promoção da noção da sustentabilidade e cidadania global (UNESCO, 2016) nas crianças do terceiro, quarto e quinto ano da Escola Municipal João Pio, localizada no bairro Águas Santas do município de Tiradentes. Granjinha Escolar é uma área da escola destinada a cultivar tanto hortaliças para consumo próprio, como também plantas ornamentais como também, flores para a venda, além de plantas alimentícias não convencionais e ervas medicinais para a elaboração de fitoterápicos. Levando em consideração, granjinha escolar como uma vivência educ comunicativa (SOARES, 2014) onde o diálogo entre o facilitador das oficinas ou professor e educandos é essencial; e a transdisciplinaridade (DAMBROSIO, 1997) do fenômeno Granjinha Escolar. O trabalho possuiu abordagem qualitativa, com o emprego da metodologia cartografia (URIARTE & NEITZEL, 2017). Dessa forma foi por meio da inserção da pesquisadora na área de pesquisa, foi possível constatar como a horta na Escola Municipal João Pio, contribuiu para despertar o senso de responsabilidade ambiental nas crianças. A pesquisa de intervenção cartográfica foi escolhida como método para o desenvolvimento desse trabalho em virtude de se poder colocar "em evidência os processos e as questões educacionais que respeitam as subjetividades e a experiência" (URIARTE & NEITZEL, 2017, p. 387). As vivências na Granjinha, foram abordadas com teorias e práticas pedagógicas de Paulo Freire (FREIRE, 2019) e norteadas pelo conceito de agricultura urbana (SANTANDREU & LOVO, 3007) e agroecologia (LEFF, 2002). Diante de tal paronama, foi possível constatar, que as vivências, contribuíram para que as crianças compreendessem seus direitos relacionados a segurança alimentar. Por meio das atividades relacionadas a manutenção da horta, reciclagem e reutilização do lixo da merenda escolar (reutilizado para a confecção dos canteiros), os educandos perceberam que é um dever de todo cidadão ser

* Mestranda do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade da Universidade Federal de São João del Rei. Graduada em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

responsável pelos seus atos e suas escolhas. Dessa forma, o lixo gerado pelo que é consumido pode ser diminuído através de pequenas atitudes.

Palavra(s)-Chave(s): Granjinhas escolares; sustentabilidade; educação; comunicação

O GRUPO DE ESTUDOS EM GÊNERO, PODER E RESISTÊNCIA E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE DE FRANCA-SP

Marcela Helena Petroni Pinca*

RESUMO: Em uma sociedade permeada por diferenças de gênero perpetradas pelo patriarcado, as quais supervalorizam o masculino em detrimento do feminino, há a necessidade de discussões e da criação de novas perspectivas de visão da sociedade. Diante disso, o Grupo de Estudos em Gênero, Poder e Resistência foi criado com a intenção de reunir mulheres que queiram ler e discutir autoras basilares sobre as questões gênero, os estereótipos impostos a mulheres, sobre diferenças entre as próprias mulheres do movimento e ações de resistência diante de uma sociedade que constantemente violenta e impõe o que deve ser uma mulher. Além da leitura e discussão sobre textos, o grupo busca se movimentar acerca de assuntos relacionados àquelas temáticas, dessa maneira há a participação no Conselho Municipal da Mulher de Franca, a busca de eventos na cidade (ou fora), a realização de atos e de protestos quando necessário e principalmente a busca em ser um ambiente acolhedor e que incentive as mulheres em suas pesquisas, seus estudos e em suas vidas. O grupo almeja a participação de mulheres da cidade de Franca e não apenas aquelas inseridas no âmbito da faculdade, no entanto há inúmeros entraves quanto a falta de incentivo e no desinteresse pelo grupo. Mesmo este tendo sido criado no interior de uma universidade pública (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP) com um campus contendo apenas cursos de humanas (Serviço Social, História, Direito e Relações Internacionais) ainda não há grande adesão de mulheres e burocraticamente há mais empecilhos pois que para o cadastro do grupo é preciso de uma professora que não exerça orientação de outro grupo de extensão/estudos, o que praticamente não ocorre. Apesar de tudo isso, o grupo persiste e dialoga com a agenda de desenvolvimento sustentável em seu aspecto social e tendo interferências diretas no microcosmos da cidade de Franca, já que é composto por mulheres que são e estão na cidade e que estudam a perspectiva de gênero visando modificações

* Mestranda em Direito pela FCHS/Unesp/Campus de Franca.

internas das próprias integrantes, as quais buscam compor espaços de Franca para utilizarem dessa visão em busca de modificações.

Palavra(s)-Chave(s): Grupo; estudos; gênero.

DISCUSSÃO PEDAGÓGICA SOBRE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS: FATORES DE IDENTIFICAÇÃO E CANAIS DE AJUDA

Marcela Helena Petroni Pinca*

Bianca Marcico**

RESUMO: Os relacionamentos íntimos afetivos abusivos, na acepção desta pesquisa, ocorrem quando uma das partes desenvolve um excesso de controle ou poder em relação à outra e cujas vítimas mulheres, na sociedade patriarcal, são maioria. Em vista desse fato um formulário foi elaborado para apurar a autopercepção de mulheres universitárias e suas vivências de violências, que apresentou como resultado amigas ou amigos como o canal de ajuda mais procurado por mulheres em situações de violência, com 80% das respostas, seguido por 36% que procuraram ajuda psicológica ou psiquiátrica e 26% que procuraram ajuda familiar. Estes dados demonstram uma necessidade do diálogo sobre questões de gênero e violências contra as mulheres em diversos âmbitos do sistema de ensino: escolas e universidades públicas e particulares, em razão da preferência das mulheres por buscar ajuda em seus círculos sociais. Como extensão da pesquisa desenvolvida pelas autoras na temática de gênero e em atendimento à finalidade da Universidade Pública, cujo papel é disseminar o conhecimento e dialogar com as sociedades em que estão inseridas, foi desenvolvido uma palestra sobre o tema. Ministrada, até então, em três estabelecimentos de ensino da cidade de Franca em todas elas, sob diferentes ângulos, percebeu-se uma necessidade da construção e implementação de diálogos aptos a dirimir dúvidas quanto ao reconhecimento de situações de violência e sobre quais as possibilidades de ajuda para se superar a situação. Nas palestras tivemos como resultado a discussão e o conseqüente repensar sobre papéis de gênero estabelecidos e impostos a homens e a mulheres e as violências que podem ser reproduzidas diante disso. Utilizou-se a metodologia empírica com análise quali-quantitativa dos dados em relação ao formulário; quantitativa com a análise dos dados apresentados pelo formulário e qualitativa com a reflexão produzida na feitura e após as palestras, que proporcionam uma aprimoração do material, por meio da dialética baseada nas dúvidas trazidas

* Mestranda em Direito pela FCHS/Unesp/Campus de Franca.

** Mestranda em Direito pela FCHS/Unesp/Campus de Franca.

pelo público. O projeto se desenvolve em consonância com a proposta da ONU para o desenvolvimento sustentável que busca a promoção da paz e impõe como um de seus objetivos a busca pela extinção da violência de gênero em seus vários aspectos desde violências contra a mulher (física, psicológica, moral, patrimonial e sexual) quanto de questões estruturais como a disparidade econômica e imposições sociais do papel de cada um dos sexos.

Palavra(s)-Chave(s): Mulher; discussão; educação.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO CONCEITO "SUSTENTABILIDADE" NO TEMPO E NO ESPAÇO

Marilurdes Cruz Borges*

Camila Araújo Beraldo Ludovice**

Solange Aparecida de Souza Monteiro***

RESUMO: Na sociedade atual, a palavra sustentabilidade é recorrente, pois refere-se a uma conduta social necessária à sobrevivência humana. O desenvolvimento tecnológico exige uma conscientização de ações em prol da qualidade de vida, fator condicionante para um bem estar relacionado ao meio ambiente. Este estudo apresenta um olhar sobre a construção discursiva do conceito "sustentabilidade", no que tange a Educação, ou seja, como esse conceito é apropriado na práxis da educação básica cujo objetivo centra-se na formação do cidadão. A escola tem a função de educar para a conscientização do estar no mundo, em que o eu está diretamente relacionado ao outro e à natureza, meio ambiente que o cerca. Em decorrência a isso, faz-se necessário observar como se refrata o conceito de sustentabilidade, visto que o meio em que se vive não é mais o mesmo que se vivia há 20, 30 anos. A revolução 4.0 promoveu uma nova configuração na relação do homem com o meio, e tal fato exige novas reflexões e atitudes. Desde as últimas décadas do século XX, diferentes projetos foram desenvolvidos na Educação Básica para conscientizar os sujeitos da e na educação sobre os desafios do momento histórico em relação à natureza, com ações em prol do meio ambiente: o desperdício da água e a reciclagem do lixo, por exemplo. O século XXI requer outras responsabilidades e atitudes, o desenvolvimento sustentável. Desse modo, não basta cuidar do que já existe, mas produzir com consciência, ter um olhar para as causas e não só para as possíveis consequências. Diante dessa realidade, nosso estudo pretende observar como, historicamente, surgiu o discurso da sustentabilidade e como ele se reconfigura no tempo e no

* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp/Araraquara. Mestre em Linguística pela Universidade de Franca.

** Graduada em Letras-Habilitação em Português e Inglês pela Universidade de Franca. Mestre em Linguística pela Universidade de Franca. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela FCLAR - Unesp (Araraquara).

*** Doutoranda em Educação Escolar. Mestra em Processos de Ensino. Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá.

espaço. Ter a plena compreensão desse discurso no ambiente escolar, contribui para práticas mais efetivas que realmente promovam mudanças de atitudes e comportamentos, não só dentro dos muros escolares, mas na sociedade como um todo, atestando uma práxis de consumo econômico e responsável. A pesquisa, de caráter bibliográfico, tem por escopo teórico os conceitos de relações dialógicas e cronótopo, comuns aos estudos bakhtinianos.

Palavra(s)-Chave(s): Desenvolvimento sustentável; práticas pedagógicas; relações dialógicas; cronótopo; construção discursiva.

QUANTITATIVO DE CIDADES EDUCADORAS NO BRASIL

Renan Nunes Aguiar*

Lílian Cristina Gomes do Nascimento**

RESUMO: Um dos recentes projetos que esta apresentando diversas discussões positivas referentes à sua implementação é o movimentos das cidades educadoras. As mesmas são consideradas cidades que incluem seus moradores realizando atividades que abrangem todos os indivíduos, em todas as faixas etárias e em todos os espaços. A elaboração da agenda 2030 culminou em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o tema cidade educadora aborda três desses objetivos, o de número quatro: educação de qualidade; 10: redução das desigualdades e o 11: cidades e comunidades sustentáveis. O objetivo deste trabalho é verificar se toda e qualquer cidade pode vir a ser considerada uma cidade educadora. Foi realizada a coleta das informações através do site oficial da Rede Brasileira de Cidades Educadoras. Segundo essa Rede, atualmente o Brasil consta com 20 cidades certificadas como cidades educadoras. Sendo as seguintes: Belo Horizonte, Camargo, Carazinho, Caxias do Sul, Curitiba, Guarulhos, Horizonte, Marau, Mauá, Nova Petrópolis, Porto Alegre, Santiago, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo, Soledade, Sorocaba e Vitória. Todas as cidades possuem o potencial de serem certificadas como cidade educadora, bastando primeiramente realizar um resgate histórico para que se possa encontrar a verdadeira identidade da cidade, para assim, promover uma troca de conhecimentos e aprendizagens utilizando as experiências locais como elemento fundamental para a sua disseminação. As ações estratégicas devem ter a colaboração de toda a comunidade, não sendo uma ação isolada realizada pelo Centro Administrativo da cidade, mas todos possuindo cada um a sua suma importância.

Palavra(s)-Chave(s): Cidade educadora; desenvolvimento sustentável

* Mestrando em Promoção de Saúde. Fisioterapeuta e discente de Pedagogia pela Universidade de Franca.

** Docente do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca.

A RETÓRICA E A PSICOLOGIA SOCIAL EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ABORDANDO RETORICAMENTE AS ATITUDES DE FUTUROS ATORES EDUCACIONAIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO LGBTQIA+

Ticiano Jardim Pimenta*

RESUMO: A análise retórica implica a constatação de que há pontos de vista diversos sobre qualquer aspecto da realidade, isto é, nossa realidade é edificada a partir da (co)existência de discursos (logos) e contradiscursos (antílogos), tanto no nível interpessoal quanto no intrapessoal. Essa perspectiva analítica pode ser aplicada e gerar resultados teórico-metodológicos úteis a diferentes áreas do conhecimento. Alicerçados nesses pressupostos, nesta pesquisa abordaremos retoricamente um dos temas mais estudados pela Psicologia Social: as atitudes. Nesse campo do conhecimento, as atitudes são posições avaliativas emitidas por sujeitos frente a um objeto atitudinal (indivíduos, entidades, conceitos, etc.). O objetivo principal deste trabalho é propor uma análise retórica das atitudes. Assim sendo, analisaremos as atitudes de estudantes do curso de Pedagogia de uma Universidade do interior paulista em relação à população LGBTQIA+. Para tanto, valer-nos-emos da aplicação de uma entrevista estruturada que será formulada a partir da proposta de Billig (1996) e interseccionada por pressupostos retóricos, tais como a noção aristotélica de pathos, a trajetória das paixões proposta por Figueiredo (2018, 2019) e a noção discursiva da antifonia pormenorizada por Fiorin (2015), com subsídio de dados coletados em grupos focais. Em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente os de número 4, 5 e 10, que discorrem sobre a educação de qualidade, a igualdade de gênero e a redução das desigualdades, respectivamente, almejamos que os resultados desta pesquisa venham a fundamentar especulações futuras sobre possíveis estratégias de mudança de atitude e enfrentamento do preconceito, da violência e da discriminação sofrida pela população LGBTQIA+. Tais estratégias assegurarão a garantia de direitos fundamentais no sentido

* Graduando em Letras - Tradutor e Intérprete e Psicologia pela Universidade de Franca. Professor Universitário.

de possibilitar vivências escolares qualitativamente positivas e diminuir quadros de evasão escolar e danos psico-físico-sociais.

Palavra(s)-Chave(s): Atitude; agente educacional; LGBT; psicologia social retórica.

ACIDENTES COM PRODUTOS QUÍMICOS - RISCOS TECNOLÓGICOS E INDUSTRIAIS: MAPEAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE FRANCA-SP

Angélica Vieira de Souza Lopes*

RESUMO: O artigo ora proposto tem por objetivo identificar, caracterizar e espacializar os acidentes com produtos químicos ocorridos na Região Administrativa de Franca - SP, nas atividades consideradas como riscos industriais e riscos tecnológicos, no período de 1980 a 2009. A metodologia consistiu em levantamento bibliográfico e de dados estatísticos fornecidos pelo Sistema de Informações Sobre Emergências Químicas - SIEQ da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. Foram realizados planilhas e mapas concernentes aos dados de acidentes com produtos químicos ocorridos na Região Administrativa de Franca - SP, no período de 1980-2009, considerando a ocorrência dos acidentes com produtos químicos devido às atividades; às causas; e aos meios atingidos. O mapeamento foi realizado com o software Arc Gis 10 (ESRI, 2013). No período de 1980-2009 a Região Administrativa de Franca apresentou-se como a 7^o região estadual paulista em número de acidentes com produtos químicos, com a ocorrência de 168 acidentes, sendo 15% desses acidentes registrados como riscos industriais e 85% caracterizado como risco tecnológico (SOUZA-LOPES, 2017). No período de 1980-2009, a RA de Franca apresentava apenas 13% dos municípios com participação industrial química. Dos acidentes com produtos químicos que geraram contaminação de meios, percebe-se o efeito dos acidentes caracterizados como riscos tecnológicos, pois 13 municípios foram contaminados mesmo não possuindo participação industrial química. De acordo com o objetivo de desenvolvimento sustentável de nº9 Indústria, Inovação e Infraestrutura torna-se necessário desenvolver a indústria nos países em desenvolvimento de modo a garantir o bem-estar humano. Com o desenvolvimento desse trabalho, é possível observar que o setor industrial químico no estado de São Paulo, por meio do alto número de registro

* Pós-doutoranda em Geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Rio Claro. Doutora em Geografia. Professora Universitária.

de acidentes com produtos químicos, não garante o desenvolvimento sustentável desse ramo.

Palavra(s)-Chave(s): Região administrativa de Franca; riscos tecnológicos; riscos industriais

RISCOS INDUSTRIAIS E TECNOLÓGICOS: MAPEAMENTO DOS ACIDENTES COM PRODUTOS QUÍMICOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO-SP

Angélica Vieira de Souza Lopes*

RESUMO: O artigo ora proposto tem por objetivo identificar e mapear os acidentes com produtos químicos, nas atividades consideradas como riscos industriais e tecnológicos, as causas e os meios atingidos por esses acidentes ocorridos na Região Administrativa de Ribeirão Preto - SP. A metodologia consistiu em levantamento bibliográfico e de dados estatísticos fornecidos pelo Sistema de Informações Sobre Emergências Químicas - SIEQ da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. Foram realizados planilhas e mapas concernentes aos dados de acidentes com produtos químicos ocorridos na Região Administrativa de Ribeirão Preto - SP, no período de 1980-2009, considerando a ocorrência dos acidentes com produtos químicos devido às atividades; às causas; e aos meios atingidos. O mapeamento foi realizado com o software Arc Gis 10 (ESRI, 2013). No período de 1980-2009 a Região Administrativa de Ribeirão Preto apresentou-se como a 10^o região estadual paulista em número de acidentes com produtos químicos, com a ocorrência de 129 acidentes, sendo 34% desses acidentes registrados como riscos industriais e 66% caracterizado como risco tecnológico (SOUZA-LOPES, 2017). No período de 1980-2009, a Região Administrativa de Ribeirão Preto apresentava 10 municípios com participação industrial química, porém registrou acidentes com produtos químicos em 18 municípios. Isso demonstra a consequência perversa dos riscos tecnológicos e industriais para a região, pois municípios que não apresentam produção industrial química, além de registrarem acidentes, também tiveram contaminação de meios. Conforme o objetivo de desenvolvimento sustentável de n^o 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura a modernização industrial deve ocorrer até 2030 a fim de garantir processos ambientalmente corretos e eficiência na utilização de recursos. De acordo com esse trabalho, evidencia-se a

* Pós-doutoranda em Geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Rio Claro. Doutora em Geografia. Professora Universitária.

necessidade de adequação e modernização do setor industrial químico para proporcionar um desenvolvimento industrial químico sustentável.

Palavra(s)-Chave(s): Região administrativa de Ribeirão Preto, riscos tecnológicos; riscos industriais

LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS: COOPERATIVA COPLANA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mirela Andréa Alves Ficher Senô*
Larissa Cistina Moraes de Oliveira**

RESUMO: O trabalho tem o objetivo de analisar se a logística reversa desenvolvida pela Cooperativa Coplana, através da Central de Recebimento de embalagens de Agrotóxicos, contribui para o desenvolvimento sustentável e as metas estabelecidas pela ONU (Organização das Nações Unidas) na Agenda 2030, em especial o objetivo 12 que trata do consumo e produção responsáveis e as metas 12.4 e 12.5, que buscam o manejo correto dos produtos químicos e a redução de resíduos sólidos

Palavra(s)-Chave(s): Sustentabilidade; cooperativismo; reciclagem

* Advogada, Mestre em Direitos Coletivos, Cidadania e Função Social do Direito pela Universidade de Ribeirão Preto. Possui graduação em Direito e especialização em Direito Processual Civil, pela Faculdade de Direito de Franca. Professora Universitária nas Faculdades de Direito: "Dr. Francisco Maeda" de Ituverava.

** Estagiária. Faculdade de Direito "Dr. Francisco Maeda".

POLÍTICAS PÚBLICAS NO USO DE RESÍDUOS DE INDÚSTRIAS NA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS URBANAS E RURAIS EM FRANCA-SP

Pedro Henrique de Melo Carrijo*

Célio Bertelli**

Tâmer de Oliveira Faleiros***

RESUMO: Este artigo tem como objetivo demonstrar a importância do uso de resíduos industriais na recuperação de áreas degradadas urbanas e rurais. O Município de Franca-SP, Brasil, possui várias indústrias calçadistas e curtumeiras, que geram resíduos tais como, lodo de caleiro rico em matéria orgânica e minerais, como também cinzas de madeira ricas em macronutrientes e micronutrientes minerais, ambos não utilizadas para fins agrônômicos. A metodologia empregada neste artigo é qualitativa, isto é, de natureza básica, descritiva com procedimento bibliográficos e documentais, obtidos de levantamentos secundários como também exploratória na análise química dos resíduos. Esta pesquisa vem justificar a importância do uso destes resíduos industriais, dentro do princípio da sustentabilidade, preconizada pela Organizações das Nações Unidas (2015) e suas 17 metas para transformar nosso mundo. As cinzas de madeira são uma ótima alternativa como fertilizante natural na recuperação do solo, e também o lodo de caleiro igualmente pouco explorado, é cientificamente comprovado como condicionador de solo. O resultado deste trabalho demonstra que na cidade de Franca, estes resíduos industriais gerados, podem ser utilizados na recuperação de áreas degradadas urbanas e rurais, possibilitando assim o desenvolvimento de plantas nativas, ornamentais, jardinagem e produção várias culturas agrícolas. Grande parte destas indústrias descartam esses resíduos diretamente em aterros sanitários, diminuindo a vida útil dos aterros, significando tanto em uma perda ambiental quanto monetária. O aproveitamento desses resíduos industriais demonstra o princípio da

* Estagiário em Ciências Biológicas

** Engenheiro Agrônomo

*** Biólogo

sustentabilidade favorecendo assim uma gestão de cidade sustentável, possibilitando a recuperação de áreas degradadas.

Palavra(s)-Chave(s): Área degradada; recuperação; cinzas de madeira; lodo de caleiro

O USO DE AGROTÓXICOS E A INTER-RELAÇÃO COM O SUICÍDIO ENTRE OS AGRICULTORES

Roberta da Silva Leal*

RESUMO: Este resumo traz uma reflexão sobre a temática do suicídio em espaços agrícolas e sua possível inter-relação com a utilização desordenada, inconsequente e desenfreada de pesticidas. Anualmente, de acordo com a Organização da Saúde (OMS), estimadas 800 mil pessoas se matam no mundo. O mesmo organismo internacional ainda afirma que no Brasil, cerca de 11.433 mil vidas são abreviadas por ano. Tal fenômeno é um problema de saúde pública, onde esses óbitos já superam mortes por homicídios, acidentes de transporte e guerras civis. Dentre os métodos mais utilizados para as mortes autoprovocadas está o envenenamento por pesticidas, representando 20% dos casos, onde grande parte dessas ocorrem nas áreas rurais. O Brasil encontra-se incluído como sendo o 8º país com maior índice de suicídios em termos globais, chamando à atenção para o fato de que a base fundamental da economia da nação debruça sobre a agricultura, consumindo 500 mil toneladas de agrotóxicos todos os anos. Não obstante, o Congresso Federal vem aprovando projetos de lei, onde se flexibiliza e incentiva cada vez mais a utilização dos agrotóxicos altamente perigosos, já proibidos em diversos países como os europeus. Desse modo, surge então a problemática, a qual aponta-se, por meio de pesquisas brasileiras trazendo evidências de que estados que fazem divisa com Minas Gerais, especialmente, o estado de São Paulo, há um aumento significativo de mortes autoinfligidas devido a maior concentração de atividades agrícolas. Logo, a cidade de Franca- SP, está situada a apenas 23 km do estado mineiro, sendo uma região voltada, expressivamente, à agricultura e ao agronegócio. Em contrapartida, a referida área urbana já é considerada como sendo a 10ª cidade paulista com maior estatística de óbitos voluntários. Os resultados obtidos no estudo apontaram que em países como o Sri Lanka, o qual proibiu determinados pesticidas com alto teor tóxico, foi capaz de fazer com que as incidências de mortes voluntárias por tais métodos diminuíssem em 70% dos casos. Ademais, evidenciou-se a cidade de Florianópolis-SC, conseguiu um

* Autônoma

marco histórico, proibindo o manuseio de defensivos dessa categoria. Observou-se ainda que, a restrição de acesso aos métodos, trata-se do principal meio de prevenção ao suicídio por intoxicação intencional. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é promover uma reflexão por meio de um novo olhar acerca do uso de agrotóxico no município de Franca-SP e sua possível relação com os suicídios entre os agricultores, a fim de propor a aplicação de estratégias ao município, as quais possam visar diminuir os números de mortes advindas de produtos químicos perigosos, como uma das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A metodologia se deu por meio de uma revisão bibliográfica em revistas e jornais científicos e de busca documental em sites e órgãos brasileiros de notificação compulsória.

Palavra(s)-Chave(s): Suicídio; agricultura; agricultores; pesticidas

AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CLARAVAL-MG

Rodolfo Borges de Faria*

RESUMO: Esse trabalho teve como objeto de estudo o contexto da agricultura familiar no município de ClaraVal-MG e a sua recente transformação produtiva. O município de ClaraVal foi escolhido por sua importância regional no segmento da agricultura familiar, ao ser o maior tomador de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na região, possuir maior área e maior quantidade de estabelecimentos rurais familiares em detrimento do total e ter a especificidade de ter passado por um processo de transformação produtiva em que parte dos agricultores familiares do município se vincularam em associações e cooperativas e iniciaram a prática da produção orgânica, além de a partir do fenômeno do associativismo e cooperativismo dos agricultores do município ser consequência do acesso desses grupos ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) no município de Franca-SP, importante ferramenta de combate à fome. Este estudo buscou avaliar quais as causas desta transformação, quais os impactos econômicos e sociais e avaliar suas perspectivas sob do combate à fome à luz da merenda escolar, em tempos de crise em função da doença covid 19. Para a realização do estudo optou-se, como escolha metodológica, pela abordagem qualitativa através da aplicação do estudo de caso. As fontes secundárias da investigação foram as informações na página eletrônica da Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento (SEAD), atualmente Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Foram analisadas entrevistas que serviram de fonte para a investigação do fenômeno e para a análise qualitativa de dados. Os resultados apontaram para a importância da EMATER como principal órgão disseminador da mudança produtiva e nesse sentido, a importância da atuação do Estado para o fortalecimento da agricultura familiar do município e a importância dos grupos de agricultura familiar de ClaraVal - MG na merenda escolar de Franca-SP.

Palavra(s)-Chave(s): Agricultura familiar; PRONAF; segurança familiar

*

A RELAÇÃO DE COMUNIDADES E O MEIO

Ana Letícia Esteves Rodrigues*

RESUMO: A pesquisa pretende analisar a importância da relação entre a comunidade do Banhado-SJC e a cidade, numa perspectiva que visa examinar sua permanência na área central do município e os processos de segregação ocasionados.

Palavra(s)-Chave(s): Segregação espacial; resistência popular; moradia.

* Estudante.

CIDADANIA, URBANISMO E EMANCIPAÇÃO: A EXCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA CRÍTICA URBANÍSTICA

André Luiz Pereira Spinieli*

RESUMO: Indicados outrora como mendigos ou pedintes, o estabelecimento de uma definição sobre o que se compreende por população em situação de rua, nos campos social e jurídico, foi essencial, ao menos a partir da entrada em vigor do Decreto nº 7.053, de 2009, para orientar a construção e a implementação de políticas públicas direcionadas especificamente para o grupo vulnerável em questão. Atualmente, conceitua-se pessoa em situação de rua como aquela que compartilha três características fundamentais: a extrema pobreza e a impossibilidade estrutural de romper com essa condição; a persistência de vínculos familiares inexistentes, interrompidos ou debilitados; e a inacessibilidade aos direitos sociais como um todo, dentre os quais se destaca o direito à moradia, ocasionando a conseqüente utilização de espaços públicos como habitação. A par da heterogeneidade que atinge a população em situação de rua, ante a impossibilidade de uma identidade entre seus integrantes, por abranger homens, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, indígenas e refugiados, encontram-se os germes da desigualdade e da exclusão social. Como afirma Maria Lúcia Lopes da Silva (2009, p. 137), a situação de rua é produzida, em grande parte, por força "das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista", o que conduz à inserção dessas pessoas sob a condição de não-cidadãos, com a completa negação ou impossibilidade de acesso aos seus direitos fundamentais. Diante do quadro de exclusão social urbana vivenciada pelas pessoas em situação de rua, contexto produzido majoritariamente pelo acúmulo desigual e condicionamento da realização prática dos direitos sociais ao capital, partindo-se de uma abordagem dedutiva e bibliográfica, a proposta do presente trabalho é apresentar uma reflexão sobre o fenômeno segregacionista da população em situação de rua à luz da teoria crítica urbanística, cujo propósito é inferir a possibilidade de "outra forma de urbanização, mais democrática, socialmente justa e sustentável" (BRENNER, 2010, p. 21). Aplicada aos estudos urbanísticos, a teoria crítica inaugurada pela Escola de Frankfurt com base nos escritos

* Mestrando em Direito pela FCHS/Unesp/Campus de Franca.

marxistas e hegelianos propõe novas visões ao fenômeno da urbanização, defendendo uma subversão às ideologias e práticas dominantes, enquanto mecanismos de exploração, sustentação das desigualdades e injustiças sociais e da exploração dos grupos vulneráveis. Os espaços urbanos no contexto do capitalismo são configurados a partir da lógica de acirramento das exclusões sociais. Assim, a teoria crítica do urbanismo tem importância central no processo de garantia da emancipação sociojurídica à população em situação de rua, de modo a retirá-la da esfera paralela da marginalidade social e inseri-la na concepção contemporânea brasileira de cidadania constitucional.

Palavra(s)-Chave(s): Pessoa em situação de rua; direito urbanístico; direitos humanos; teoria crítica; cidadania

CIDADES SAUDÁVEIS E PROMOÇÃO DA SAÚDE: REQUISITOS

Antônio Henrique Luque*

Jorge Luiz da Silva**

RESUMO: No decorrer da organização da vida humana no espaço territorial, por muito tempo o ser humano esqueceu de planejar para ocupar o seu espaço e esta falta de planejamento causou grandes prejuízos ao ser humano durante a nossa história. Por ser este um processo que abarca longos períodos, comumente também é irreversível, o que pode levar a grandes problemas na história das cidades (CORDEIRO, 2008). A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) visa, promover a equidade e a melhoria das condições de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e coletiva, reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (BRASIL, 2014). O objetivo deste artigo é identificar os requisitos nas produções brasileiras e latino-americanas sobre cidades saudáveis e a promoção da saúde. Para tanto, utilizou-se a metodologia de revisão inicial da literatura, que consiste na síntese de resultados de estudos já realizados, de modo a se obter uma compreensão mais abrangente acerca da temática. O levantamento bibliográfico foi realizado em uma base de dados latino-americana (Biblioteca Virtual em Saúde - BVS) e uma base de dados nacional (SciElo). Na revisão inicial da cidade saudável, percebe-se que, um grande obstáculo é que nossas cidades estão perdendo a escala humana, pelo tamanho dos edifícios, extensão das vias públicas e pelo número maior de pessoas com as quais não se consegue estabelecer contatos e conhecer. A cidade do tudo rápido, do automóvel, das favelas, cortiços e outros. O processo de urbanização reflete diretamente na saúde, um bom espaço urbano é uma valiosa contribuição a política de saúde (WESTPHAL; OLIVEIRA, 2015). O resultado da pesquisa evidência que para se ter uma cidade saudável dentro da promoção da saúde, deverá conter os requisitos que são: ambiente físico limpo e seguro; um ecossistema estável e sustentável; alto suporte social, sem exploração; alto grau de participação social; as necessidades básicas

* Arquiteto

** Professor Universitário.

satisfeitas; acesso a experiências locais, recursos, interação e comunicação para promover trocas visando respeito as especificidades locais; economia local diversificada e inovativa; orgulho e respeito pela herança biológica e cultural; serviços de saúde acessível a todos; e alto nível de saúde.

Palavra(s)-Chave(s): Cidades saudáveis; promoção da saúde; urbanização.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTROLE DE URBANIZAÇÃO DAS BOÇOROCAS DE FRANCA-SP

Célio Bertelli

RESUMO: Neste artigo, o objetivo é apresentar o manejo da urbanização nas boçorocas de Franca-SP e suas ações de experiências públicas bem-sucedidas, conforme preconizam os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU (2015). A metodologia empregada para tal foi qualitativa, isto é, de natureza básica, descritiva, com procedimentos bibliográficos e documentais. Segundo Gil (2002), tal pesquisa estimula a abertura de outros projetos que possam incentivar e aprofundar as discussões. Foi analisada a evolução da paisagem na ocupação urbanística das boçorocas, apontando as ações das políticas públicas que deram resultados positivos. Em 1818 o viajante Luis D'Alincourt passando pela cidade de Franca, já destacava a presença das boçorocas, alertando sobre a necessidade de que se tomassem providências para sua contenção. Em 1968 Ab' Saber, realizou um estudo sobre as formações de boçorocas que já se tinham na região de Franca, definindo o tipo de solo que se encontra na região e os problemas que estavam ocorrendo, e indicando as remediações. Após isso, Neusa Machado Vieira em 1978 realizou um estudo geomorfológico das boçorocas de Franca, este, ajudou o Poder Público tomar providências para o desenvolvimento da cidade criando o Plano Diretor em 2003, no qual foi criado projetos urbanísticos para o controle das boçorocas, sendo elas o desenvolvimento de loteamentos habitacionais, aterro de inertes, criações de áreas verdes e desenvolvimento do sistema viário para o melhor acesso da população. Bertelli et al. (2019), corroborou esses resultados com o artigo Evolução Histórica da Urbanização nas Voçorocas de Franca-SP. O Resultado deste artigo traz luz ao uso e ocupação urbanístico das boçorocas, demonstrando a aplicação de políticas públicas no controle da urbanização das mesmas, apresentando experiências exitosas com o uso de: áreas verdes, aterros, residências e vias urbanísticas, realizando assim uma urbanização bem-sucedida no princípio de cidade sustentável,

* Engenheiro Agrônomo

sendo referência no tratamento e controle de boçorocas, através do uso e ocupação do solo.

Palavra(s)-Chave(s): Boçoroca; cidade sustentável; experiências exitosas;

ESTUDO DE INTERVENÇÃO URBANA ASSOCIADA ÀS QUESTÕES DE MOBILIDADE URBANA E PAISAGÍSTICAS NA ÁREA DE ENTORNO DA ROTATÓRIA SÃO VICENTE, NA CIDADE DE FRANCA-SP, BRASIL

Lara Reis Rodrigues*

Leonardo Máximo Jardim Pimenta**

Gilberto José Nascimento Araújo***

RESUMO: A mobilidade urbana pode ser compreendida como um dos principais aspectos responsáveis pela qualidade de vida urbana, tratando-se de uma questão pluralmente técnica, social e política, uma vez que representa o fluxo de pessoas no espaço público, em uma sociedade industrial capitalista. Neste contexto, a presente pesquisa analítica objetiva realizar um estudo de caso, mediante uma proposta de intervenção, referente à mobilidade urbana, tratando-se dos fluxos dos modais veiculares com maior ênfase, além dos fluxos dos pedestres e ciclistas, e à qualidade da paisagem urbana da área de entorno da intersecção entre duas importantes vias arteriais do município de Franca, a Avenida São Vicente e a Avenida Dr. Chafic Facury, isto é, a Rotatória São Vicente. Como principal problemática encontrada na área em pauta está a elevada velocidade com que os veículos automotores percorrem este cruzamento, o que acarreta no surgimento de um espaço urbano desprovido de segurança, dificultando o direito de ir e vir, principalmente, dos pedestres e ciclistas neste local, dotado de escassa acessibilidade aos mesmos. Outrossim, a insuficiente iluminação das vias muito contribui para a consolidação de sua insegurança, suscitando no desenvolvimento de problemáticas sociais, tais como a marginalização e a criminalidade. O exposto estudo de caso foi realizado mediante uma metodologia de natureza quantitativa-qualitativa, apresentando um embasamento teórico em que foram realizados levantamentos bibliográficos sobre a temática abordada, além da fundamentação experimental, na qual, através da aplicação do Método HCM (Highway Capacity Manual) de análise de capacidade e fluxo de veículos de uma via, foi possível a obtenção de dados relativos ao real fluxo veicular das duas avenidas em estudo, além da realização de consultas com

* Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Franca.

** Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Franca.

*** Designer de produtos e estudante.

a população local para o entendimento de suas necessidades. Ademais, foi utilizado o software espanhol gvSIG, de Sistemas de Informação Geográfica, para a compreensão mais detalhada sobre a morfologia urbana da área em estudo, em que foi possível a edição e a aplicação de atributos vetoriais na imagem de sensoriamento remoto do local. Dessa maneira, o estudo de intervenção urbana buscou atender primordialmente à maior urgência da área, ou seja, à redução da velocidade dos veículos próximos à Rotatória São Vicente, propondo o afinilamento psicológico como a principal providência para tal problemática, além da necessidade de implantação de uma ciclovia no esparso canteiro central da Avenida São Vicente. Em demasia, foram sugeridas questões associadas ao paisagismo urbano, concretizando um espaço mais habitável e convidativo, como em um processo regenerativo.

Palavra(s)-Chave(s): Mobilidade urbana; paisagismo urbano; espaço público

CIDADE E CAPITAL: O IMPACTO DOS VAZIOS URBANOS SOB A LÓGICA DO VALOR DE TROCA

Letícia de Paula Souza*

RESUMO: Como decorrência da globalização e da mundialização do capital, o século XXI revela-se predominantemente urbano, o que implica diversas transformações que envolvem o tecido urbano, principalmente a partir da compreensão da crítica urbanística. Segundo colocado por Ana Fani Alessandri Carlos (2015), com o capitalismo, o espaço urbano torna-se um produto, uma mercadoria, apresentando-se como valor de troca. Assim, as recentes transformações espaciais nas grandes e médias constataam que o cenário construído e a participação dos atores sociais na estrutura urbana influenciam o modo como as pessoas vivenciam e ocupam as cidades, que, por sua vez, mostram-se desiguais ao mencionar sua apropriação com as formas de propriedade privada do uso do solo urbano. Dessa maneira, mediados pelo valor de troca, os vazios urbanos passam a se configurar como áreas especulativas resultantes da desarticulação no processo de ocupação territorial. Partindo-se de uma pesquisa quali-quantitativa, perpassando pela conceituação sobre o tema estudado, bem como pelo mapeamento e classificação dos vazios urbanos, os quais consideram os vazios em áreas já parceladas; os vazios em áreas não parceladas; o tipo de domínio (público ou privado); e o tamanho da área, segundo a metodologia de Ângelo Arruda (2016) em seu trabalho sobre "Os vazios urbanos em Campo Grande", a pesquisa objetiva analisar o novo modelo ou nova forma de cidade que tem se configurado no processo de urbanização das cidades médias brasileiras na contemporaneidade, cujo crescimento urbano se mostra disperso e fragmentado, caso do Setor Sul da cidade de Uberlândia - MG. Sobretudo, nesta pesquisa foi contabilizado um total de 13 km² de vazios urbanos, sendo 83% desse total dispostos em área não parcelada, 15% em áreas parceladas, todos de domínio privado, enquanto apenas 2% correspondem aos vazios de domínio público. Nota-se que o excesso de vazios urbanos no Setor Sul da cidade evidencia a carência de uma gestão pública. Todavia, reconhece-se que a existência dos vazios urbanos está relacionada à sociedade paradoxal, isto é, pelas contradições no desenvolvimento social e econômico, que atuam de acordo com

* Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Uberlândia.

interesses particulares do grande capital. Logo, estes espaços possuem grande potencial para reestabelecer, estruturar e integrar a malha urbana, com a criação de projetos que visem o desenvolvimento socialmente justo das cidades e que cumpra as funções e as medidas territoriais previstas no Estatuto da Cidade.

Palavra(s)-Chave(s): Cidades médias; dispersão urbana; novo modelo de cidade; vazios urbanos

A CIDADE ENQUANTO BEM COMUM: INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE

Lidiane Lima Silva*

Patrick Martins Santos**

RESUMO: Dentre os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que foram pactuados pelos países signatários da Organização das Nações Unidas-ONU enquanto metas a serem atingidas até a terceira década dos anos dois mil, estão a redução de desigualdades e o desenvolvimento de cidades sustentáveis, sobre os quais dispõe a presente pesquisa. Nesse desiderato, o presente trabalho, ainda em fase de desenvolvimento, com o objetivo de promover uma discussão crítica acerca da inclusão e da sustentabilidade, traz à baila a necessidade de se discutir a forma em que a cidade é vista e tida pelos que a compõe, para tanto, desenvolve-se por meio de pesquisa bibliográfica, cujo embasamento teórico se dá através da análise de obras impressas, documentos on-line disponibilizados pela ONU, artigos científicos, legislação nacional e livros virtuais, acessados por meio das ferramentas Google acadêmico e Scientific Electronic Library Online. Os resultados obtidos apontam que estes dois objetivos, se analisados por um viés internacional, devem ser vistos como temas transversais e correlacionados. Dessa forma, depreende-se que a inclusão social, econômica e política de todos os indivíduos que compõem a cidade, segundo os documentos internacionais, é de suma relevância e deve concretizar-se nas mais variadas esferas de decisões e desenvolvimentos da urbe. Enquanto que o estudo de tais metas, com base nos documentos e literatura nacionais, aponta de forma muito similar, que a cidade deve ser vista sob a ótica do bem comum, logo, a urbe necessariamente deve tratar sobre a inclusão e sustentabilidade, afim de garantir que todos possam participar da reconstrução de uma cidade mais sustentável em quaisquer das três dimensões do desenvolvimento sustentável, quais sejam: econômica, social e ambiental. Desse modo, ressalta-se que o Direito à cidade, sob um viés constitucional, enquanto direito transindividual engloba outros diversos direitos sociais e difusos. Dito isto, conclui-se que a cidade em sua completude deve ser analisada como sendo um direito coletivo,

* Graduanda em Direito pela UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

** Graduanda em Direito pela UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

portanto, de todos os que nela estão. Nesse sentido, o direito à cidade enquanto direito comum, nos informa que todos os que o detêm, dispõem da possibilidade de contribuir de forma livre no processo de construção de uma cidade mais equânime e sustentável.

Palavra(s)-Chave(s): Direito à cidade; direito transindividual; direitos difusos

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE EM FRANCA-SP

Linda Teresinha Saturi*

RESUMO: Avaliação comparativa entre projetos implantados constantes dos Planos Municipais de 1998 e 2014 referentes à Habitação de Interesse Social em Franca- SP e demandas de abordagem sustentável para o futuro da cidade.

Palavra(s)-Chave(s): Habitação social; desenvolvimento sustentável; habitação em Franca-SP

* Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

REQUALIFICAÇÃO SOCIAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS INSERIDOS EM ÁREA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL URBANA

Marcelo Pini Prestes*

RESUMO: O objeto de estudo, localizado no município de Iguape - SP, na zona oeste, periférica da cidade, nomeada "Porto do Ribeira" caracteriza-se na área da Arqueologia Pública, onde há um intercâmbio entre poder público, academia e sociedade. O objetivo da pesquisa é produzir conhecimento socializado e ajudar na qualificação urbana e cultural a partir da gestão de sítios arqueológicos históricos - estruturas de antigo porto fluvial - inseridos em áreas urbanas degradadas. A metodologia aplicada leva em consideração pesquisas participativas junto a população local e poder público com a finalidade de produzir treinamento e conhecimento necessário aos manejos de sítios inseridos em áreas urbanas. A partir destes treinamentos a parceria busca um levantamento de documentação histórica do local, construindo conhecimentos para a compreensão da contextualização dos sítios. Os manejos arqueológicos se fazem através de sondagens e escavações através de técnicas de arqueologia urbana: sondagens com radares, georreferenciamento de vestígios e estruturas, limpeza e inventário de material coletado, armazenamento e análise. Em compasso com as atividades arqueológicas há a produção de documentação, com a participação da população, criando dossiês de programas de necessidades visando a requalificação urbana e do bairro "Porto do Ribeira". A partir das pesquisas participativas, arqueológicas e dos programas de necessidades, considerando os protocolos do IPHAN e os ordenamentos de uso e ocupação do espaço do Município de Iguape (não há plano diretor da cidade), serão desenvolvidos, com consultoria da universidade, pela Secretaria de Planejamento Urbano do Município projetos de requalificação ambiental urbano. A pesquisa, caracterizada no horizonte de arqueologia pública, pretende estabelecer um diálogo entre requalificação urbana de áreas degradadas em sintonia com a proteção de sítios arqueológicos, produzindo organização espacial adequada à qualidade de vida. O bairro será caracterizado como museu a céu aberto, onde a população local e poder público serão responsáveis à salvaguarda e gestores de produtos de turismo cultural.

* Arquiteto e Arqueólogo

Palavra(s)-Chave(s): Áreas degradadas; sítios arqueológicos; pesquisa participativa; parcerias institucionais; requalificação urbana; museu a céu aberto

ESTUDO DA AMBIÊNCIA GERADA POR MEIO DOS MOBILIÁRIOS URBANOS NA RELAÇÃO DAS PERCEPÇÕES DE PERTENCIMENTO, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR

Maurício de Azevedo Vicentini*

Daniel dos Santos**

RESUMO: Este artigo objetivou, por meio da análise da bibliografia, refletir a luz da 3ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde em Sundsvall, Suécia, de 9 a 15 de Junho de 1991, que, apela às pessoas de todo o mundo que se empenhem ativamente em tornar os ambientes mais favoráveis à saúde e com esta, iniciar uma discussão teórica acerca dos condicionantes da ambiência na cidade por meio de seus mobiliários urbanos, instrumentos de serviço, de comunicação e de identidade cultural, que no ato de sua instalação, passam a condicionar comportamentos e atitudes e portanto influenciam diretamente a qualidade vida e o bem estar das pessoas na cidade. O propósito foi apontar que, nos espaços públicos revestidos dos mobiliários urbanos está a ambiência que percebida pelas interações de uso poderá causar o sentimento de pertencimento. Também se buscou refletir sobre a necessidade de projetos mais agregadores que proporcionem espaços que ao integrar a ambiência à cidade atuem no imaginário das pessoas que habitam o espaço de forma a intensificar percepções funcionais e formais e que possam colaborar efetivamente para o sentimento de pertencimento. O que foi possível verificar pelas bibliografias é que o mobiliário urbano gera a ambiência e, portanto, se constitui em uma das formas de percepção e compreensão da cidade, de sua identidade, de seus valores e até de seu desenvolvimento, de imediato a cidade, entende-se que o uso de projetos de mobiliários urbanos mais agregadores gera um vínculo mais afetivo entre usuários e cidadãos e neste ambiente o sentimento de pertencimento se fortalece e com ele a percepção da qualidade de vida e do bem estar.

Palavra(s)-Chave(s): Mobiliário urbano; cidade; espaços favoráveis a saúde; ambiência; sentimento de pertencimento

* Professor Universitário

** Professor Universitário

O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES DE ARAXÁ-MG E FRANCA-SP

Mauro Ferreira*

Matheus Fernandes Alves Lopes**

Maria Antônia Botelho de Resende***

RESUMO: A região nordeste paulista e do triângulo mineiro possuem relações históricas e culturais, até mesmo porque sua ocupação foi concomitante, a partir do final do século XVIII, ao longo da antiga estrada dos Goyazes. Franca foi elevada a cidade em 1856 e Araxá em 1865. A população de Franca é estimada em 353.187 habitantes e de Araxá em 106.229 habitantes respectivamente. Franca teve seu primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano aprovado em 1972 e Araxá em 2002. Ambos os instrumentos citam a questão da preservação do patrimônio histórico local, mas uma política pública mais efetiva para o setor somente foi idealizada a partir da criação dos respectivos conselhos de preservação do patrimônio histórico local: Franca criou o CONDEPHAT em 1981, mas os primeiros tombamentos somente foram efetivados em 1997 e Araxá criou o COMPAC em 2016, contudo, os primeiros tombamentos datam de 1990. Atualmente, é seguinte a situação dos bens tombados para preservação dos municípios de Araxá e Franca: a) Em Araxá, há 13 bens imóveis tombados a nível municipal e 2 bens imóveis tombados a nível estadual, sendo 2 bens imóveis protegidos tanto pelo município quanto pelo Estado de Minas Gerais; destes, 7 bens são de propriedade pública e 6 bens são de propriedade privada; em relação ao uso, 11 são de destinação pública, 1 é de uso privado e 1 está sem utilização. b) Em Franca, há 77 bens tombados a nível municipal e 2 bens imóveis tombados a nível estadual, sendo 26 edificações: 19 públicos e 7 privados. O número total

* Professor voluntário no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da FCHS/Unesp/Campus de Franca. Arquiteto

** Bacharel e licenciado em História pela FCHS/Unesp/Campus de Franca. Mestrando no Programa de Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela FCHS/Unesp/Campus de Franca

*** Graduada em Direito. Docente do Ensino Superior e em Gestão Pública. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da FCHS/Unesp/Campus de Franca.

de imóveis cadastrados na Prefeitura de Franca é de 149.880 e 44.140 em Araxá, sendo que o número de lotes vazios é de 39.646 e 30.876 respectivamente. Embora sejam cidades bastante distintas, a situação da preservação histórica evidencia uma desigualdade territorial e quantitativa em relação aos edifícios existentes e aos que estão protegidos por lei. A adoção pelo Brasil dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS preveem ações para atingir a Meta Nacional 11.4: "Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial". Todavia, para a adoção e boa execução dos ODS, é preciso compreender o conceito de patrimônio histórico de forma mais ampla, afinal, não se trata apenas da edificação em si, mas de toda sua relação com o meio ambiente. O meio ambiente urbano, portanto, é fruto da inevitável coexistência entre dois mundos: o natural e o artificial. Tudo isto torna fundamental envolver instrumentos sustentáveis na gestão e conservação dos patrimônios, bem como inseri-los no planejamento urbano dos municípios. Neste sentido, é necessário que sejam criadas as condições para que os Bens tombados sejam preservados adequadamente, dentre outras, através de Políticas de Educação Patrimonial e Ambiental que utilizem mecanismos participativos. Este trabalho foi elaborado levando em consideração uma metodologia qualitativa fundamentada na análise exploratória de bibliografia e documentos, bem como de uma metodologia quantitativa visando oferecer um panorama mais abrangente do cenário investigado.

Palavra(s)-Chave(s): Edificações; patrimônio; sustentabilidade

DIREITO À CIDADE E SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO A LUZ DO OBJETIVO 11 DA ODS, NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Patrick Martins Santos*

Lidiane Lima Silva**

RESUMO: No ano de 2015 diversos países resolveram adotar para os próximos 15 anos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), estes, baseados nos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio(ODM). Desse modo, o estado Brasileiro se comprometeu a adotar esta agenda, cabendo às entidades executivas e sociais o processo de fiscalização e aplicação desses objetivos. O Estatuto da Cidade (Lei nº10.257, de 10 de Julho de 2001) possibilita a população uma participação efetiva no progresso da evolução urbana, através de mecanismos dentre os quais destacam: órgãos colegiados de política urbana, debates, audiências e consultas públicas, conferências de assuntos de interesse urbano, iniciativa popular e etc. Todavia, verifica-se que o processo de construção das cidades, rotineiramente passa despercebido pelos cidadãos, não sendo presente a cultura de questionar os rumos que os espaços urbanos coletivos estão tomando, sendo assim, pouco discutidos os avanços do desenvolvimento da urbe. Encontramos uma evolução urbanística visivelmente acelerada na cidade de Vitoria da Conquista na Bahia, inúmeras são as construções civis que acabam por gerar constantes transformações na forma de vida e sobrevivência de seus habitantes. Sobejando uma supressão de serviços de saneamento, moradia e de mecanismos diversos assegurados pela Constituição Republicana Federal de 1988 e os ODS, que viabilizam as funções sociais da cidade e a garantia da beatitude de seus habitantes. Desse modo, a principal motivação para sustentar o presente trabalho, reside na necessidade de pesquisas acadêmicas voltadas ao desenvolvimento urbano e seus impactos ao meio ambiente a luz do Objetivo 11 da ODS: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Assim, teremos por objetivo analisar a influência do

* Graduando em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Vitória da Conquista- UESB.

** Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Vitória da Conquista- UESB.

desenvolvimento urbanístico no meio ambiente de Vitória da Conquista-BA, a fim de detectar os impactos socioambientais da evolução urbana; verificar as condições de sociabilidade da população nos espaços urbanos. No presente trabalho iremos nos ater a uma metodologia pautada no propósito descritivo, utilizando-se de uma abordagem qualitativa e os procedimentos de analisar obras impressas, documentos online disponibilizados pelo IBDU(Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico), pesquisas de campo e revisão bibliográfica. Nos resultados preliminares já pudemos encontrar, através de questionário online, que 90% dos entrevistados não têm conhecimento sobre os seus direitos de participação na evolução da urbe, como estabelece o Estatuto das Cidades(Lei nº10.257, de 10 de Julho de 2001). Cabe ressaltar, que a pesquisa ainda está em fase de desenvolvimento.

Palavra(s)-Chave(s): Cidade sustentável; desenvolvimento urbano; ODS.

PRINCIPAIS ASPECTOS DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

Pedro Alexandre Ferreira Sousa Degrande*

RESUMO: Com o progressivo aumento populacional das zonas urbanas brasileiras, é natural que a preocupação com a qualidade de vida dos habitantes e frequentadores destas áreas também aumente. Com fulcro nestas preocupações e também nas expectativas de que o Poder Público seja capaz de fornecer condições de desenvolvimento econômico que se compatibilizem com a qualidade de vida dos cidadãos, foi elaborado o Estatuto da Cidade. Entre os instrumentos e institutos enumerados pelo Estatuto, encontra-se o Estudo de Impacto de Vizinhança. Será a lei municipal a responsável por definir os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obtenção de licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal. O EIV deve contemplar efeitos negativos e positivos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área urbana e suas proximidades, consoante disposto no Art. 37 do Estatuto da Cidade. O próprio Estatuto estabelece determinadas questões que deverão ser analisadas no Estudo de Impacto, sem prejuízo de outras que sejam interessantes para o próprio Poder Público municipal. Outrossim, é imprescindível que seja dada publicidade aos documentos que integram o EIV, para que a população possa ter acesso aos componentes principais do Estudo. A metodologia utilizada para a elaboração do trabalho é a dedutivo-bibliográfica, com análise de doutrina, leis e de jurisprudência. O seu objetivo é analisar as principais características do EIV e também as precípuas questões e temas que o Estudo deve analisar quando elaborado, afinal, a construção de empreendimentos e o desenvolvimento de atividades que não observem um adequado Estudo de Impacto de Vizinhança podem ensejar considerável redução para a qualidade de vida dos munícipes em diversos aspectos. Apontam-se, entre os resultados, problemas criados pela não-elaboração ou elaboração

* Procurador Municipal de Patrocínio Paulista-SP. Graduado e Mestrando em Direito pela FCHS/Unesp/Campus de Franca.

deficitária do EIV, como o aumento excessivo de tráfego de veículos na região, o que pode acarretar maior risco de acidentes e atropelamentos; os impactos negativos existentes sobre o transporte público, com mais usuários e potencial superlotação; a inadequada análise de eventuais consequências da construção do empreendimento para a paisagem urbana; a excessiva valorização de aluguéis de imóveis existentes na região, provocando migração de moradores para outras áreas urbanas; bem como adensamento populacional descontrolado no local do empreendimento.

Palavra(s)-Chave(s): Estudo de impacto de vizinhança; desenvolvimento urbano; planejamento

HABITAÇÃO POPULAR E CIDADANIA: UMA ANÁLISE SOBRE A TRAJETÓRIA JURÍDICA BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA

Ricardo Rocha de Araújo*

RESUMO: O presente estudo avaliará o direito fundamental à moradia e as políticas públicas voltadas para a promoção de habitações populares no Brasil, sob o viés do planejamento e do desenvolvimento urbanos na ocupação do solo, regulamentados pelo Estatuto da Cidade e pelo Plano Diretor. Nesse sentido, analisar os Programas implementados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e "Minha Casa, Minha Vida" (PMCMV), bem como entender como foi tratado o déficit habitacional no enfrentamento desse problema social. Há essencialidade no debate para saber como as políticas públicas urbanas são capazes de promover o direito do cidadão à cidade e à cidadania através da efetivação do direito à moradia. Moradias dignas para a população de baixa renda como forma de prestação positiva estatal amparada em um arcabouço jurídico-protetivo marcado pela busca do bem-estar social. Para tanto, a pesquisa utilizará referências bibliográficas a respeito da questão urbana e habitacional no Brasil, na coleta e avaliação de informações oficiais contidas em bancos de dados públicos, na legislação que dispõe sobre a Política Urbana e Habitacional, na Constituição Federal e em demais diplomas legais regulamentadores da matéria. Com essa análise propor melhorias na promoção do direito fundamental à moradia através de políticas públicas voltadas para a promoção da habitação popular, como uma das formas de garantir o direito à cidade pelo cidadão. Com a efetivação desse direito social, o sistema jurídico brasileiro estará promovendo um dos fundamentos da República que é a promoção da dignidade da pessoa humana, conforme o ideário da Constituição Cidadã.

Palavra(s)-Chave(s): Habitação popular; cidadania; direito fundamental à moradia; política pública urbana e habitacional.

* Bacharel em Direito pela Universidade Tiradentes. Professor da Faculdade Sergipana e Aracajú/UNIP. Professor Assistente na Universidade Estácio de Sá-UNESA.

O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - EIV NA CIDADE DE FRANCA-SP

Roberlei César Dal Sasso*

Mauro Ferreira**

Eduardo Meireles***

RESUMO: O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV é um dos instrumentos listados no Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257, entre os artigos 36 e 38. A utilização do instrumento permite equilibrar interesses difusos existentes em relação ao direito de uso e ocupação do solo. (BARREIROS, 2017). Esse equilíbrio deve existir, pois, mesmo observadas as questões legais sobre a utilização do imóvel, sua utilização ou ocupação pode causar impactos sobre a vizinhança. (ROCCO, 2006). A utilização do EIV permite a democratização das tomadas de decisões, mesmo sendo grandes empreendimentos a serem analisados, abrindo espaço para que bairros e comunidades expostos aos impactos participem do debate. (CYMBALISTA, 2001). A ferramenta proposta para participação da população são as audiências públicas (parágrafo único, Artigo 37 do Estatuto da Cidade). Para passar a vigorar, o instrumento deve ser regulamentado por lei municipal específica, que no caso de Franca ocorreu nos anos de 2011 e 2012. Em 2011 foi regulamentado a elaboração do EIV para empreendimentos privados através da alteração do Código de Meio Ambiente Municipal. Em relação aos empreendimentos públicos foi sancionada a Lei Complementar nº 206, de 26 de junho de 2012. Os chamamentos para participação das audiências públicas são divulgados pelo Diário Oficial do Município. A partir de consulta, nos anos de 2017 e 2018, foram identificados 39 EIV protocolados na Prefeitura Municipal de Franca. Do total de EIV analisados há predominância de edifícios residenciais: 28 (71,8% do total). Foram considerados

* Professor do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC. Graduado em Engenharia Ambiental pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Especialização em Sistemas de Gestão Integrados da Qualidade pelo Centro Universitário – SENAC. Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Faculdade Pitágoras.

** Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. Docente e pesquisador voluntário do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

*** Doutor em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG.

como edifícios residenciais os seguintes empreendimentos: edifícios residenciais:19, condomínios horizontais:5, condomínios residenciais:3, sobrado multifamiliar:1. As outras atividades dos EIV listados são: seis loteamentos (15,4% do total), dois desmembramentos (5,1% do total), dois edifícios comerciais (5,1% do total) e um de cultura e lazer (2,6% do total). A metodologia utilizada para realização do trabalho foi a pesquisa do tipo exploratória, tendo como análise teses, dissertações, livros, artigos e leis. E para demonstrar a situação específica de Franca, foi utilizada metodologia quantitativa utilizando-se de consulta ao Diário Oficial do Município.

Palavra(s)-Chave(s): Estudo de impacto de vizinhança; Estatuto da Cidade; gestão e planejamento urbano.

PROMOÇÃO DA SAÚDE: ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Thaís Fanan Peres*

Glória Lúcia Alves Figueiredo**

INTRODUÇÃO: A cidade é cenário principal da vida cotidiana da maior parte da população mundial. No Brasil, cerca de 85% da população vivem em áreas urbanas. Entende-se então, que a forma com que a cidade é projetada e gerida influencia diretamente na qualidade de vida e, conseqüentemente, na saúde da população que a habita. **METODOLOGIA:** Por meio de levantamento bibliográfico, objetivou-se conhecer como o planejamento urbano se aproxima das premissas da Promoção da Saúde para a criação de ambientes favoráveis à saúde e ao bem-estar dos habitantes. **DISCUSSÃO:** O processo de urbanização das cidades brasileiras se deu de maneira intensa, desordenada e associado a um planejamento urbano deficitário, resultando em características que favoreceram a vida nesses espaços, mas que, ao mesmo tempo, provocou diversas mudanças que as fragilizaram, tais como a exclusão social, déficit habitacional, má distribuição de saneamento ambiental, dificuldade de acesso à equipamentos de educação, saúde e lazer, entre outros aspectos que dificultam à grande parte da população o exercício do seu direito à cidade. O desenvolvimento de projetos urbanos que sejam de interesse coletivo, requer a participação e solidariedade social, além da integração de políticas públicas entre os diversos setores da sociedade. Esse cenário aponta inúmeros desafios para transformar a cidade em um espaço de intervenção sob as premissas da Promoção da Saúde. As agendas de desenvolvimento local estabelecem estratégia a serem seguidas para que os desafios urbanos se tornem oportunidades e tenham o bem-estar social como foco das ações, como é o caso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em voga atualmente. Esta apresenta no ODS de número 11, objetivo e metas específicos para fazer com que as cidades e os assentamentos humanos tornem-se território seguros, inclusivos, sustentáveis, que garantam moradia e serviços básicos

* Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. Docente e pesquisador voluntário do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

** Doutor em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG.

para uma vida saudável, a urbanização inclusiva e a participação popular na gestão pública em todas as pessoas em todas as regiões do planeta. RESULTADOS: A investigação destaca o atributo das cidades para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade. A cidade, composta de pessoas e territórios, necessita de planejamento e ferramentas que possibilitem o delineamento de estratégias para que o desenvolvimento seja alcançado. No entanto, percebe-se ainda, que o caminho para que tais ações sejam efetivadas no Brasil ainda é longo, já que se observa a inversão de valores na gestão pública e a pouca participação popular nas decisões que envolvem o espaço urbano.

Palavra(s)-Chave(s): Cidades; população urbana; promoção da saúde.

A TRÍPLICE AMBIENTAL: MEIO AMBIENTE NATURAL, CULTURAL E ARTIFICIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS.

Arthur Oliveira Lopes*

RESUMO: O conceito de Meio Ambiente vem se ampliando nos últimos anos em decorrência de uma visão mais holística e integrada entre os espaços. A separação entre cultura, cidade e Natureza não responde mais as atuais demandas ecológicas. Há que se pensar numa íntima relação entre ambientes naturais, culturais e artificiais, pois as transformações que ocorrem em cada um desses ambientes, em consequência da ação humana, acabam afetando os demais. Essa percepção de tríplice ambiental vem mostrando a necessidade de se construir Políticas Públicas com perfis sustentáveis que vejam o Meio Ambiente como um todo. Para suprir essa demanda, além do diálogo entre o Poder Público e a Coletividade, é essencial que se crie um espírito de preservação que resguarde o Meio Ambiente natural dos avanços do Meio Ambiente artificial sustentado por uma cultura capitalista, que promove o uso irracional dos recursos naturais, o que vêm levando a degradação insustentável do Meio Ambiente natural. Entretanto, embora o foco de proteção esteja principalmente direcionado ao Meio Ambiente natural, é preciso enfatizar a necessidade de se desenvolver um processo de Educação Ambiental voltado para harmonizar, integrar e proteger todos os tipos de Meio Ambiente. A metodologia adotada nesse estudo seguiu a teoria da complexidade baseada em Edgar Morin, que consiste na dialógica transdisciplinar, a qual envolver várias áreas do conhecimento. A revisão desenvolvida nessa pesquisa mostrou que a compressão das relações humanas com a triplicidade ambiental é um fator importante para auxiliar a redução do impacto ambiental e para fomentar na sociedade uma consciência ambiental mais abrangente. Essa visão de integração entre os meios também pode levar os órgãos competentes a elaborar normas jurídicas para construção de Políticas Públicas sustentáveis mais assertivas e eficientes. Entretanto, para que haja o avanço e o aprimoramento dessas normas jurídicas é necessário que as diferentes áreas da ciência dialoguem entre si e participem na elaboração dessas normas. Além disso, embora as leis ambientais brasileiras atuais contemplem o cuidado e a proteção ao

* Geógrafo

Meio Ambiente natural, cultural e artificial ainda falta o comprometimento do Estado para pô-las em prática.

Palavra(s)-Chave(s): Meio ambiente; tríplice ambiental; políticas públicas; sustentabilidade

PSICOLOGIA AMBIENTAL E SEUS LIMITES

Clinton Furtado de Mendonça da Rocha**

Érica Rezende Colodeti**

RESUMO: A psicologia ambiental começou a ser desenvolvida nas três últimas décadas do século XX, nos Estados Unidos, preocupando-se com as relações e as inter-relações entre os sujeitos e o meio ambiente físico e social. Seu objetivo é identificar como a pessoa percebe, avalia e tem atitudes peculiares em relação ao seu ambiente físico e social. Em compensação, inter-relação similarmente quer dizer que se pesquisa os efeitos desse ambiente físico particular sobre as condutas humanas. Assim, o objetivo desse trabalho é pesquisar a reciprocidade entre pessoas e ambiente, no sentido que, para a psicologia ambiental a inter-relação é dinâmica, tanto nos ambientes naturais quanto nos construídos. A Psicologia Ambiental se firmou no meio científico propondo realizar investigações no contexto das relações entre os seres humanos, os ambientes físicos e os problemas ambientais, buscando novas formas de atuação e produção do conhecimento. É preciso considerar a necessária interdisciplinaridade da psicologia ambiental porque ela se relaciona com fenômenos psicológicos, comportamentos e estados subjetivos, e variáveis ambientais físicas, advindas de outras áreas do conhecimento humano. Esse conjunto de saberes constitui o referencial necessariamente interdisciplinar para fazer acontecer os estudos necessários. A metodologia aplicada nessa pesquisa exigiu uma abordagem holística, porque nos permitiu trabalhar em ambiente-comportamento com uma variedade de outras disciplinas. Sabe-se que cada pessoa percebe, e tem atitudes particulares em relação ao ambiente físico e social, podemos perceber também os efeitos do ambiente físico nas condutas humanas. Dizemos que a inter-relação é dinâmica porque os sujeitos agem sobre o meio ambiente, construindo e destruindo, sabendo que esse ambiente modifica e intervém no comportamento

* Mestre em Psicologia Cognitiva pela Universidade Católica de Petrópolis. Especialização em Filosofia pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Teologia.

** Mestre em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis. Pós-graduanda em Direito Ambiental. Coordenadora adjunta do curso de Direito da Universidade Madureira da UNESA.

humano. O meio ambiente social e físico em que vivemos tem grande influência na maneira que percebemos as coisas, na forma com que nos relacionamos com os outros e de viver. Cada grupo com o qual entramos em contato, cada situação, seja ela positiva ou negativa, coloca cada indivíduo do meio social mais próximo do desenvolvimento. Essa trajetória, tanto de influência do meio sobre nós quanto de evolução, é uma caminhada mútua, que cada pessoa trilha na trajetória social. Por meio dessa reciprocidade cada um é capaz de definir sua história no meio social, as atitudes, as expectativas, os objetivos, o desenvolvimento social e ambiental. Por isso essa pesquisa é importante para o desenvolvimento da cidade porque nessa rede ambiental não há espaço para o sujeito isolado, há necessidade de uma cooperação da sociedade.

Palavra(s)-Chave(s): Psicologia ambiental

PROJETO ARBONIZAR GUARÁ: A COMUNIDADE UNIDA PELOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Coriolano Elias Antônio Mourani Naves*

Mirela Andréa Alves Ficher Senô**

RESUMO: O projeto consistiu em formar um grupo fraternal, com a população do município que realizou o plantio de árvores em espaço público e privado, com parcerias, promovendo à arborização, trazendo inúmeros benefícios sociais; como por exemplo: conscientização da questão ambiental, preservação e expansão da flora e fauna típica da região, proteção das nascentes locais, entre outros.

Palavra(s)-Chave(s): Desenvolvimento, Meio Ambiente, Preservação, Comunidade

* Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito “Dr. Francisco Maeda”.

** Professora Universitária na Faculdade de Direito “Dr. Francisco Maeda”.

PARTICIPAÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL NA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DA CRÍTICA AO DIÁLOGO E A COLABORAÇÃO

Elaine Cristina Estevam*

RESUMO: O presente trabalho aborda a possibilidade da participação da psicologia social na Agenda 2030 Organização das Nações Unidas /ONU para o Desenvolvimento Sustentável, refletindo sobre sua colaboração no enfrentamento dos problemas socioambientais revelados na atualidade. A agenda 2030 é um plano de ação que indica objetivo e metas e propõe a busca de novos padrões de desenvolvimento. Em sentido amplo, visa à erradicação da pobreza e promoção de vida digna sobre o planeta, define, pois, 17 objetivos, dentre os quais destacamos: 1) Erradicação da pobreza e 10) redução de desigualdades, os quais dialogam diretamente com Psicologia Social. Dias (2015) em "Eco percepção: Um resumo didático dos cenários e desafios socioambientais" aponta ter havido uma compreensão errônea sobre o meio ambiente, a qual interfere nos padrões de relação com ele, relação que tem sido agressiva, pois a lógica é de posse, dominação, exploração dos seus recursos, visto como "mercadorias" a serem exploradas e não como "as bases de sustentação da vida". Sobre o que Dias lança uma crítica relacionada ao modelo de desenvolvimento adotado que culmina em consequências indesejáveis, como: esgotamento dos recursos naturais, caos climático, precarização da vida humana, desigualdade social, perda da qualidade de vida, que inclui: a miséria, o desemprego, as violências. O autor aponta a Educação como possibilidade de intervenção e alvo de investimento, dirigidos à aproximação da "sociedade com valores e hábitos mais sustentáveis". Propõe uma educação capaz de estimular o alargamento da percepção humana para a transformação da própria consciência, a corresponsabilização e a internalização dos processos de mudanças, a ética, implicando a capacidade humana de fazer escolhas. A psicologia em sua perspectiva crítica - convergente com o pensar do ecólogo citado - vê-se diante da possibilidade de participar da discussão, refletindo acerca do modelo econômico vigente, estruturado sobre a égide do capital, cujas bases neoliberais determinam padrões de desenvolvimento sobre o globo, afetando as comunidades e os sujeitos,

* Servidor da Prefeitura Municipal de Franca

também, em seus processos subjetivos, à formação crítica e a capacidade de interagir nos contextos, discussão que pode ser ampliada em direção à compreensão do sujeito como agente de transformação, e corresponsável pelo que se coloca em sua própria realidade, agregando à dinâmica social em termos de sustentabilidade, na medida em que favoreça a ampliação das percepções e fortaleça as comunidades em sua capacidade de fazer escolhas - considerando este novo modelo de promover a qualidade de vida, enfatizando a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades, porque respeita a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Palavra(s)-Chave(s): Psicologia social; desenvolvimento sustentável; meio ambiente

UMA NOVA PERSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS DANOS AMBIENTAIS

Érica Rezende Colodeti*

Clinton Furtado de Mendonça da Rocha**

RESUMO: Contemporaneamente os danos que mais afetam a sociedade são os ambientais, por acarretarem incontáveis danos ao meio ambiente e a população. O Direito Ambiental trata com o devido rigorismo tais questões. O legislador previu punições nos âmbitos administrativo, civil, criminal, dependendo da extensão do dano. Mais especificamente, na dimensão civil da responsabilidade por danos ambientais, objeto da presente pesquisa, a forma clássica de responsabilizar o sujeito causador dos danos possui falhas que podem acarretar a exclusão do dever indenizatório. A responsabilidade civil clássica possui seus pilares no dano, culpa e no nexos causal. O centro gravitacional da responsabilidade civil concentra-se no causador do dano. Na realidade da prática judicial, a vítima precisa empreender um esforço sobre-humano para obter indenização, pois a regra jurídica é a de que o ônus da prova cabe a quem alega. Uma das aporias da responsabilização civil reside na dificuldade de se estabelecer a tríplice constituição da responsabilidade civil clássica (conduta, dano e nexos causal), principalmente no que tange à produção de provas (nexos de causalidade), foi criada no direito a figura da prova diabólica, para explicar os casos em que é impossível a produção de provas pela vítima. O modo clássico de pensar a responsabilidade não acompanha as mudanças e necessidades de uma sociedade plural. A partir de uma nova concepção de responsabilidade civil, enxergada como responsabilidade civil contemporânea, responsabilidade civil sem culpa, responsabilidade civil preventiva, ou responsabilidade sem dano, essa nova forma de refletir sobre a responsabilidade, enxerga no sujeito que sofre a agressão o real motivo pelo qual se responsabiliza. É entender a responsabilidade que se tem pela pessoa do outro, o agredido. Desse modo, a expressão responsabilidade pessoal outrora usada na responsabilidade clássica dá

* Mestre em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis. Pós-graduanda em Direito Ambiental. Coordenadora adjunta do curso de Direito da Universidade Madureira da UNESA.

** Mestre em Psicologia Cognitiva pela Universidade Católica de Petrópolis. Especialização em Filosofia pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Teologia.

lugar a terminologia responsabilidade face ao outro. Não se trata de excluir a responsabilidade clássica, mas somar seus conceitos com um novo modo de pensar a responsabilização (responsabilidade civil contemporânea) incorporando a antiga "máxima" de que mais vale prevenir que remediar. Esse novo modo de pensar só pode ser alcançado por meio da reflexão nas dimensões ética (instituições justas), moral (solicitude e solidariedade) e jurídica (leis). O fortalecimento das Instituições de preservação ao meio ambiente é um dos objetivos da ODS16. Em uma sociedade plural e complexa onde as formas de causar dano multiplicam-se, é necessário compreendermos que somos em última instância, responsáveis por tudo e por todos. Contemporaneamente, a marca da responsabilidade está voltada para a mediação, conciliação, promoção, educação ambiental, para a preocupação e responsabilidade com o outro. A contribuição da teoria da justiça de Ricoeur, fundada no conceito de responsabilidade solidária é de suma importância para as questões ambientais nos dias atuais, frente às mudanças sociais e multiplicação de novas espécies de danos, bem como sua abrangência no tempo e espaço, que coloca a responsabilidade clássica aquém das respostas que a(s) vítima(s) dos danos ambientais necessitam e esperam. Observa-se, no pensamento de Ricoeur, a preocupação com uma responsabilidade projetada para o futuro, pautada na ideia de solidariedade, que se preocupa com o bem-estar do outro.

Palavra(s)-Chave(s): Responsabilidade civil ambiental

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO BAIRRO PORTINARI DE FRANCA-SP

Lúcia Regina Tanaka Bovo*
Orlineya Maciel Guimarães**
Maria José Oliveira Lima***

RESUMO: Este resumo apresenta os resultados de uma pesquisa de campo realizada pelo Grupo de Pesquisas Gesta (Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Ambiental - UNESP Franca/SP) no Bairro Jardim Portinari da cidade de Franca/SP, que através de um questionário aplicado com uma amostra de moradores, teve como objetivo conhecer a realidade socioambiental do referido bairro. O meio ambiente foi citado em seis perguntas deste questionário na qual possibilitou um estudo sobre a percepção ambiental dos habitantes do bairro. Conhecer a percepção ambiental dos moradores fez-se necessário devido a presença de duas APPs (Áreas de Preservação Permanentes), protegidas pelo Código Florestal, Lei 12.651, de 25 de Maio de 2012, nos termos dos arts. 2º e 3º. Para a obtenção de uma relação equilibrada entre o homem e a natureza é importante que a sociedade compreenda as dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas dos problemas ambientais. Neste contexto, a percepção ambiental proporcionará melhor compreensão do comportamento vigente e a preparação para a comunidade se sentir parte de um todo, repensando as ações nocivas ao meio ambiente, podendo assim, contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas ao planejamento ambiental. Nos espaços urbanos, as degradações ambientais muitas vezes estão ligadas ao cotidiano da população. Cada indivíduo percebe, reage e/ou responde diferentemente ao meio ambiente e, através destas manifestações, afetam sua conduta que às vezes apresentam de forma inconsciente. O principal problema ambiental detectado pelos pesquisadores no Bairro Portinari foi à questão dos descartes irregulares de resíduos sólidos em diversos pontos da região, principalmente nas imediações das APPs. Apesar de haver coleta

* Mestre em Serviço Social pela FCHS/Unesp/Campus de Franca. Graduada em Administração de Empresas pelo Centro Universitário de Franca-Uni_FACEF.

** Graduada em Letras pelo Centro Claretiano de Batatais. Mestre em Análise e Planejamento de Políticas Públicas pela FCHS/Unesp/Campus de Franca. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FCHS/Unesp/Campus de Franca.

*** Professora Assistente Doutora da FCHS/Unesp/Campus de Franca.

de resíduos domésticos e seletivos realizados pelo poder público e tal fato ser de conhecimento de todos os entrevistados, verificou-se que o descarte irregular de lixo é realizado de forma indiscriminada pelos próprios moradores, devido a grande quantidade de resíduos domésticos e também por pessoas de outros bairros, contendo também resíduos industriais e da construção civil. A questão do descarte irregular dos resíduos sólidos, também contribuem para a degradação das APPs. Como resultado, pode-se concluir que a percepção dos problemas ambientais dos moradores do bairro Portinari é muito limitada, confusa, fragmentada, necessitando de grande atenção do poder público para promover melhoria na gestão ambiental do município. Recomenda-se a Educação Ambiental, importante instrumento de gestão socioambiental, seja elaborada para a realidade do Bairro Portinari, estimulando maior conhecimento à comunidade sobre a questão ambiental. Acredita-se que, qualquer compromisso do poder público e da comunidade no desenvolvimento de ações sustentáveis e de educação ambiental moldada para a realidade local, contribuirão para a preservação e conservação das APPs, buscando atingir a conservação do meio ambiente, garantindo a saúde pública, a qualidade de vida e o bem estar da população.

Palavra(s)-Chave(s): Meio Ambiente; percepção ambiental; educação ambiental

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: A ÚNICA VIA PARA A SUSTENTABILIDADE.

Maria Eduarda Souza Moreira*

Sílvio de Almeida Júnior**

RESUMO: A cidade de Franca é referência em saneamento básico no Brasil ocupando o primeiro lugar no ranking do Instituto Trata Brasil, onde apresenta 99,8% do esgoto coletado e tratado, além de possuir infraestrutura para demais serviços. Apesar disso, a presença de lixos pela cidade, praças, ruas, terrenos entre outros ainda é frequente. Frente à problemática e estudo observacional o objetivo deste relato de caso é entender a contradição existente, com o intuito de buscar respostas plausíveis para essa questão e apontar caminhos alternativos a partir de iniciativas na instituição pública de ensino. Para tal, foi realizado um levantamento do nível de conhecimento do grupo estudado, por questionário físico, contendo cinco questões de múltipla escolha com n amostral de 545 alunos do ensino médio da Escola Estadual "David Carneiro Ewbank", do município de Franca. O mesmo contou com aspectos éticos aconselhados por orientador e supervisão da direção e coordenação da instituição pública de ensino. Por meio das respostas do questionário, foi possível avaliar que há interação dos alunos frente ao assunto do lixo (descarte, contaminação, desperdício de recursos naturais, entre outros). Tal dado apesar de positivo é confrontado com a realidade vivida e abordada pelos próprios. Portanto, a ausência de atitudes denuncia um distanciamento entre a teoria (o que se sabe) e a prática (o que se faz), demonstrando a necessidade de práticas efetivas. Logo, a escola é o alicerce de uma sociedade que se pretende construir sob os preceitos da sustentabilidade. Sendo assim, no intuito de contribuir para a correção dessa falha e, com isso promover um maior diálogo entre teoria e prática, foi proposto por um comitê formado por alunos do ensino médio e, em parceria com o Grêmio Estudantil, uma ação para

* Estudante na Universidade de Franca.

** Graduado em Biomedicina pela Universidade de Franca. Mestre em Ciência Animal pela Universidade de Franca. Doutorando em Promoção da Saúde, pela Universidade de Franca. Graduado em Biomedicina pela Universidade de Franca. Mestre em Ciência Animal pela Universidade de Franca. Doutorando em Promoção da Saúde, pela Universidade de Franca.

que os papéis descartados na escola sejam separados e, acondicionados para a entrega seletiva. Para tanto, em cada sala de aula foi colocado um saco específico para esse fim.

Palavra(s)-Chave(s): Cidadania; lixo; sustentabilidade

FAUNA URBANA SILVESTRE E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTROLE BIOLÓGICO E ZONOSSES FRANCA-SP

Matheus Pontcherello Lopes do Carmo*

Marina Tasso Alvarez**

Maria Rita Silva Lima***

RESUMO: Este artigo teve como objetivo analisar a dinâmica da fauna urbana silvestre e suas inferências, baseando em um conceito de ambiente urbano geral, conforme preconizam os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU (2015), e suas 17 metas para transformar nosso mundo, com recorte na cidade de Franca-SP, Brasil, que possui uma malha urbana de 84 km² (IBGE, 2012) e é domínio do bioma cerrado em várias fisionomias. A metodologia empregada para tal foi qualitativa, isto é, de natureza básica, descritiva com procedimentos bibliográficos e documentais. Obtidos dessa forma através de levantamentos secundários no território em questão. Houve também incursões exploratórias para confirmação de dados e melhor embasamento. Essa pesquisa vem justificar a importância da diversidade faunística na área urbana e suas implicações. Ela representa um subconjunto de animais de ocorrência natural, introduzidos e migratórios que utilizam áreas verdes, matas ciliares e recursos hídricos presentes na área urbana como fonte de abrigo, alimentação e reprodução. Ela se apresenta organizada em grupos, sendo eles a ictiofauna, avifauna, herpetofauna, mastofauna e entomofauna. Cada grupo possui sua importância dentro do ecossistema urbano, cada qual com sua função ecológica. Sendo assim, uma dinâmica harmoniosa entre os níveis tróficos é determinante no controle das populações e ou ausência de desequilíbrios ambientais, permitindo nesse processo até mesmo um controle biológico de pragas e animais peçonhentos. Resultando, assim, na possibilidade da existência de áreas urbanizadas com comunidades silvestres dentro do princípio sustentável. Considerando que cada processo biológico é dinâmico, e as alterações causadas pelas ações humanas e pelas mudanças naturais ocorrem de maneira contínua e evolutiva, a manutenção de uma fauna urbana silvestre ecologicamente saudável, sem

* Estudante

** Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Franca.

*** Estudante

deixar de levar em conta suas problemáticas como o impacto das zoonoses, é preponderante para conceito de cidade sustentável.

Palavra(s)-Chave(s): Comunidades silvestres; ecossistemas urbanos; cidade sustentável;

IMPLANTAÇÃO DE COMPOSTAGEM E HORTA URBANA EM UM ESPAÇO COMUNITÁRIO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Maurício da Silva Mayor*

Juliana Aparecida da Silva**

Gisela Sertório Bueno de Camargo***

RESUMO: Grandes problemas ambientais da atualidade como os causados pela destinação inadequada dos resíduos sólidos, pelo aumento descontrolado das áreas urbanas e pela mudança do padrão de consumo, que se distancia cada vez mais de alimentos saudáveis, contribuem para o aumento do volume de resíduos gerados e para a perda da qualidade de vida nas áreas urbanas. A quantidade de resíduos sólidos urbanos sem destinação adequada contribui para a poluição do solo, cursos d'água e águas subterrâneas, aumenta os gases do efeito estufa, aumenta os gastos com limpeza pública e contribui para a proliferação de doenças. A geração de resíduos sólidos orgânicos corresponde a mais de 50% de todo o volume de resíduos urbanos, e esse volume de resíduos vai para aterros sanitários ou lixões. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, trás a compostagem como uma destinação final ambientalmente adequada e define as responsabilidades para implantar o sistema de compostagem. Paralelamente, a população urbana distancia-se de alimentos frescos e saudáveis, produzidos de forma sustentável, além de perder rapidamente o vínculo com o ambiente natural. O presente trabalho, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, tem como objetivo demonstrar a experiência de implantação de composteira e horta urbana no espaço Protetores da Natureza no Jardim Ipanema, Franca/SP. Esse projeto é uma ação prática de educação ambiental como uma forma de disseminar conhecimento e melhorar a qualidade de vida das pessoas, demonstrando a destinação adequada dos resíduos orgânicos, a produção de alimentos seguros e saudáveis e a valorização dos espaços urbanos. A metodologia

* Engenheiro Ambiental

** Bióloga

*** Graduação em Oceanografia pela Universidade Federal do Paraná.

utilizada foi a realização de duas oficinas com a comunidade: uma de compostagem e outra de horta, permitindo passar às pessoas a importância da compostagem e técnicas de agroecologia entre outros conceitos. Ademais, a implantação da composteira e da horta urbana aconteceu por etapas bem definidas envolvendo a participação da comunidade. Dentre os resultados alcançados, destacam-se: o aproveitamento dos resíduos orgânicos, a implantação de composteira e horta urbana com a participação da comunidade, a produção de alimentos saudáveis com o emprego de técnicas agroecológicas e a valorização do espaço urbano.

Palavra(s)-Chave(s): Compostagem; horta urbana; sustentabilidade

EDGAR MORIN E A QUESTÃO AMBIENTAL

Regina Maria de Souza*

Ana Paula dos Santos Prado**

Ricardo Alexandre Rodrigues Garcia***

RESUMO: O objetivo central deste trabalho é discutir a compreensão de Edgar Morin sobre a questão ambiental, tendo em vista que o autor compreende que a noção de desenvolvimento engloba os múltiplos desenvolvimentos da prosperidade e do bem-estar, a melhoria geral das condições de vida, a redução das desigualdades, a paz social e a democracia. O desenvolvimento do presente trabalho pautou-se em revisão de literatura pertinente à temática. A teoria da complexidade segue e vislumbra o horizonte da mudança paradigmática. A obra do autor traz elementos responsáveis por caracterizar, conceitualmente, os fenômenos ambientais como fenômenos complexos, além de discutir a limitação compreensiva e a incapacidade discursiva que as sociedades contemporâneas apresentam diante desses fenômenos, focalizando seu estudo no interior dos contextos escolares. Morin (2016) menciona que para ser possível compreender a complexidade da questão ambiental, se faz necessária uma outra abordagem que leve em conta o sujeito conceitor na construção mesma do objeto, uma vez que, nos marcos do pensamento ocidental sujeito e objeto, natureza e sociedade são termos que se excluem. Compreende que enquanto a ciência clássica fragmenta os fenômenos e impede toda a tomada de consciência global, a ecologia geral suscita o problema da relação entre o homem e a natureza no seu conjunto, na sua amplitude, na sua atualidade. Morin propõe a perspectiva conceitual eco-bioantropossocial por meio da qual natureza, sociedade e homem podem ser pensados conjuntamente, suas implicações mútuas podem ser enxergadas e a partir do qual essas três noções são resignificadas. A natureza passa a ser compreendida por meio da noção de ecossistema, desenvolvida nos anos 1930, a partir da qual o

* Professora Universitária

** Graduada em Tecnologia e Agronegócio pela CEETEPS. Graduada em Direito pela UNIFEV. Especialista em Gestão estratégica de pessoas e comportamento organizacional pela UNIFUNEC. Mestranda em educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

*** Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Franca. Professor da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul.

ambiente deixa de ser uma unidade unicamente territorial para ser entendido como uma realidade organizadora. Afirma que as intervenções humanas ignoravam e ainda ignoram a profundidade das variações ecológicas que elas produzem, sendo que o homem colhe agora, as consequências dos desequilíbrios que ele mesmo provocou anteriormente, destacado que não se pode escapar da natureza. Ao tentar dominar o meio ambiente, o homem se torna coagido por ele. Como uma reação, o homem desenvolve tecnologias que buscam controlar ou minimizar a crise que ele mesmo provocou.

Palavra(s)-Chave(s): Questão ambiental; teoria da complexidade; intervenção humana.

MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA EXPERIÊNCIA DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA NO BRASIL E LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO BÁSICA EM PORTUGAL

Regina Maria de Souza*

Ana Paula dos Santos Prado**

Mário Acácio Borges de Melo Correia de Oliveira***

Olga Maria Assunção Pinto dos Santos****

RESUMO: O presente trabalho apresenta como objetivo central realizar um estudo comparativo entre os discentes matriculados no primeiro ano do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/Brasil e os discentes também matriculados no primeiro ano do Curso de Licenciatura em Educação Básica do Politécnico de Leiria/Portugal. Os questionários foram aplicados simultaneamente nos dois países, entre os dias 23 e 30 de setembro de 2019, por meio eletrônico, fazendo uso das plataformas digitais das respectivas instituições de ensino superior. O que se verifica no âmbito da economia mundializada, é a criação, cada vez mais intensa, de necessidades de consumo, induzindo o cidadão a se tornar dependente das grandes corporações industriais, do agronegócio e dos interesses políticos para garantir emprego e renda para o consumo. Em certa medida, tal dinâmica tem provocado um conjunto de resistências de ordem étnica, nacional, cultural, religiosa e de perspectivas de consumo. Os estudantes entrevistados no curso de Pedagogia do Centro Universitário de Santa Fé do Sul apresentam uma consciência ambiental voltada para aspectos mais comuns e óbvios quanto à degradação ambiental, desconsiderando práticas que também são graves, mas que em função da atuação da mídia, por meio de estratégias agressivas de marketing ou por se materializarem em práticas

* Professora Universitária

** Graduada em Tecnologia e Agronegócio pela CEETEPS. Graduada em Direito pela UNIFEV. Especialista em Gestão estratégica de pessoas e comportamento organizacional pela UNIFUNEC. Mestranda em educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

*** Doutorando em Ciências da Educação, na Universidade de Santiago de Compostela/Espanha. Mestre em Mineralurgia e Planejamento Mineiro pelo Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa. Licenciatura em Geologia pela Universidade de Coimbra.

**** Professora Universitária

rotineiras em sua vida cotidiana, são consideradas de baixa ou nenhuma gravidade. O fato de se consumir bastante carne, por exemplo, implica que, com a expansão da população, cada vez mais, as áreas de florestas precisam ceder lugar para as pastagens, ocasionando o desmatamento, com todos os demais impactos ambientais dele resultantes. Em Portugal, por sua vez, superadas questões históricas para os brasileiros, como a desigualdade social intensa, o baixo acesso à educação da população brasileira, o universitário compreende que de médio a gravíssimo, a grande maioria dos comportamentos citados são de relevância extrema e desempenham papel central na construção de uma dinâmica preservacionista, capaz de tornar o consumo e a utilização dos recursos naturais mais racionais.

Palavra(s)-Chave(s): Meio ambiente; educação; desenvolvimento

LEVANTAMENTO DA BIODIVERSIDADE DE MAMÍFEROS EM FRANCA-SP

Renata Alves de Barros*
Pedro Rodrigues e Silva**

RESUMO: Devido a crescente expansão do desenvolvimento urbano, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas podem ser considerados um dos principais problemas ambientais enfrentados pela humanidade. Estima-se que cerca de 150 tipos únicos de organismos são extintos diariamente em uma taxa 1.000 e 10.000 vezes maior que na maior parte da história geológica, ameaçando enfraquecer os serviços ecossistêmicos dos quais a humanidade depende. A classe dos mamíferos possui aproximadamente um quarto de suas espécies ameaçadas, no Brasil este número chega a 15%, tornando-se um grupo de destaque no estudo da conservação, pois são considerados animais fundamentais para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, atuando no controle populacional de suas presas, na dispersão de sementes das mais variadas espécies vegetais, promovendo a regeneração das matas, além de serem indicadores ambientais devido a sua sensibilidade às perturbações humanas, dependendo de maiores extensões de fragmentos florestais bem conservados para sobreviverem e encontrarem alimento. No Brasil foi a partir da Lei de Proteção à Fauna (Lei 5197, de 03 de janeiro de 1967) que a preocupação com fauna silvestre iniciou-se, dando atenção aos riscos associados à extinção de uma espécie, como a perda de funções ecológicas. Em escala mundial, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 15, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas é destaque por promover a proteção e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, como também o combater a degradação e a perda da biodiversidade. Este estudo está intimamente relacionado ao ODS nº 15, pois tem como objetivos levantar a biodiversidade de mamíferos encontradas no Jardim Zoobotânico de Franca/SP, assim como estimar o número das que ocorrem no Município. As metodologias utilizadas foram as de armadilhamento fotográfico, parcelas de areia e visualizações diretas, para o levantamento na Unidade de Conservação, já para a lista de

* Bióloga

** Biólogo

espécies de Franca foram consultados trabalhos anteriormente publicados, assim como avistamentos, ocorrências de acidentes envolvendo a fauna e entrevistas com técnicos e moradores locais. Verificou-se a ocorrência de 20 espécies no Jardim Zoobotânico, sendo 1 delas classificada como ameaçada de extinção, foram estimadas 68 espécies para no Município de Franca, onde 9 correm risco de extinção. O estudo realizado reforça a importância das áreas protegidas como refúgio para a fauna silvestre, e destaca o melhoramento dos remanescentes florestais, que atuam como corredores ecológicos, permitindo um trânsito seguro e fluxo gênico das populações de mamíferos.

Palavra(s)-Chave(s): Biodiversidade; mamíferos; espécies

OS CONTAMINANTES NÃO REGULADOS E O PADRÃO DE POTABILIDADE DA ÁGUA

Rubens Diego Marineli Guillen*

RESUMO: Objetiva-se analisar a compatibilidade dos padrões de potabilidade da água com a realidade atual, bem como se estas ditas como de qualidade o são verdadeiramente ou apenas seguem os padrões estabelecidos. Para esclarecer tal questão foi empregado o método dedutivo, partindo-se da leitura de vasto material sobre o tema para construção da conclusão. A água é essencial à manutenção de toda vida no planeta, devendo ser garantido seu acesso tanto em quantidade quanto qualidade adequadas. O segundo ponto, tal sua importância, é regulado por legislação própria, através dos órgãos competentes, cabendo-lhes estabelecer os parâmetros adequados de potabilidade. Mesmo com tal normatização, na prática, percebe-se sua insuficiência, especialmente quando considerada a situação dos contaminantes não regulados ou emergentes, categoria que envolve diversas substâncias do nosso dia a dia e são costumeiramente encontradas na água, entre elas agrotóxicos, fármacos, hormônios, aditivos industriais e outros. Os contaminantes emergentes, em geral, não possuem estudos definitivos que confirmem quais os níveis residuais na água seguros para o consumo humano, porém é consenso que suas presenças alteram o funcionamento dos organismos vivos em geral. Existem diversas pesquisas que associam sua presença ao aumento da incidência de câncer, mutações genéticas em peixes, pois estão em contato direto e constante com a água contaminada, bem como alterações hormonais que levam, por exemplo, a menarca precoce em jovens. O padrão brasileiro de potabilidade adequado da água é definido pela Portaria do Ministério da Saúde N° 2914, de 12 de dezembro de 2011 e considera apenas os níveis de turbidez, presença de coliformes e os níveis de cloro. Nessa normativa não se mencionam outras espécies de contaminantes que são recorrentes e podem afetá-la em nível igual ou maior que os itens mesurados. No Brasil, em geral, as técnicas de tratamento da água são precárias e incapazes de purificá-la das novas substâncias que fazem parte da rotina atual, muitas vezes tais contaminantes são hidrossolúveis e tornam-se estáveis no meio hídrico, sendo essencial o emprego de técnicas modernas para completa

* Bacharel em Direito pela FCHS/Unesp/Campus de Franca. Funcionário Público.

purificação. Assim, apesar da existência de técnicas de tratamento eficazes, ante a falta de regulamentação que exija a descontaminação, o que se assiste na prática é que a "melhor" água é aquela que segue os padrões estabelecidos, porém muitas vezes ela está severamente contaminada por substâncias não reguladas oferecendo risco real a seus consumidores.

Palavra(s)-Chave(s): Contaminante; emergente; portabilidade; água

CÂMARA TÉCNICA DO TERCEIRO SETOR: UM PROJETO DO PROGRAMA

Déborah Resende Alves*

RESUMO: A Organizações das Nações Unidas (ONU), ao definir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) teve como premissa o desenvolvimento sustentável das nações. Em consonância com as metas dos ODS, a Associação Comercial e Empresarial de Sacramento- MG criou o "Programa Sacramento 2025" objetivando o desenvolvimento sustentável da cidade a partir de soluções articuladas entre setor público, privado e não-estatal. Ao promover Rodas de Diálogos, como o apoio de empresa contratada, entre os setores com vistas ao levantamento de demandas e ao realizar as Oficinas de Elaboração de Projetos, para gestores e colaboradores das Organizações da Sociedade Civil (OSC), foi identificado como principal fraqueza a pouca profissionalização e capacitação para a captação de recursos. Assim, dentre outros motivos percebidos, nasceu o projeto interdisciplinar "Câmara Técnica do Terceiro Setor (CTTS)", composta por profissionais voluntários de diferentes áreas, com o objetivo de fortalecer, principalmente, a participação social e as ações do setor. Essa Câmara tem por objetivo oferecer suporte técnico às OSC para elaboração e execução de projetos, auditoria de processos, elaboração de orçamentos, prestação de contas e adequação documental à Lei 13.019/14, que normatiza as exigências para estabelecer parcerias entre o poder público, no caso municipal, e as instituições sociais. Busca-se principalmente oferecer segurança jurídica na formalização das transferências de recursos. Na literatura, constata-se a dificuldade das OSC em se manterem e darem continuidade as suas atividades, bem como a necessidade de profissionalização do Terceiro Setor, no que diz respeito à gerenciamento; prestação de contas; atração de capital; e desempenho. A escassez de estudos direcionados para o desenvolvimento de novas tecnologias sociais de apoio às instituições, indica amplo espaço à investigação deste fenômeno de tecnologia social participativa. Frente a isso, o presente estudo de caráter descritivo e explicativo pretende avaliar o impacto da Câmara Técnica do Terceiro Setor na captação de recursos pelas OSC da cidade de Sacramento-MG, por meio de Estudo de Caso. Para isso

* Graduada em Psicologia pela UFTM. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas da FCHS/Unesp/Campus de Franca.

se fará necessário traçar o perfil das 48 (quarenta e oito) OSCs participantes das ações da CTTS caracterizando os serviços prestados, o número de atendimentos, o público-alvo, as fontes de recursos e as parcerias. Será aplicado questionário e entrevistas semiestruturadas. Ao final do processo de pesquisa da atuação das organizações na CTTS, se realizará a aplicação de novos questionários e entrevistas semiestruturadas, para comparação de dados e avaliação junto aos indicadores de desempenho principalmente quanto a captação de recursos. Simultaneamente às pesquisas, será realizado o acompanhamento da execução da Câmara Técnica, por meio de diário campo, observação participante direta, entrevistas estruturadas e aplicação de questionários com os 18 membros voluntários da CTTS, além de consulta de materiais e formulários utilizados e produzidos pela CTTS. Tais estudos, sistematizações e levantamentos terão por finalidade identificar e descrever a estrutura e funcionamento da Câmara. Em ambas etapas, o tratamento de dados será por análise estatística e análise de conteúdo e de discurso. Ao final, pretende-se identificar os pontos de potencial e dificuldades das OSC em relação à CTTS e à captação de recursos, o que norteará a elaboração e execução da proposta da pesquisa-intervenção. Os resultados encontrados serão discutidos sob a luz de Cunill (1998), Sobral (2016) e demais autores utilizados no decorrer da pesquisa.

Palavra(s)-Chave(s): ODS; terceiro setor; MROSC; participação social

SECRETARIAS MUNICIPAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SMIRI'S) E A AGENDA 2030 DAS NAÇÕES UNIDAS

Helena Oliveira Rosa*

Matheus Bittencourt de Amorim**

Victor Medeiros Fidaldo***

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de discutir como a atuação internacional de cidades contribui para com o debate proposto pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, utilizando os resultados preliminares do projeto de pesquisa "Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRI's) e políticas públicas de intervenção urbana no Brasil", vinculado ao Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPs) e coordenado pela Profa. Dra. Regina Laisner. Nas últimas décadas, as Relações Internacionais sofreram mudanças significativas, na medida em que novos atores começaram a atuar no cenário internacional, sendo um deles os governos subnacionais. A atuação internacional desses atores, como estados e municípios, é um fenômeno conhecido na literatura como paradiplomacia. No caso dos municípios, aos quais refere-se a pesquisa, eles têm cada vez mais se articulado em agendas de cunho internacional, e se vinculado a objetivos com os da Agenda 2030 da ONU, como prova, a discussão sobre cidades mais resilientes e sustentáveis no âmbito da Habitat III em 2016. Assim, o que essa comunicação procura explorar é a relação entre o processo de paradiplomacia, a partir do caso específico das Secretarias Municipais de Relações Internacionais, estudadas na pesquisa, e a agenda defendida pelas Nações Unidas, com o intuito de compreender como a atuação internacional de cidades auxilia na construção de municípios mais inclusivos, resilientes e sustentáveis. A análise foi feita com base nas ações desenvolvidas por 12 municípios: Recife (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG), Vitória (ES), Rio

* Bacharel em Relações Internacionais pela FCHS/Unesp/Campus de Franca. Bacharel em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto. Pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.

** Graduando em Relações Internacionais pela FCHS/UNESP/Campus de Franca.

*** Estudante

de Janeiro (RJ), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Guarulhos (SP) e Osasco (SP), que foram estudados por meio de um questionário que utilizava as seguintes dimensões da Nova Agenda Urbana, apontadas por Alfonsín et (2017) como parâmetro: direito à moradia adequada, acesso à cultura e ao espaço público, gestão democrática, sustentabilidade ambiental e função social da cidade e da propriedade urbana. Os resultados, ainda preliminares no que tange à análise proposta nesta comunicação, apontam que algumas das cidades pesquisadas estabeleceram ações relacionadas à inclusão das ODS em suas agendas a partir da atuação internacional, contribuindo assim para a promoção de debates de instituições internacionais em nível local.

Palavra(s)-Chave(s): Atuação internacional de cidades; ODS; agenda 2030

PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: A EXPERIÊNCIA DE UMA UNIVERSIDADE PROMOTORA DE SAÚDE

Hélton Rodrigues Goulart*

Fabiola Pansani Maníglia**

Tâmara Gomes Machado***

Cláudia Haddad Caleiro Pereira****

RESUMO: Introdução: ser uma instituição sustentável é estar constantemente envolvida em ações sociais, tendo em vista a responsabilidade de promover melhorias na qualidade de vida dos seus alunos e colaboradores. Objetivo: promover encontros informativos e educativos para a melhoria da qualidade da alimentação de um grupo específico de funcionárias de uma universidade. Métodos: trata-se de um projeto longitudinal no qual as funcionárias responsáveis pela limpeza foram convidadas a participar de encontros informativos e educativos para a melhoria da qualidade da alimentação. Estas mulheres já haviam sido previamente avaliadas quanto aos hábitos alimentares em outro projeto e, naquele momento, foram detectadas inadequações alimentares importantes. O conteúdo abordado nos encontros foi elaborado por uma docente e um aluno do Curso de Nutrição da universidade. Resultados: participaram do estudo 60 mulheres com média de idade de 35 anos. Foram realizados 12 encontros, registrados em fotos, com as seguintes temáticas: importância da ingestão hídrica; alimentos in natura, processados, ultra processados e minimamente processados; rótulos dos alimentos; fibras e o trânsito intestinal; grupos alimentares (proteínas, carboidratos e lipídios); classificação das cores dos alimentos; alimentos laxativos e obstipantes; e Guia Alimentar para a população brasileira. Os relatos das participantes foram colhidos ao longo do estudo e mostraram o quão positiva foi esta intervenção. Abordar os temas propostos em grupo facilitou o entendimento e ao mesmo tempo trouxe à tona diversas dúvidas, as quais foram sanadas posteriormente, conforme a realização dos encontros. Conclusão: os

* Assistente Administrativo da Universidade de Franca.

** Professora do curso de nutrição e de enfermagem e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde na Universidade de Franca.

*** Nutricionista

**** Professora titular da Universidade de Franca.

encontros informativos e educativos tiveram boa adesão e de acordo com os relatos das participantes mostraram ser uma ferramenta interessante para a promoção da alimentação saudável. Outras universidades devem ser incentivadas a realizar ações de promoção da saúde para os seus colaboradores, pois essas ações podem levar seus funcionários a se motivarem e conseqüentemente trazer melhores resultados para a empresa e para a vida social de suas equipes.

Palavra(s)-Chave(s): Instituição; sustentável; qualidade; alimentação

PROMOÇÃO DA SAÚDE DE FUNCIONÁRIOS DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS: O CUIDAR DO CUIDADOR

Laura Mariane Rodrigues*

Lais Caroline da Silva**

Lílian Cristina Gomes do Nascimento***

INTRODUÇÃO: As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) são locais de residência oferecida para pessoas com 60 anos ou mais, atendendo idosos com diferentes necessidades e graus de dependência. Fazendo-se necessário garantir aos idosos o direito de um atendimento humanizado, todavia, para isso os funcionários que atuam frente a este idoso necessita estar em condições de saúde para oferecer este tipo de atendimento. Frequentemente os funcionários das ILPI estão sobrecarregados, podendo refletir negativamente em sua saúde e na qualidade de vida dos. **OBJETIVO:** Avaliar a qualidade de vida de funcionários que trabalham em ILPIs. **MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa observacional, prospectiva e de abordagem quantitativa. A coleta de dados foi realizada após a aprovação no comitê de ética, sob número do parecer: 3.445.671. Foram convidados a participar da presente pesquisa, 250 funcionários de duas ILPI's filantrópicas. Após aceitarem participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi realizado a coleta de dados por meio da aplicação de dois formulários, um referente a questões sobre dados sociodemográficos e o segundo referente a qualidade de vida (WHOQOL-BREF) dos participantes. Os dados foram analisados e estão expressos em estatística descritiva. **RESULTADOS:** A amostra é composta de 122 participantes, dos quais 103 (85,1%) são mulheres, com relação as características laborais, 44 (36,4%) trabalham no turno vespertino e 65,3% tem uma carga horaria semanal de 40 horas. Referente a análise da qualidade de vida dos participantes, verificou-se um

* Doutoranda e Mestre em Promoção da pela Universidade de Franca. Graduada em Enfermagem pela Fundação de ensino Superior de Passos-MG.

** Graduada em Fisioterapia pela Universidade de Franca.

*** Pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Promoção de Saúde e docente do curso de Fisioterapia da Universidade de Franca. Estágio Pós-Doutoral em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Doutora em Promoção de Saúde (2016) pela Unifran.

maior escore no domínio do aspecto físico (80,63%), seguido das relações sociais (73,08%), e como menores escores os domínios psicológico (72,99%) e ambiente (73,08%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Somente recentemente passou-se a observar as necessidades de profissionais que realizam cuidados a outras pessoas, fato que corrobora com as metas da Agenda 2030, a qual propõem a implantação de ações para promover objetivos desenvolvimento sustentável (ODS) nas esferas econômica, ambiental e social focando no bem-estar e na prosperidade das pessoas. Este trabalho se enquadra referente ao ODS 8, que preconiza condições de "Trabalho decente e crescimento econômico". Neste sentido, avaliar a qualidade de vida dos profissionais e por meio do diagnóstico situacional, traçar estratégias para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, promove o bem estar e o trabalho decente da presente população e, ainda, contribui para o crescimento econômico, frente ao fato da satisfação e a saúde do colaborador influenciar diretamente na qualidade do serviço prestado.

Palavra(s)-Chave(s): Qualidade de vida; Instituição de longa permanência para idosos; idosos.

A AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA MEDIÇÃO JUDICIAL: ESTRATÉGIA PARA AFERIR A PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E IGUALDADE PARA TODOS NO PODER JUDICIÁRIO

Laura Aparecida Tristão*

Jorge Luiz da Silva**

Berenice Bolzani***

RESUMO: O conflito é inerente às vivências humanas e surge por divergências sobre crenças, interesses ou valores, e quando adequadamente trabalhado pode resultar em conhecimento e promoção da empatia. A mediação se apresenta como uma possibilidade para que os conflitos possam ser compreendidos e trabalhados para uma convivência saudável. Nesta concepção, destacam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o objetivo 16 que busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. A mediação foi um método de resolução de conflitos integrado ao Poder Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução 125/2010 que estabelece os critérios para a organização, funcionamento e treinamento dos profissionais que atuarão nesta área. Além disso, recomenda a avaliação dos mediadores, pelos usuários do serviço, a fim de avaliar se as expectativas das pessoas que optaram por este método de resolução de conflitos foram atendidas pelo Judiciário. Os dados foram coletados por meio do Formulário de Satisfação do Usuário, preenchido pelas pessoas que participaram das mediações de uma unidade do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de Franca-SP, no período de 2017 a 2019. Foram analisados 136 formulários, com questões que contemplavam a percepção do usuário sobre a mediação, o mediador, a satisfação diante do resultado e a visão sobre o Poder Judiciário. Destes, nove realizaram breves sugestões. Porcentagem significativa (83,7%) considera que houve um resultado justo na mediação, afirmam ainda ter recebido um tratamento

* Graduada em Psicologia pela Universidade de Franca.

** Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde da Universidade de Franca. Professor Universitário.

*** Graduada em Psicologia pela Universidade de Franca. Mestre em Serviço Social pela FCHS/Unesp/Campus de Franca.

bom ou excelente dos colaboradores. A postura do mediador é associada a cordialidade, respeito e imparcialidade. Percebe-se que os usuários não se sentem pressionados neste ambiente (93%). Torna-se válido ressaltar que 92,9% dos participantes visualiza o Poder Judiciário e a mediação como um verdadeiro centro de paz. Observa-se pelas sugestões coletadas, e pela porcentagem de indicação de satisfação pelo resultado do processo, que os participantes visualizam a mediação como um espaço de escuta e diálogo para solução de conflitos, no caminho indicado pela ODS 16.

Palavra(s)-Chave(s): Mediação; justiça; sociedades pacíficas

ESCOLA DA ESCOLHA PÚBLICA E SUAS CONCLUSÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Lucas Ribeiro*

RESUMO: Nos anos 1950 e 1960 imperava nos Estados Unidos a ideia de que o estado, ao agir de acordo com o que propunha o denominado paradigma racional-compreensivo, poderia contribuir para que as suas populações tivessem acesso a políticas públicas de melhor qualidade. Desenvolvido por Harold Lasswell e outros, tal paradigma colocava-se, por exemplo, em favor das proposições keynesianas, em que, por meio da política fiscal, seria possível evitar o desemprego. Todavia, ao final da década de 1960, alguns autores passam a discordar da posição levantada por Lasswell, argumentando que a esfera política não agiria de forma tão altruística e autodesinteressada. A partir de então, ganham densidade intelectual os economistas da chamada Escola da Escolha Pública (Public Choice School), que teriam como maiores referências Gordon Tullock e James Buchanan (este último prêmio Nobel de economia em 1986). Vinculados em sua grande maioria à Universidade George Mason, no estado americano da Virgínia, os proponentes dessas posições críticas quanto ao papel do estado, com base na obra de Joseph Schumpeter e de Friedrich Hayek, eram céticos com relação à democracia e ao papel estatal ativo para a solução de problemas sociais. Para Tullock e Buchanan, aliás, recuperando as conclusões sobre o papel dos agentes da economia neoclássica, havia um comportamento utilitarista, ou seja, autointeressado e egoísta, fugindo-se da premissa benevolente, que guiava o paradigma anterior, quando estes agiam em nome da coletividade, trazendo à análise política, com isso, uma visão economicista. Assim, a partir de uma metodologia bibliográfica, a qual utilizará obras escritas por Tullock e Buchanan e outros intérpretes da Escolha Pública, o presente trabalho procura dar vazão às interpretações teóricas dos dois economistas, observando de que modo a atuação política e suas limitações, tanto de ordem pessoal quanto de ordem institucional, podem se converter num entrave ao desenvolvimento de políticas públicas de melhor qualidade, ou seja, de que forma o comportamento egoístico dos políticos e burocratas

* Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca.

pode condicionar um desenvolvimento menos satisfatório da ação estatal em direção às demandas sociais.

Palavra(s)-Chave(s): Gordon Tullock; James Buchanan; escolha pública; utilitarismo.

AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA FERRAMENTA METODOLÓGICA

Regina Cláudia Laisner*

Priscila Freires Rosso**

Karan Bozoglian Custódio***

Dalisa Caroline de Assis Aniceto****

RESUMO: Avaliar ações complexas como as propostas pela Agenda 2030 exige uma metodologia refinada. Ainda que a agenda de Avaliação venha crescendo significativamente no campo de Políticas Públicas no Brasil e no mundo não há muitos estudos avançados nesta temática. A própria resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que aprova os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015 não dá detalhes de como a avaliação deverá ser feita. Desta forma, os ODS geram demanda por avaliação e formatos mais específicos e rigorosos de como fazê-la. Nesta perspectiva é que esta comunicação, parte do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPs), da Universidade Estadual Paulista - Unesp, campus de Franca -, se propõe a apresentar uma proposta de ferramenta avaliativa da inserção dos municípios brasileiros na Agenda 2030. O recorte baseado nas previsões da lei e na Função Social da Propriedade, torna-se fundamental para criar uma ferramenta comum ao território nacional e uma ferramenta que considera a responsabilidade em relação ao papel de cada município, e de suas instituições, mediante uma perspectiva avançada de articulação entre espaço privado e público, de construção social do espaço. Para este fim, tomamos como referência o trabalho de Alfonsin et al (2017) , no qual os autores propuseram um conjunto de cinco dimensões centrais do direito à cidade que nos serviram de base: 1) Função social da cidade, 2) Sustentabilidade Ambiental, 3) Gestão democrática, 4) Direito à moradia adequada e 5)

* Professora Assistente Doutora da FCHS/Unesp/Campus de Franca.

** Especialista em Gestão Cultural pelo SENAC. Graduada em Relações Internacionais pela FCHS/Unesp/Campus de Franca.

*** Graduado em Occasional Social Sciences & Law – University College – Dublin. Graduado em Relações Internacionais pela FCHS/Unesp/Campus de Franca. Assistente Humanitário

**** Graduada em Direito pela FCHS/Unesp/Campus de Franca. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas.

Acesso ao Espaço Público e à Cultura. A partir desta perspectiva e suas respectivas dimensões, buscou-se, na construção da ferramenta avaliativa proposta, alinhar seus pressupostos ao debate internacional, utilizando-se dos relatórios do GOLD (Global Observatory on Local Democracy and Decentralization) como referência, a partir de alguns consensos que vêm se constituindo em torno do papel dos governos locais e regionais. A partir destes parâmetros é que se construiu a ferramenta que será apresentada nesta comunicação. Avaliações, quando bem feitas, produzem resultados que podem representar possibilidades de testar novas alternativas por todo o território nacional e desenvolver respostas adequadas para problemas muito complexos no nível do local, sobremaneira àqueles referidos à construção e consolidação de suas instituições.

Palavra(s)-Chave(s): ODS; avaliação; municípios brasileiros; ferramenta metodológica

AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: RESULTADOS PRELIMINARES

Regina Cláudia Lainer*

Priscila Freires Rosso**

Karan Bozoglian Custódio***

Dalisa Caroline de Assis Aniceto****

RESUMO: Esta comunicação é parte do Projeto "Avaliação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos municípios brasileiros" produzido pelo Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPs) da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Franca -, com o apoio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e da CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos). A Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas, parte do pressuposto de que os diversos entes federados devem participar da implementação das ações propostas, visando ao Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, o objetivo do projeto, além de criar uma metodologia avaliativa refinada, propôs-se a aplicá-la, de modo a analisar a participação de alguns municípios brasileiros na implementação de ações relacionadas. Nesta comunicação serão apresentados os resultados preliminares dos questionários aplicados a 16 municípios, divididos nas cinco regiões do país, e que haviam sido pré-selecionados pela CNM, considerados por essa confederação como casos exitosos com relação à implementação do ODS. A ferramenta de coleta de dados é composta por oito eixos que orientam as perguntas: 1) planejamento urbano; 2) zona rural; 3) meio ambiente; 4) acesso a serviços básicos; 5) direito à moradia; 6) acesso aos espaços públicos e integração cultural; 7) igualdade de gênero e 8) povos tradicionais. Além disso, há uma seção de identificação do entrevistado, para controle dos pesquisadores, e de caracterização dos ODS em cada Prefeitura. Pela quantidade significativa de temas a serem

* Professora Assistente Doutora da FCHS/Unesp/Campus de Franca.

** Especialista em Gestão Cultural pelo SENAC. Graduada em Relações Internacionais pela FCHS/Unesp/Campus de Franca.

*** Graduado em Occasional Social Sciences & Law – University College – Dublin. Graduado em Relações Internacionais pela FCHS/Unesp/Campus de Franca. Assistente Humanitário

**** Graduada em Direito pela FCHS/Unesp/Campus de Franca. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas.

cobertos, o questionário ficou com 55 páginas, considerando-se os espaços para respostas. As perguntas foram aplicadas online, por meio da página Online Pesquisa, a qual permite a criação de questionários personalizados com interrupção e retomada de preenchimento, sendo que foram respondidas por Barcarena (PA), Carnaúba dos Dantas (RN), Teresina (PI), Goiás (GO), Bom Despacho (MG), Contagem (MG), Vitória (ES), Monteiro Lobato (SP), São Bernardo do Campo (SP) e Ubiratã (PR). Na análise preliminar nota-se um esforço de institucionalização em várias cidades, colocando projetos ligados aos ODS nos Planos Plurianuais e na Lei Orçamentária Anual, alguns inclusive trazendo a visão intersetorial que alicerça os ODS. Além disso, nota-se uma grande quantidade de projetos ligados à Educação e ao Meio Ambiente. Por outro lado, questões relevantes como o combate ao Casamento Infantil e a Igualdade de Gênero, não estão sendo tratadas pelo poder público em várias cidades da amostra, demonstrando quão longe estamos da consagração de alguns direitos básicos de cidadania.

Palavra(s)-Chave(s): ODS; avaliação; municípios brasileiros; resultados preliminares